

UNILETRAS

**GEOGRAFIAS TEXTUAIS E AS CONFIGURAÇÕES DA
LINGUAGEM**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Carlos Luciano Sant´Ana Vargas

DIRETOR DO SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Jeane Silvane Eckert Mons

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS

Silvana Oliveira

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS

Dilma Heloisa Santos

UNILETRAS

EQUIPE EDITORIAL

Marly Catarina Soares

Larissa de Cassia Antunes Ribeiro

Lucan Fernandes Moreno

REVISOR ORTOGRÁFICO

Tikinet edições

REVISOR LÍNGUA INGLESA

Tikinet edições

CONSELHO EDITORIAL

Agnès Levécot - Sorbonne - Paris	Maria Marta Furlanetto - UFSC
Alexandre Soares Carneiro - UNICAMP	Maria Tereza Amodeo - PUCRS
Angélica Soares - UFRJ	Orna Messer Levin - UNICAMP
Clarice Nadir Von Borstel - UNIOESTE	Pedro Carlos Louzada Fonseca - UFG
Danglei de Castro Pereira - UEMS	Regina Dalcastagnè - UnB
Fernando de Moraes Gebra - UNILA	Rosane Cardoso - UNIVATES
Luciana Marino do Nascimento - UFAC	Rozana Aparecida Lopes Messias - UNESP/ASSIS
Luís Isaías Centeno do Amaral - UFPEL	Tânia Regina Oliveira Ramos - UFSC
Marcus Vinicius de Freitas - UFMG	Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa - UFMG
Maria Cristina de Almenida Mello Laranjeira - UC	Valdirene Zorzo-Veloso - UEL
Maria Cristina Fernandes Salles Altman - USP	Vilson Leffa - UCPel

COMISSÃO DE AVALIADORES

Allan Valenza de Silveira - UFPR	Keli C. Pacheco - UEPG
Antônio João Teixeira - UEPG	Luísa Cristina dos Santos Fontes - UEPG
Clarice Nadir von Borstel - UNIOESTE	Maria Marta Furlanetto - UNISUL
Clóris Porto Torquato - UEPG	Naira de Almeida Nascimento - UFTPR
Daniel de Oliveira Gomes - UNICENTRO	Rosana Apolónia Harmuch - UEPG
Elódia Constantino Roman - UEPG	Tânia Regina Oliveira Ramos - UFSC
Genilda Azerêdo - UFPA	Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa - UFMG
Jane Kelly Oliveira - UEPG	Ubirajara Araujo Moreira - UEPG

ISSN 0101-8698

UNILETRAS

GEOGRAFIAS TEXTUAIS E AS CONFIGURAÇÕES DA
LINGUAGEM

V. 35, N. 1

Editora
UEPG

CAPA
Guilherme Theodore de Oliveira

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Daniela Alvarenga

TIRAGEM
500 exemplares

UNILETRAS (Universidade Estadual de Ponta Grossa).
Departamento de Letras Vernáculas e Departamento de Línguas
Estrangeiras Modernas. Ponta Grossa, PR, Brasil, 1979 -

Anual de 1979-2007.
Semestral 2008-.

ISSN 0101-8698 - impresso CCN 078192-4
1983-3431 - on-line

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

REVISTA INDEXADA EM

GEODADOS: Base de dados da UTFPR

CLASE: Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y
Humanidades da Universidade Nacional Autónoma de México

UNILESTE: www.unilestemg.br/bbl/per3-21-20.html

UNIVILLE: www2.univille.edu.br/biblioteca

QUALIS CAPES

CORRESPONDÊNCIA/DISTRIBUIÇÃO/PERMUTAS

Revista Uniletras

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Departamento de Letras Vernáculas

Praça Santos Andrade, nº 1

Ponta Grossa – Paraná – 84010-919

Fone: (42) 3220-3376

E-mail: uniletras@uepg.br

<http://www.revista2.uepg.br/index.php/uniletras>

Permutas: intercambio@uepg.br

VENDAS - Editora e Livrarias UEPG

Fone/fax: (42) 3220-3306

E-mail: vendas.editora@uepg.br / livraria@uepg.br

<http://www.uepg.br/editora>

SUMÁRIO

7 **Apresentação**

DOSSIÊ TEMÁTICO

GEOGRAFIAS TEXTUAIS E AS CONFIGURAÇÕES DA LINGUAGEM

11 A MORTE DO AUTOR: REFLEXÕES ACERCA DE “PLACE AND THE NOVELIST”, DE DOUGLAS POCKOCK

Ivo Venerotti
Rafael Ottati

23 MORTE E LITERATURA NA ESCRITURA DE YUKIO MISHIMA

Rodrigo Michell Araujo

37 JOSÉ EDUARDO AGUALUSA, REPÓRTER: NA ROTA DAS ESPECIARIAS COMO EXEMPLO DE JORNALISMO LITERÁRIO

Sabrina Schneider

51 MENIPEIA, DESTRONAMENTO E O BOBO EM *UTOPIA*, DE THOMAS MORE

Diego Gomes do Valle

63 SOU PROFESSOR, SOU ÍNDIO: A DISCURSIVIZAÇÃO DO SUJEITO NA CAPA DA REVISTA *NOVA ESCOLA*

Adilson Manfrin
Eliana Cristina Pereira Santos

71 ÂNGELO MONTEIRO E AS RAÍZES: ENTRE O CLÁSSICO E O AGORA

Adrian Lincoln Clarindo

- 83 O MANIFESTO DA LITERATURA MARGINAL: O TEXTO “TERRORISMO LITERÁRIO”,
DE FERRÉZ, E O PODER DE DESVENDAMENTO DO MUNDO E DO MOVIMENTO
ARTÍSTICO DA LITERATURA PERIFÉRICA
Bianca do Rocio Vogler
Prof. Dr. Miguel Sanches Neto s
- 95 DO *SCHIBBOLETH* AO DIGITAL: A PALAVRA NOS ESPAÇOS DE INDETERMINAÇÃO
Luís Cláudio Dallier Saldanha
- 107 A REPRESENTAÇÃO DO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS NO
DISCURSO JORNALÍSTICO EM MEADOS DOS ANOS NOVENTA
Cleverson Lucas dos Santos
Andréa Mazurok Schactae

TEMA LIVRE

- 127 A SEMÂNTICA DAS PREPOSIÇÕES NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS EM LÍNGUA
PORTUGUESA
Ednei de Souza Leal
- 145 LEITURA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA
José Aroldo da Silva

RESENHA

- 159 REIMÃO, SANDRA. REPRESSÃO E RESISTÊNCIA. CENSURA E LIVROS NA
DITADURA MILITAR. SÃO PAULO, EDUSP/FAPESP, 2011.
Maurício Silva
- 163 SCLiar, MOACYR. TERRITÓRIO DA EMOÇÃO. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS
LETRAS, 2013, 275 p. [PREFÁCIO E SELEÇÃO: REGINA ZILBERMAN]
Vicentônio Regis do Nascimento Silva

APRESENTAÇÃO

A edição 35-1 da Uniletras, revista do Departamento de Letras Vernáculas e Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas, propõe uma discussão sobre as diferentes configurações da linguagem entendidas como criação de ambientes e espaços os quais determinam a relação entre as significações e o mundo. Os artigos publicados na seção Dossiê Temático Geografias textuais e as configurações da linguagem tratam da relação entre texto e seus aspectos temporais e espaciais, os quais condicionam a posição dos sujeitos presentes no processo de escrita e da leitura. Compõem esta seção 8 artigos de autores oriundos de diferentes instituições de ensino superior de diferentes regiões do país. Artigos de tema livre, duas resenhas são as demais seções que compõem este volume.

Equipe editorial

DOSSIÊ TEMÁTICO

GEOGRAFIAS TEXTUAIS E AS CONFIGURAÇÕES DA LINGUAGEM

A MORTE DO AUTOR: REFLEXÕES ACERCA DE “PLACE AND THE NOVELIST”, DE DOUGLAS POCOCK

DEATH OF THE AUTHOR: REFLECTIONS ON “PLACE AND THE NOVELIST”, FROM DOUGLAS POCOCK

Ivo Venerotti*

Rafael Ottati**

Resumo: Em 1981, era publicado o seminal artigo “Place and the Novelist”, do geógrafo inglês Douglas Poccock. Tal artigo expandiu o campo de estudos da Geografia, ao demonstrar que textos literários poderiam servir como objetos de estudo para os geógrafos. Diversas obras importantes da Literatura de seu país foram analisadas, por meio de conceitos, como a relação dialética entre o homem e o lugar, e o lugar entendido como pessoa. No entanto, a crítica literária, já havia algumas décadas, excluíra a figura do autor físico de suas metas analíticas, ou seja, o autor havia sido declarado morto. Pelos textos de Roland Barthes, Michel Foucault e Maurice Blanchot, este artigo almeja centrar Douglas Poccock nessa discussão, de forma a reposicionar a figura do Autor, enquanto pessoa em profunda e dialética relação com o mundo que o cerca.

Palavras-chave: Autor.Lugar. Douglas Poccock.

Abstract: In 1981, Douglas Poccock published a seminal and fruitful article: “Place and the Novelist”. Its importance to the studies of Geography and Literature relies on the fact that the literary text was being used in more than as an exemplification role: it was the very object of study. Through concepts, such as the symbiotic relationship between man and environment and place being viewed as people, the British geographer demonstrated how the approach of Literature could help the geographical reflection. However, Literary Studies, since some decades before, had ruled out the figure of the Author as a person from its analytical goals. This article shall highlight the relation between author, work and the place, by widening Poccock’s

* Doutorando em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail para contato: ivovenerotti@gmail.com.

** Mestre e doutorando em Literatura Comparada, pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista da CAPES na época de envio deste artigo. E-mail para contato: rafael.ottati@gmail.com.

article discussion. To achieve that end, texts from Roland Barthes, Michel Foucault and Maurice Blanchot will be discussed.

Keywords: Author.Place. Douglas Pockock.

INTRODUÇÃO

Há 32 anos, foi publicado o artigo “*Place and the Novelist*” (O lugar e o romancista¹), do geógrafo britânico Douglas Pockock. Trata-se de um marco nos estudos de geografia e literatura, pois, até então, os geógrafos, ao se valerem de textos literários, faziam uso desses somente para exemplificar uma teoria ou conceito (BROSSEAU, 2007, p. 61). Entretanto, Pockock compreende a Literatura não apenas como recurso para o melhor entendimento sobre a relação entre o homem e o lugar, mas também como fonte a ser usada nas análises. Diferente de seus antecessores, o geógrafo britânico percebeu que o discurso literário tem valor enquanto tal, ou seja, que é paralelo à análise. Conforme Marc Brosseau aponta, “os raros artigos publicados antes dos anos de 1970, principalmente os de Bacor (1931), Darby (1948), Gilbert (1960) e Peterson (1965), debatiam a utilização *eventual* do romance como *complemento* das análises regionais.” (2007, p. 18, grifos nossos).

Não obstante a obra literária possuir em sua tessitura ficcional elementos que remetem à supracitada relação, além disso, para a visão geográfica sobre a literatura, elementos oriundos da existência do autor

da obra perpassam nas entrelinhas. Àquela época, contudo, a cadeira de Teoria da Literatura e a da Filosofia Estética vinham de uma longa e árdua discussão acerca da presença ou ausência da figura do Autor na obra, assim como até que ponto ela seria importante para a interpretação do texto (ALMEIDA, 2011; BARTHES, 2004; FOUCAULT, 2009). Para exemplificar tal debate, salienta-se que o filósofo francês Roland Barthes publicou em 1967 um artigo intitulado *A Morte do Autor*.

Douglas Pockock, embora não mencione diretamente a questão da morte do autor em seu artigo, insere-se intertextualmente na discussão, uma vez que sua abordagem é importantíssima para o estreitamento de ambas as áreas do conhecimento. Sua análise geográfica do texto literário apreende-o como um artefato, como um produto feito por *alguém*. Seus conceitos, como a dicotomia lugar subsequente/lugar primevo, por exemplo, relacionam-se diretamente com a experiência do autor da obra, assim como a dos personagens da mesma. Conhecer um lugar interfere diretamente na descrição do mesmo, na obra, mesmo que esta não foque na representação do real. Conforme será debatido à frente, o uso de obras do Romantismo, período caracterizado pela ficcionalidade passional, próxima ao objeto representado, sem cunhos imparciais e/ou testemunhais (como a do Realismo iria

¹ Ao longo do texto serão utilizadas traduções livres do texto em questão.

defender), corrobora o amplo e fecundo uso da Literatura pela Geografia.

Se anteriormente, portanto, as obras literárias eram buscadas apenas como apoio, Pocock propõe que as mesmas sejam ponto de partida de uma interpretação ao invés de servirem unicamente como exemplo. Desta maneira, as produções estéticas da Literatura transformam-se no foco de suas reflexões, já que elas "*Illuminate various aspects of the mutual interaction between man and environment*"² (POCOCK, 1981, p. 337).

Pocock inaugurou uma abordagem e, embora seja citado por trabalhos da área, não encontrou seguidores, de fato, no Brasil. Como escreve Marandola (2006, p. 68), ao fazer referência aos principais estudos nesse campo, nenhum pesquisador "seguiu *stricto sensu* as propostas de Tuan e Pocock". Como consequência, os estudiosos nacionais "produziram leituras próprias, principalmente adaptadas aos romances e ao espaço brasileiro". Dito isto, se hoje estamos diante de uma relação profícua entre geografia e literatura, e o presente Simpósio Internacional sobre o tema confirma esse quadro, isto se deve, principalmente, a Douglas Pocock.

Sendo assim, este artigo, ao interpretar o pioneiro texto do intelectual anglófono, busca contribuir para aqueles que se dedicam à interlocução desses dois campos do saber. Isto posto, vale dizer, o texto de Pocock estrutura-se sobre os seguintes pontos: o lugar primevo, o contraste com os lugares subsequentes, a importância

do tempo na experiência do lugar e "*[in] the symbiotic relationship between man and environment, place maybe considered as people, and people as place*"³ (POCOCK, 1981, p. 337). Levando em consideração o espaço limitado deste artigo, focaremos em suas duas primeiras seções, que tratam tanto de questões pertinentes à crítica literária quanto do conceito de lugar e de sua relação com os autores. Além disso, dialogaremos diretamente com a questão da morte do autor e como o texto do geógrafo inglês pode iluminar partes dessa querela intelectual, abrindo uma porta interpretativa válida e fecunda para os estudiosos de literatura.

O LUGAR E O ROMANCISTA (PLACE AND THE NOVELIST)

Dentre o escopo de produção literária, Pocock trabalha com romance, gênero literário popularizado a partir do Romantismo. Embora inventado antes da citada escola literária, o geógrafo percebe que é a partir de então que os livros reúnem determinadas características que seriam relevantes aos estudos geográficos. Em suas palavras, "*[...]now, the novel was time-specific and, thus, by implication, place-specific also*"⁴ (1981, p. 337). O romance é um gênero literário, uma forma de expressão burguesa, com unidade de tempo, espaço e ação, diferente das histórias medievais, "destemporalizadas". Os textos medievais retratavam uma verdade moral e, para que esta se tornasse universal,

² "[...] iluminam vários aspectos da mútua interação entre homem e ambiente".

³ "[...] na simbiótica relação entre homem e ambiente, o lugar pode ser considerado pessoas e pessoas, lugar".

⁴ "[...] agora, o romance passou a ter tempo especificado e também, por implicação, um *local especificado*".

servindo a propósitos disciplinarizantes, não poderia ter especificidades de tempo nem de lugar. Dito isto, Pocock percebe o romance como uma ponte para o entendimento da relação entre o homem, o espaço e o lugar, pois “o romance [...] recorre aos espaços e lugares [...] e nessa busca também conhecemos algo de novo sobre o espaço e os lugares dos homens” (BROSSEAU, 2007, p. 94).

O Romantismo, cabe ressaltar, trouxe algumas inovações ao mundo livresco, das quais destacam-se: a primazia do sentimento em prol da razão e o deslocamento do particular para o centro da obra literária, de forma que o modelo de escrita medieval não atendia mais às necessidades ficcionais de então. De acordo com o teórico Benedito Nunes (2005, p. 58), o indivíduo racional da Ilustração foi substituído por um indivíduo egocêntrico:

as duas matizes codeterminantes da visão romântica se relacionam entre si. A vida interior, espiritual, livre e profunda, a que leva a capacidade expansiva e o poder irradiante do Eu, concretiza-se em tudo aquilo que o indivíduo tem de singular e característico, e por tudo quanto nele, dos sentimentos aos pensamentos, é capaz de, sob a tônica do entusiasmo, manifestar espontaneamente, aflorando ao exterior, pela riqueza superabundante de conteúdos que possuam força própria, a súpula dos elementos pessoais e intransferíveis que constituem o índice de sua originalidade.

Nas palavras de Pocock (1981, p. 337), “*sense of the particular, as opposed to*

the generalized, needed the detailed eye of the Romantics who approached the general by concentrating on the particular”⁵. Após esta importante etapa dos romances ingleses, outro grupo de escritores surgiu: “*During the second quarter of the nineteenth century the novelist’s pen began more fully to depict particular localities, thereby given rise to the genre of the english regional novel*”⁶.

Embora os romances de cunho regionalista remontassem a técnicas de representação mais verossímeis – isto é, mais próximas daquilo que estava servindo de modelo para a retratação ficcional –, Pocock nega-se a focar exclusivamente neste gênero literário. Para o geógrafo, o termo “regionalismo” mostra-se específico demais, tanto para o acúmulo de obras que atendessem a esse rótulo, quanto à escala espacial que tal rótulo exige. Assim, ele mantém a literatura como objeto de estudo da geografia em um caráter mais amplo – não se atendo, portanto, a obras preocupadas em representar o mais fielmente possível o ambiente.

Nessas trilhas, nossa relação com os lugares que nos cercam é repleta de afetividade, de tal sorte que nos encontramos em um contexto fruto de uma interação entre o homem e o meio em que se insere. Dessa maneira, acaba ocorrendo uma hierarquização dos lugares interiorizados ao longo da trajetória vivida. Nas seções

⁵ “[...] o sentido do particular, oposto ao do generalizado, precisava do olhar detalhado dos Românticos, que atingiram o geral por concentrar no particular”.

⁶ “[...] ao longo do segundo quarto do século XIX, a caneta do romancista começou a perceber e descrever melhor locações particulares, por conseguinte, dando notoriedade ao gênero de romance inglês regionalista”.

seguintes deste artigo, abordaremos tais relações, a partir de Pocock, dialogando de perto com o mundo da Literatura: seus autores e suas obras.

A MORTE DO AUTOR

No século XIX, era comum na crítica literária, como feita por Nietzsche, relacionar o autor e sua obra. Isso pode ser ilustrado pelos desentendimentos entre Nietzsche e Wagner, no qual o filósofo, não aprovando certas atitudes do célebre maestro de Leipzig, passa a enxergar o que considera a decadência de sua produção artística:

Eis o ponto de vista que destaco: a arte de Wagner é doente. Os problemas que ele põe no palco — todos problemas de histéricos —, a natureza convulsiva de seus afetos, sua sensibilidade exacerbada, seu gosto que exigia temperos sempre mais picantes, sua instabilidade, que ele travestiu em princípios, e, não menos importante, a escolha de seus heróis e heroínas, considerados como tipos psicológicos (— uma galeria de doentes!): tudo isso representa um quadro clínico que não deixa dúvidas. Wagner estu nenévrose [Wagner é uma neurose]. (NIETZSCHE, 1999, p. 20).

O estabelecimento da Literatura como disciplina no século XX suscitou grande discussão acerca dessa relação entre o autor e a sua obra. As considerações sobre a vida do autor poderiam ser feitas desde que em seguida à crítica, relegadas à história literária, “que reintegra a obra e o autor

no tempo e no espaço, e explica sobre ela e sobre ele tudo o que pode ser explicado” (VAN TIEGHEM, 2011, p. 102). Nesse ensejo, a vida de quem escreve não deveria compor uma crítica literária, atitude considerada extrínseca à obra analisada. Essa ruptura é explicitada na década 1960, quando Roland Barthes fala da morte do autor (BARTHES, 2004, p. 57): “a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo pelo qual foge o nosso sujeito”. Em outras palavras, o filósofo francês defende a escrita como um espaço mortuário, uma complexa rede de citações, como pode ser conferido nos segmentos destacados: “é a linguagem que fala, não o Autor” (*Id.*, p.59) e o “texto é um tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura” (*Ibid.*, p. 62). Maurice Blanchot, alguns anos antes, havia escrito que “Cada vez que o artista é preferido à obra, esta preferência, esta exaltação do gênio significa uma degradação da arte.” (BLANCHOT, *apud* ALMEIDA, 2011, p. 87). “Esta preferência é um sinal de degradação da arte”, continua o pesquisador Leonardo de Almeida, “porque aponta para uma captura que define e – conseqüentemente – empobrece a experiência criativa. O autor serviria para explicar a obra, quando não há mais experiência a ser vivenciada” (ALMEIDA, 2011, p. 87).

Vale ressaltar, contudo, as vozes dissonantes da popularização deste modo de encarar a crítica, como a conferência de Walter Benjamin (1934). Em “O autor como produtor”, defende que o autor de uma obra estética seja também uma figura pública,

social e, sobretudo, política. Este debate se estende aos dias atuais, nos quais a literatura comparada admite o resgate do percurso do autor, caso seja relevante ao entendimento da obra. Entende-se, conseqüentemente, a obra literária como produto de alguém, isto é, como artefato.

Michel Foucault também contribui para esse debate em seu texto intitulado “O que é um Autor?”, perante a *Société Française de Philosophie*. A conferência, ocorrida em 1969, marca um ponto na trajetória do pensamento do filósofo em um tema explorado em obras anteriores. Em sua reflexão, se o autor “desapareceu” do texto ficcional, sua ausência revela, ao invés de um simples espaço, justamente o lugar onde a função do autor é exercida (FOUCAULT, 2009, p. 266-7).

Abordando a questão no referido evento, Foucault utiliza a citação “que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala”, de Samuel Beckett (*apud* FOUCAULT, 2009, p. 267), que serve de mote para o pensador francês. A frase de Beckett exemplifica o lugar principal que a crítica contemporânea relegava à figura do autor – o que seria decorrente de uma vasta produção literária em que o foco ficcional estava no desaparecimento de traços indicativos da figura do autor. Nas palavras do escritor de *As Palavras e as Coisas*, o “apagamento do autor tornou-se, desde então, para a crítica, um tema cotidiano.” (*Id.*, p. 264).

Tal indiferença da produção ficcional até então seria especificada por Foucault por meio de dois temas. Conforme apontado pela pesquisadora Bianka Kelly de Souza (2011, p. 125), esses temas seriam:

Primeiro o de que a escrita hoje se libertou do tema da expressão, só se refere a si própria, mas não se aprisiona na forma da interioridade, ela identifica-se com a sua própria exterioridade manifesta. [...] O segundo tema trata-se do parentesco da escrita com a morte. Essa ligação nos conduz a relembrar as narrativas e as epopeias dos gregos, destinadas a perpetuar a imortalidade do herói, que aceitava morrer jovem para que sua vida, assim consagrada e glorificada pela morte, passasse a imortalidade. Para Foucault a nossa cultura subverteu esse tema da narrativa destinada a conjurar a morte.

Primeiro, a libertação do tema da expressão. “A escrita se basta em si mesma”, diz Foucault (2009, p. 268), o que significa que a literatura se tornara um “jogo de signos” regido pela própria “natureza de significante”. Nas palavras de Roland Barthes (2004, p. 69), em um texto datado de 1971: “O Texto, pelo contrário, pratica o recuo infinito do significado, o Texto é dilatatório; o seu campo é o do significante”. Ao ler este trecho de Barthes e retomando Foucault, a literatura é um jogo sem sentido aparente, ou melhor, um jogo que só tem sentido porque é constituído de signos e os mesmos possuem sentido naturalmente. Constituem-se, nesse âmbito, as brincadeiras literárias, para aplicar um termo que leva em consideração também a função do acaso na criação poética. Mallarmé constituiria um exemplo disso, posto que sua poesia buscava criar sentidos pelo não-sentido aparente das diversas palavras – e sons, por conseguinte

– grafadas em lugares diferentes da página e juntadas no todo da leitura. Flaubert desejava também escrever um livro sobre o nada:

“O que eu gostaria de fazer é um livro sobre nada”. Foi o que escreveu Flaubert a uma sua amiga em 1852. Li nas *Cartas exemplares* organizadas por Duda Machado. Ali se vê que o nada de Flaubert não seria o nada existencial, o nada metafísico. Ele queria o livro que não tem quase tema e se sustenta só pelo estilo. (BARROS, 2012, p. 327).

O epíteto “só pelo estilo”, apenas, adicionaria mais autores à lista, considerando as vanguardas literárias da primeira metade do século e o Modernismo, considerados polos de experimentalismo literário. A constatação, todavia, vai além do experimentalismo. Dizemos isso pois a literatura de cunho realista/naturalista almejava retratar a realidade fidedignamente, tornando o livro, dessa forma, um espelho. Destarte, o autor, frequentemente o narrador em outras circunstâncias, tornava-se um coletor de dados e testemunha dos acontecimentos, relatando-os no livro que ora escrevia. Diminuía-se, assim, a ficção (enquanto terreno da imaginação e do criar não necessariamente relacionado à representação da realidade). A obra literária era entendida pelo Naturalismo como

uma transposição direta da realidade, como se o escritor conseguisse ficar diante dela na situação de puro sujeito em face do objeto puro, registrando (teoricamente sem interferência de outro texto) as noções e impressões que iriam constituir o seu próprio tex-

to. (CANDIDO, 1991, p. 125).

Além disso, o autor escapava de seu próprio texto, fugindo de elementos autobiográficos e usando termos científicos para tal, como podemos evidenciar nas descrições tanto anatômicas quanto clínicas das relações sexuais dos personagens. Quanto a isso, Candido (1991, p. 125) escreve que

a redução à animalidade decorre da redução geral à fisiologia, ou ao homem concebido como síntese das funções orgânicas. A finalidade desta operação parece apenas científica, mas na verdade é também ética, devido às conotações relativas a certa concepção do homem. Ao contrário das aparências, a correlação entre esses dois níveis é visível no Naturalismo, manifestando-se através de camadas correspondentes do estilo, que se contam reciprocamente.

Em suma, o sujeito-autor, aquele que se marca naquilo que escreve, que deixa algo de si em seu texto, haveria desaparecido da literatura, embasado pela crítica literária vigente (FOUCAULT, 2009).

O desaparecimento do autor da literatura, não obstante, acontece pelo apagamento de suas marcas, do sumiço de seu corpo, como criador de sentidos naquilo que se constituiria extensão dele. Isto é, como produção, a literatura seria também um produto de *alguém* e, assim, possuiria marcas de seu produtor. Foucault percebe o contrário, afinal “o sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular” (2009, p. 269). A crítica de então se aproximava dessa afirmativa.

Barthes (2004, p. 62) continua seu pensamento dizendo que o texto não seria mais o produto de um sentido único, isto é, de uma “mensagem do Autor-Deus”, mas, de fato, que se constituiria de um entrecruzamento de citações e de outros textos. A ficção, portanto, seria produto de uma intertextualidade exterior ao próprio autor da obra, mas da qual ele involuntária e inerentemente faria parte. Por fim, como o texto é “feito de escrituras múltiplas” (*Id.*, p. 64), o filósofo conclui que toda essa multiplicidade de discursos se reúne: o leitor, que seria “o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura” (*Ibid.*, p. 64).

A conclusão de Roland Barthes é parte da premissa principal da conferência de Foucault, embora não explicitamente, já que sua intenção não é insistir no tópico do desaparecimento do autor, mas buscar entender o que ficou nesse lugar vazio. Contudo, Foucault percebe que há determinadas noções que inviabilizam a total morte do autor, a saber, a obra e a escrita. Para resumir o pensamento que o filósofo empreende, destaca-se a seguinte dúvida lançada ao longo de seu pronunciamento, qual seja: se for reunir e publicar o que um determinado escritor escreveu em vida, o que conferiria a esse material o estatuto de obra? Rascunhos, textos teóricos, receitas de bolo? (FOUCAULT, 2009, p. 269-270).

No âmbito da Literatura, a comercialização de elementos da vida do autor é bastante comum: livros (auto-) biográficos, entrevistas em jornais, revistas e em livros, cartas íntimas. Para responder

se cartas íntimas ou receitas culinárias fariam parte de uma obra de um autor ou não, Foucault chega à noção de autoria, imprescindível para a discussão sobre o lugar do autor (se é que o autor existe ou deixou de existir) e elabora o seguinte argumento, destacado e resumido pelo professor Teodoro Rennó Assunção (2010, p. 184):

Quando, na sequência, Foucault sugere que os critérios para a definição do autor pela crítica literária tradicional estão próximos dos da exegese cristã, ele se reporta aos critérios de São Jerônimo em *De uiris illustribus*, os quais, de algum modo (ou seja: com a exceção do último dos quatro), situam no interior da própria obra (como também o faz Foucault quanto aos tipos discursivos) – sem a necessidade de remeter ao indivíduo histórico e jurídico que a criou – a noção de autoria.

Logo, pode-se afirmar que o autor estaria ausente da obra não apenas para a crítica, mas também, como indivíduo histórico e jurídico, não seria contemplado pela noção de autoria. Sua escrita bastaria em si mesma: os elementos prosódicos e estéticos das obras tidas como sendo desse autor seriam suficientes para indicar autoria caso houvesse textos apócrifos mesclados ao escrito. Seguindo essa lógica, então, os elementos textuais não precisam da figura do autor, bastam-se enquanto parte de uma teia infinita de relações intertextuais. Michel Foucault, entretanto, ao perceber as complicações “obra” e “autoria”, encontra mais um problema: o nome do autor. Se o autor não existe mais, não haveria motivo

para se continuar insistindo em colocar um nome na capa de um livro ou de se buscar pretensas autorias textuais. Ele chega, assim, ao que chama de “função-autor”, “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2009, p. 2274). Tal conceito pode ser compreendido como um grupo de características que seriam exercidas dentro desse vazio deixado pelo autor. Entre tais características, destaca-se uma noção de unidade atribuída a um ser racional chamado autor (SOUZA, 2011, p. 128).

Desta maneira, a função-autor existe por questões jurídicas e legais, mas igualmente por ser produto de relações internas e externas à obra, como a unidade conferida aos detalhes e elementos dentro de sua obra. Entendemos que uma obra seja escrita e transcorra de determinada maneira em seu enredo porque acreditamos que isso tenha sido produto de um ser racional, como nós. O autor, assim, seria mais um construto da sociedade. Alguém cuja existência real não importa em si, que conferiu determinada unidade a um grupo de acontecimentos e redigiu-os em um objeto-livro. Essa unidade seria, também, histórica, científica e política, já que esse ser racional faria parte de uma comunidade.

A função-autor, conseqüentemente, exercita no vazio deixado pelo desaparecimento do autor-indivíduo, reúne e confere a unidade atribuída à obra analisada. O indivíduo que a concebeu perde importância para a crítica – continuaria, nos termos de então, “morto” – porém sua função perma-

neceria no texto. De fato, diversos autores ao longo dos séculos XIX e XX, conforme mencionado anteriormente neste artigo, tentaram ausentar-se de sua produção estética, apagando seus rastros e suas marcas. A função-autor continuaria lá – afinal, sabe-se que *Ulysses* é de autoria de James Joyce, assim como que *Un Coup de Dés* é de Mallarmé – exercendo sua força e marcando-se na unidade conferida ao texto.

POCOCK: O AUTOR E O ROMANCE

Nessas condições, as obras artísticas são intertextuais, ou seja, ao lermos algo, impregnados de nosso estoque de conhecimento, podemos enxergar, muitas das vezes, conexões que o autor não previa evidenciar ou se aprofundar. Dito isto, a seção “O autor e o romance”, do texto de Pockock abordado por este artigo, dialoga com essa longa discussão, ao citar autores pronunciando-se acerca de lugares.

Estamos falando de um contexto em que uma obra era criticada de forma intrínseca, analisando os personagens no contexto do enredo, como visto nas páginas anteriores. Diante deste quadro, Pockock escreve que, durante muito tempo, a crítica literária tratou o lugar de forma subvalorizada. Ao longo deste trecho, é possível apreender a expressão do lugar por meio dos autores, analisando-os em seu contexto.

O lugar possui seu espírito, plenamente compreendido somente por aqueles que são do lugar. Nesse sentido, os livros em sintonia com o senso de lugar, expondo uma relação simbiótica

entre lugar e personagem, podem ser considerados como notáveis. A observação de um lugar, vale dizer, não é suficiente. O conhecimento de fato de um lugar envolve a condição de ser do lugar. Alguns escritores do Velho Continente, como frisa Pocock, fixaram longa residência em outros países, como os do continente africano, e foram reconhecidos por escreverem clássicos admirados por terem, segundo os críticos, capturado a espécie do lugar. Aqueles que são do lugar, contudo, não se enxergam na descrição feita por tais obras, o que pode ser considerado um ponto de vista europeu sobre a África.

Ao lado disso, pode-se perceber a valorização do lugar quando escritores referem-se laconicamente a lugares estrangeiros. Por exemplo, Thomas Hardy pontuou que sua descrição de determinados lugares escoceses, embora não parecessem escoceses aos olhos dos próprios nativos, pelo menos assim o pareciam aos ingleses (POCOCK, 1981, p. 338). Além de outros autores citados, a posição de Graham Greene (1904-1991) é ainda mais interessante:

Perhaps no one can write in depth about a foreign country – he can only write about the effect of that country only his own fellow countrymen [...] He can only “touch in” the background of the foreign land⁷. (GREENE apud POCOCK, 1981, p. 338).

⁷“Talvez ninguém possa escrever em detalhe sobre um país estrangeiro – pode-se apenas escrever sobre o efeito daquele país nos seus próprios conterrâneos [...] Ele pode apenas tocar de leve no pano de fundo de um país estrangeiro”.

Tal dificuldade é oriunda de avaliações etnocêntricas desses autores enquanto parte do problema universal do relacionamento entre o autor e o mundo conforme ele o observa e o descreve (POCOCK, 1981, p. 338). Não apenas o problema envolve o lugar, mas estende-se ao tempo, à sociedade e à classe. Por exemplo, as crianças: não é comum que estas escrevam livros, porém inúmeras obras as retratam. A autenticidade de sua caracterização, demonstra Pocock, é julgada pela sociedade letrada e literária que produz tais trabalhos e não exclusivamente para aqueles cujo mundo foi descrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que analisa-se a obra como um produto redigido por um indivíduo e que este encontra-se como parte constitutiva de um meio, os argutos apontamentos de Douglas Pocock mostram-se frutíferos tanto aos estudiosos da Geografia quanto aos da Literatura. O uso do conceito de lugar, percebendo-o como fruto de uma relação dialética com aquele que ali se encontra, pode auxiliar imensamente o teórico de Literatura, posto que a apreensão do mundo à volta do sujeito é justamente aquilo de que a obra literária é feita. Quanto mais verossímil tal apreensão, tanto melhor é considerado o texto.

Pretendemos, assim, com este artigo descortinar o debate pelo qual perpassa o artigo de Pocock ao abordar a relação dialética entre o autor e o lugar e a apontar sucintamente sua importância para a interlocução entre as duas referidas áreas do conhecimento. Este artigo compõe um

esforço que se desdobrará, como pretendemos, em outros textos, de maneira a contribuir com as discussões no campo da geografia e da literatura, trazendo à memória o nome de Pocock, responsável por abrir caminhos nos estudos geográficos.

O presente artigo foi escrito a quatro mãos, unindo um estudioso da geografia e outro da literatura, na difícil tarefa de traduzir as questões levantadas por tão belo e filosófico artigo. Importante ressaltar, o termo "tradução" não significa pura e simplesmente reverberizar em outra língua, mas, de fato, buscar recriar em um novo sistema os conceitos e as reflexões a partir do texto base.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. P. Reflexões sobre o reinado do autor e sua mitologia correspondente. In: BITTENCOURT, Luís; BITTENCOURT, Renato Nunes. **Comunicação, consumo e subjetividade**. Rio de Janeiro: Ventura, 2011. p. 87-99.
- ASSUNÇÃO, T. R. **O que é um autor?** de Foucault, e a questão homérica. *Nuntius antiquus*, Belo Horizonte, n. 6, p.181-200, dez. 2010. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/nuntius/data1/arquivos/006.12-Teodoro_Renno181-200.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- BENJAMIN, W. O autor como produtor. In: _____. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1. p. 120-136.
- BARROS, M. de. Pretexto. In: _____. **Poesia completa**. São Paulo: LeYa, 2010, p. 327.
- BARTHES, R. A morte do autor. In: _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 57-64.
- _____. Da obra ao texto. In: _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 65-75.
- BROSSEAU, M. Geografia e literatura. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.17-77.
- CANDIDO, A. De cortiço a cortiço. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 30, p.111-129, 1991.
- FOUCAULT, M. O que é um Autor? In: MOTTA, M. B. (Org.). **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p.264-298. (Coleção Ditos e Escritos).
- MARANDOLA, J. A. M. S. O Geógrafo e o romance: aproximações com a cidade. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 1, p. 61-81, jan./abril 2006.
- NIETZSCHE, F. **O caso Wagner**. Trad. P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [1888?].
- NUNES, B. A visão romântica. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 51-74.
- POCOCK, D. C. D. Place and the novelist. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 6, n. 3, p. 337-347, 1981.
- SOUZA, B. K. Que importa quem fala? o desaparecimento do autor segundo Michel Foucault. **Intuição**, v. 4, n. 2, nov. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuicao/article/view/9676/7212>>. Acesso em: 15 mar. 2013, p. 123-132.
- VAN TIEGHEM, P. Crítica literária, história literatura, literatura comparada [1931]. In: COUTINHO, E.; CARVALHAL, T. F. **Literatura**

comparada: textos fundadores. Rio de Janeiro:
Rocco, 2011, p. 100-107.

Recebido para publicação em 27 maio 2013.

Aceito para publicação em 4 out. 2013.

MORTE E LITERATURA NA ESCRITURA DE YUKIO MISHIMA

MUERTE Y LITERATURA EN LA ESCRITURA DE YUKIO MISHIMA

Rodrigo Michell Araujo *

Resumo: Este artigo investiga a experiência da morte na escritura de Yukio Mishima. Tomamos como *corpus* de análise duas expressivas obras do escritor, *Confissões de uma Máscara* (1984) e *O Tempo do Pavilhão Dourado* (1988), e, a partir de um diálogo entre filosofia e literatura, argumenta-se que há na obra de Mishima um intenso embate entre tradição e modernidade, resultando em uma mescla de vida e morte sem hostilidades. Para isso, pomos as obras em contato com pensamentos como o do filósofo romeno Emil Cioran e com a analítica existencial do filósofo alemão Martin Heidegger, e dos entrecruzamentos justificamos um autor-samurai que escreve com a espada, configurando uma escritura que carrega a morte como exercício ético de liberdade.

Palavras-chave: Japão.Morte.Escritura.Ética.Liberdade.

Resumen: Este artículo investiga la experiencia de La muerte em la escritura de Yukio Mishima. Tomamos como *corpus* de análisis dos expresivas obras del autor, *Confissões de uma Máscara* (1984) e *O Tempo do Pavilhão Dourado* (1988), y a partir de un diálogo entre filosofia y literatura, argumentamos que hay en la obra de Mishima un intenso enfrentamiento entre tradición y modernidad y el resultado de la pugna es una mezcla de vida y muerte sin hostilidades. Para ello, ponemos las obras em contacto com pensamientos como el del filósofo rumano Emil Cioran y la analítica existencial del filósofo alemán Martin Heidegger, a través de cuyo encuentro justificamos un autor-samurai que escribe con la espada, una escritura que lleva consigo la muerte como ejercicio ético de libertad.

Palabras clave: Japón. Muerte.Escritura.Ética. Libertad.

* Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC-SE) e integrante do Grupo de Estudos em Filosofia e Literatura (GeFeLit-UFS). E-mail: rodrigo.literatura@gmail.com

TERRA DO POENTE

Como abordar uma civilização tão distante geograficamente de nós, ocidentais, como a civilização japonesa? E qual o nosso interesse por um país que por muito tempo permaneceu fechado ao ocidentalismo, como o Japão? Terra do poente, de clãs, imperadores, guerreiros e camponeses, palco de lutas cruzando eras. Terra dos samurais e das gueixas que tanto dedilharam o imaginário ocidental pela beleza e bravura. Falar da cultura japonesa é falar de uma cultura imagetivamente rica, profusa visual e gestualmente, o que ratifica nosso imaginário de país das exuberâncias e do fascínio. Esta imagem se fundamenta quando tratamos principalmente da arte nipônica, dos ricos detalhes de suas esculturas, da grandiosidade de seus templos, do simbólico de seu teatro *Nô*, do poético de seu cinema. Sua literatura não foge a esta regra, e, se nos reportamos à poesia, desde as composições *tankas* à difusão e popularidade dos *haikais*, vemos como ela capta as pujanças de um país complexo e delicado.

Muito se tentou e buscou traduzir a essência da alma japonesa, e, assim, criando um embate cultural muito próximo do que apregou o psicanalista Erich Fromm (1976), o ocidente “lógico” aristotélico, de um lado, e o oriente “ilógico”, de outro. Tratamos neste artigo de um peculiar escritor contemporâneo japonês que presenciou profundas mudanças socioeconômicas no país pós 1945, após o duro agosto em que a primeira bomba atômica incendiou as portas nipônicas fazendo expor a *japonidade* a esse Outro – embora o império japonês

tenha sofrido mudanças já desde o século XIX com a “Restauração Meiji”, quando se transferiu o poder do Período Edo para o Período Meiji, marcando a economia do país.

Yukio Mishima, pseudônimo do célebre escritor Kimitake Hiraoka, nascido em Tóquio em 1925, presencia uma intensa modernização de um país não meramente transformado, após a ocupação americana, mas, de fato, nas palavras do historiador Oliveira Lima (1997, p. 95), “adaptado”. A própria obra de Oliveira Lima, *No Japão*, consagrada por seus admiradores – como Gilberto Freyre –, embora sendo uma “impressão” de um diplomata, traz muito da atmosfera política e social do país no redemoinho da adaptação, além daquilo que em si permaneceu intocado e inabalável: “a encantadora natureza nipônica, misto de grandiosidade e graciosidade” (LIMA, 1997, p. 99). É diante desta mista paisagem que Mishima tece uma literatura em que a base é palco de um confronto entre a tradição e o novo. O autor vê desaparecer na cultura nipônica a figura do samurai guerreiro do Império; amante das artes marciais e desde cedo esculpindo o corpo para tornar-se um grande samurai, uma tese que Mishima levou até o final da vida – para encarar a morte é preciso preparar e esculpir o corpo. O que vemos no escritor é justamente uma luta em defesa da tradição nipônica, em defesa da ética samurai, em defesa do sol poente no país que outrora tinha aprendido a harmonia entre vida e morte; uma partida contra a atmosfera melancólica, nas palavras do sociólogo Maurice Pinguet (1987, p. 220):

“Dupla melancolia para quem compreendia que a civilização capaz de forjar tais homens [os samurais] também tinha morrido”.

Embora grande conhecedor do Ocidente, como nos mostra seu biógrafo, o jornalista britânico Henry Scott Stokes (1986), e levando para sua literatura uma tonalidade ocidental – por exemplo, citações e pensamentos de filósofos ocidentais, justificando a grande fama que teve Yukio Mishima fora do Japão –, o projeto de vida do autor foi defender até o fim o espírito feudal do país: “Mishima parece partilhar da ilusão ocidental de que o Japão ainda é um país de samurais; claro que o espírito deles persiste, mas a parafernália não” (STOKES, 1986, p. 21). O que Stokes nos coloca, e o acompanhamos na colocação, é que a cultura é dinâmicas, em se tratando daquele país por muito enclausurado, uma figura feudal tenderia a ficar no imaginário. Mas é salutar preservar o imaginário não como uma “ilusão”, erro de percepção, algo negativo, mas algo próximo daquilo que tratou Gilbert Durand (1982), um imaginário que transforma o real.

Deste modo, a partir de dois romances de destaque do autor, *Confissões de uma Máscara* (1984) e *O Templo do Pavilhão Dourado* (1988), investigamos como se configura essa atmosfera em suas obras e como não só Mishima, mas também seus personagens defendem uma ética guerreira do samurai, como ambos (e por isso suas obras tem um tom autobiográfico, ou autoficcional) partem em defesa do código *Hagakure* que, como diz o próprio Mishima em um manifesto, “é uma tentativa de curar o caráter pacífico da sociedade moderna com o po-

deroso remédio da morte” (MISHIMA, 1987, p. 31). Com isso, na obra de Mishima há um intenso embate entre tradição e modernidade e o resultado é uma mescla de vida e morte sem hostilidades, um estar diante da morte e encará-la que tão bem os samurais e o velho Japão souberam lidar. É neste movimento que a escritura de Mishima carrega a morte em suas páginas.

Expliquemos: que o olhar que lançamos para o Oriente e para a literatura de Yukio Mishima não intente cair em uma etnografia do “outro exótico”, campo de trabalho da antropologia. Nosso caminho crítico percorre alguns filósofos, não no intuito de que, na análise, estes se sobreponham à obra literária, mas que haja uma “aproximação compreensiva”, como diz o crítico literário paraense Benedito Nunes, em *No tempo do nihilismo e outros ensaios* (1993, p. 82) – uma *transa* entre campos disciplinares, matéria a que Benedito Nunes se dedicou em toda sua crítica. É neste ponto de encontro entre Ocidente e Oriente que estabelecemos uma *diálogo*, no sentido heideggeriano, para fundamentar nossa análise crítica.

2. FESTIM DA MORTE

2.1 CONFISSÕES

Guevaras, Mishimas: mortos, somos invencíveis.

(LEMINSKI)¹

¹ LEMINSKI, 2011, p.239.

Jovens gladiadores postos a oferecer a vida, gritos agonizantes capazes de provocar até o mais pífio sentimento de tristeza, banhos de sangue, adagas, mais ainda: uma longa mesa sob uma toalha de um branco sublime, candelabros elegantes, pratos postos. Banquete fúnebre. Um dos cozinheiros se aproxima da mesa e anuncia que logo o jantar será servido. Mais gritos e gemidos, outro cozinheiro com um rapaz morto, corpo nu estendido ao chão. De rosto para cima ou para baixo, pergunta o cozinheiro? Outro cozinheiro com uma enorme travessa, ansiedade, corpo despido sobre a travessa. Começa o banquete, um garfo sobre o coração, jatos de sangue por todo lado, gozo e excitação em cada movimento.

Assim é descrita a cena do teatro de morte em *Confissões de uma máscara* (1984), em que o protagonista do romance, Koo-chan, fantasia seu desejo de morte. Escrito em forma de diário pelo narrador autodiegético, o romance é um córrego de sangue, sofrimento e orgasmos, um palco de crueldade aonde a morte chega até a ser posta como personagem na narrativa. Koo-chan a deseja como se esta assumisse um corpo desejante, como a morte em corpo de uma mulher vestida de branco e de seios à mostra no filme de Ingmar Bergman, *Na presença de um palhaço* (1997). *Confissões* pode ser chamado de romance autobiográfico por conter muitos passos do autor e de suas inquietações no protagonista². Aflições, medos, delírios,

² Sobre obras autobiográficas ou “escritas de si”, pode-se conferir o estudo de Philippe Lejeune, *O pacto autobiográfico* (2008), e um salutar estudo de Georges Gusdorf, *Les écritures du moi, lignes de vie* (1991).

frenesis, tudo em doses altas, em que viver é um dever, desagradável dever.

Seu percurso de inquietação e construção da máscara dá-se por três momentos: (i) memórias da infância, “preâmbulo de minha vida” (MISHIMA, 1984, p. 20), quando se dá sua inclinação “para a morte, a noite e o sangue” (*Idem*, p. 20) e quando “a relutante máscara começara a nascer” (*Idem*, p. 24); (ii) descoberta do prazer, uma urgência de começar a viver, e quando começa, a partir dos doze anos, a arquitetar seu teatro da morte; (iii) transição da adolescência para a fase adulta marcada pela guerra, momento de descoberta da morte como real objetivo de vida.

Nascido numa manhã de janeiro de 1925, Koo-chan passou a infância sendo criado pela avó, entre os odores da doença e da velhice. A ausência do belo escorre já pelas primeiras linhas – ausência que pode ser evidenciada também nas outras obras – quando depara com um jovem sujo e abate-lhe o desejo de se transformar naquele moribundo, de *ser* ele. Logo cedo percebera que a vida não era contos de fadas. Mergulha em fantasias e lutas, além de despertar, ao mesmo tempo, o desejo carnal, embora sem compreender – primeiro, a atração pelas calças apertadas de um sujo transeunte, depois a atração pela figura heroica de um “homem” montado num cavalo como quem enfrentasse a morte, que depois iria descobrir ser Joana d’Arc. Das memórias da infância, podemos aproximar o protagonista, submerso às deficiências do mundo, àquilo que chamou o filósofo romeno Emil Cioran de *origens do mal*, ou princípios satânicos do

sofrimento: “*Comment combattre le malheur? Em nous combattant nous-mêmes: en comprenant que la source du malheur se trouve en nous*” (CIORAN, 1990, p. 119)³. Carrega, pois, em seu interior todos os sofrimentos do mundo, um combate com ele mesmo e além: combate com os sentidos da vida.

O adeus à infância é expresso por dois caminhos: primeiro, pela sensação carnal e imersão na libido; segundo, que podemos dizer ser derivado do primeiro, pela denúncia do belo, direcionando-o a um esquiteamento – um *écart élément* existencial cioraniano (CIORAN, 2004). O que chamamos de descoberta do prazer, sua primeira ejaculação, dá-se frente à imagem de São Sebastião, de Guido Reni, amarrado a uma árvore e com as mãos levantadas. A imagem daquele corpo nu, apenas coberto com um leve pano branco na região do órgão genital, além de flechas cravadas no corpo, foi para Koo-chan não só o marco de seu primeiro gozo, como foi também o preâmbulo da agonia de morte pelo martírio do corpo, dor magnífica e trágica. É como, digamos, se São Sebastião abrisse as portas para o gozo da dor, crueldade e prazer, no personagem (posteriormente, Mishima posaria nu na mesma posição de São Sebastião para uma fotografia de Kishin Shinoyama em 1970, pouco antes de sua morte). A outra imagem do prazer foi a de um colega de colégio, Omi, “primeiro amor que enfrentei na vida” (MISHIMA, 1984, p. 54), por quem teve vários momentos de ereção, que chamava de mau-hábito,

criando seu fetiche por axilas – o mesmo ideal de axilas de São Sebastião.

Mas é diante do espelho que Koo-chan depara com “o desgracioso reflexo do meu corpo nu” (*Idem*, p. 61), um confronto entre a beleza do Outro e a beleza de si mesmo. Duro reflexo que nos remonta à antológica cena do filme *O sangue de um poeta* (1930), de Jean Cocteau, que diz: “os espelhos deveriam pensar mais antes de refletir as imagens”. Koo-chan conclui seu desgosto de si ao dizer: “Nunca você vai ser parecido com Omi” (MISHIMA, 1984, p. 61). A impossibilidade de ser parecido, ou ser ele, remonta-nos à ideia de desprezo de si de Cioran quando constata, em sua obra *Suslèsesimesdudésespoir* (1990, p. 99), que “*Seul l’homme est capable de tant de mépris de soi*”⁴. O desprezo de si é um passo que põe frente a frente o homem com a miséria da humanidade, sendo a máxima do pensamento do filósofo pessimista (1990, p. 100): “*éternelle est la misère de l’humanité*”⁵. Nostálgico, saturado de si, constata-se aquilo que disse Cioran: tudo é poeira. E mais: tudo é nostalgia. Se a máxima do filósofo é que “*Je suis mécontent de tout*” (*Idem*, p. 81)⁶, será Koo-chan a concluir:

Estava saturado de mim mesmo e, apesar da minha castidade, destruindo o meu corpo. Pensara que com “seriedade” (que pensamento tocante!) eu também poderia escapar à minha condição infantil. Era como se eu ainda não tivesse percebido

³ “Como lutar contra a desgraça? Lutando contra nós mesmos: compreendendo que a origem da desgraça se encontra em nosso interior”. Tradução literal nossa.

⁴ “Somente o ser humano é capaz de tanto desprezo de si mesmo”. Grifo do autor.

⁵ “Eterna é a miséria da humanidade”.

⁶ “Tudo me deixa insatisfeito”.

que aquilo com que estava enojando agora era meu verdadeiro eu, era claramente uma parte de minha vida. (MISHIMA, 1984, p. 73).

Desta transição, entre a fase da infância e a fase adulta, podemos chamar de *movimento de êxtase*: de morte e de erotismo. Do sexo à morte, do sangue à carnificina, neste movimento Koo-chan é puro impulso. E o êxtase atinge os cumes quando os mundos exterior e interior se mesclam neste movimento – o que aproxima a saturação do protagonista da insatisfação cioraniana. E só mesmo nos cumes deste movimento que podemos extrair a máxima apontada por Darci Kusano (2006, p. 424): “êxtase da morte com a consumação do êxtase erótico”.

Da adolescência para a fase adulta, isto é, dos dezessete aos vinte e um anos, dois momentos marcam a exegese: a entrada na universidade para o curso de direito, um ano antes do final da guerra, em 1944, e a convocação para o serviço militar em uma fábrica de aviões já no último ano da guerra. Neste período, com a guerra, aviões e bombas como pano de fundo, é que se manifesta o maior sentimento trágico na narrativa, alcançando a morte seu ponto alto. O Japão ameaçado começara a provocar mudanças na sociedade, se o amanhã era mesmo incerto, a luz direcionava para o palco do presente, presente absoluto. Uma casa fechada, sob ameaça de ter as portas forjadas, um ovo prestes a quebrar: a vida foi algo que pudesse ser questionado, repensado, inquietações nipônicas muito bem derramadas pelas páginas do romance, no seguinte trecho:

Nessa época aprendi a beber e a fumar. Isso quer dizer que aprendi a fazer de conta que fumava e bebia. A guerra produziu uma maturidade estranhamente sentimental em nós. Fez que pensássemos na vida como algo que terminaria abruptamente pelos vinte anos; jamais considerávamos sequer a possibilidade de haver alguma coisa além daqueles poucos anos remanescentes. A vida nos surpreendeu como sendo uma coisa estranhamente volátil. (MISHIMA, 1984, p. 86).

A rápida permanência nos bancos da universidade dá-se por conta dos frequentes ataques aéreos, adiantando o exame físico no serviço militar e, com a classificação de apto para o serviço, o chamado para o trabalho na fábrica de aviões. É a partir deste momento que aflora o sentimento e a experiência da morte, ou, de acordo com o personagem, *finalidade da morte*. Koo-chan espera por ela, “ansiava impacientemente pela morte com uma doce expectativa” (*Idem*, p. 93), deseja-a assim como Cioran a admirava num movimento de êxtase. Podemos dizer que o protagonista concorda com o pensamento de Cioran de que “*l'une des plus grandes illusions consiste à oublier que la vie est captive de la mort*” (1990, p. 28)⁷. Esperar as bombas caírem e incendiarem tudo, para que reste nada mais que ruínas, fogo purificador, pois só pela destruição do mundo poderia destruir-se, negar-se rumo ao nada, “eu suspirava pela grande sensação de alívio que a morte certamente traria se apenas, como um lutador, eu pudesse

⁷ “Uma das grandes ilusões consistem em esquecer que a vida é seduzida pela morte”.

arrancar o pesado fardo da vida sobre os ombros” (MISHIMA, 1984, p. 93). Eis sua doutrina da morte. Foi durante uma volta para casa, devido a um mal-estar, causando-lhe uma febre, que o protagonista, olhando o mundo exterior pela janela do trem, pensou na completa destruição pela guerra, “fechava os olhos e imaginava uma cena em que toda a minha família era aniquilada num ataque aéreo” (*Idem*, p. 100). Eis, assim, seu maior desejo:

O que eu queria era morrer entre estranhos, tranquilo, sob um céu sem nuvens. Entretanto, meu desejo diferia dos sentimentos daquele grego antigo que queria morrer sob o sol brilhante. O que eu queria era algum suicídio natural, espontâneo. Queria uma morte como a de uma raposa, ainda não muito versada em astúcia, que caminha descuidadamente por uma vereda na montanha e é atingida por um caçador devido à sua própria estupidez... (*Idem*, p. 100).

No apocalíptico ano de 1945 o Japão mergulhou em chamas, “o céu ficou vermelho-vivo” (*Idem*, p. 114), uma festa de destruição e morte. É neste ano que o protagonista fica face a face com a carnificina resultante dos bombardeios aéreos; dá-se neste momento aquilo que Darci Kusano (2006, p. 466) chamou de “estética da decadência”. Em uma de suas voltas à fábrica, depara com vítimas do ataque, corpos espalhados no chão com os olhos vazios que nada veem; mães, filhos, uma fotografia da agonia. Apesar disso, confessa Koo-chan ter sido “encorajado e fortalecido por aquele desfile de miséria” (MISHIMA,

1984, p. 115). O impulso pelo grotesco e pelo sangue, isto é, pela carnificina, denuncia não apenas a ausência do belo, mas também direciona-nos para a tese de que “a beleza estaria associada à destruição e morte. [Isto é] a beleza só teria existência através da ruína e morte” (KUSANO, 2006, p. 467). Logo, seguindo a tese salutar apontada por Kusano, podemos concluir que a estética da decadência e da morte, em *Confissões*, dá-se pela tríade beleza-ruína-morte.

Pouco a pouco o desejo de nulidade o inflama como um incêndio interior nos ali-cerces da existência e que, somado ao incêndio exterior, o faz elaborar a tese de que “era na morte que eu havia encontrado meu real objetivo na vida” (MISHIMA, 1984, p. 131). Mergulhado na fantasia e no delírio, sonhava em apagar-se: “eu estava esperando [...] que durante aquele mês os americanos desembarcassem na baía S, e [...] que uma bomba monstruosa, como ninguém jamais imaginara, me matasse, não importa onde eu estivesse abrigado...” (*Idem*, p. 142). Mesmo contemplando a ideia de suicídio, não haveria motivo para o ato com a morte dançando tão próxima de si.

O desfecho do protagonista Koo-chan é a sensação do fracasso, da incapacidade. “Eu estava completamente exausto. No entanto, algum gatilho ainda estava adicionado na minha mente” (*Idem*, p. 180-181). Havia ainda um último gatilho, já que nenhuma bomba o atingiu como compulsivamente desejava. Se considerarmos que a obra seja autobiográfica, seria o *seppuko* o último ato de Koo-chan, assim como fez Mishima no quartel do Exército cravando a

espada no ventre? Se, por um lado, o final da narrativa é aberto, para pensar com Umberto Eco (1991), e se, por outro, é o romance escrito em forma de diário, seria o protagonista o samurai que cometeu o *harakiri* (isto é, o suicídio, prática dos samurais) diante da derrota? Estas perguntas nos direcionam a confissões não apenas de uma máscara, mas também de uma filosofia negativa. Portanto, temos um personagem que carrega o peso do sofrimento, um romance que roça com a filosofia do pessimismo.

2.2 O TEMPLO

O desejo da morte, *flatterlamort*, também tem lugar privilegiado na narrativa do outro expressivo romance de Yukio Mishima, *O Templo do Pavilhão Dourado* (1988), que, também tendo a guerra como pano de fundo, apresenta um dos mais enigmáticos personagens da biografia do escritor: Mizoguchi. Outro romance escrito como diário de um personagem apocalíptico, a narrativa autodiegética penetra no descontentamento da realidade e fuga, que só se dará com o que chamaremos de *arquitetura da destruição*. Poderemos, assim, ler o romance por dois aspectos: antes e depois da presença do Templo Dourado na vida do protagonista.

Nascido em uma cidade litorânea do Japão, Mizoguchi narra, como Koo-chan, suas memórias da infância, que compreende o período antes de entrar para a vida monástica. Na infância, sempre ouvira do pai sobre o Templo Dourado como uma espécie de paraíso, isto é, neste período forma-se a ideia do protagonista acerca do Templo, um

ideal de belo e sublime. A mãe era o oposto dessa ideia, tresloucada, maltrapilha, ausente de beleza e sendo de baixa condição social, mas, como gerado de um farrapo humano, o próprio Mizoguchi tinha sua deficiência no mundo: ser gago. Sua gagueira representa não só a dicotomia feio-belo como apresenta a atmosfera da monstruosidade que é sua vida já desde a infância. É lícito observar que o belo, para o protagonista, é o mundo exterior e o Templo Dourado, ou a ideia que tinha, como se a beleza fosse um objeto que se pudesse tocar; o feio era representado por ele e pela mãe, e mais: é como se o Templo Dourado fosse a mediação entre o belo e o feio. “Se a beleza realmente existia ali, isso significava que minha própria existência era uma coisa afastada da beleza” (MISHIMA, 1988, p. 22).

Conhecer o Templo e confrontar o objeto físico com a ideia que formara foi “inteiramente decepcionante” (*Idem*, p. 24), por ver apenas um simples prédio de três pavimentos. A ideia era mais sublime porque o protagonista amava o que podemos chamar de essência da coisa. A busca da beleza é digna de emoção como quando assistimos *Mishima: uma vida em quatro capítulos* (1985), a adaptação do *Templo Dourado*, além de outros textos de Mishima, feita por Paul Schrader, produção de Coppola e George Lucas, o ator diante do enorme templo, com uma memorável trilha sonora de Philip Glass. Mas é nessa busca que os pares antagônicos se mesclam na turva ótica do personagem:

O que é tão horrível em vísceras expostas? Por que cobrimos os olhos, aterrorizados, quando vemos as tripas

de um ser humano? Por que as pessoas ficam tão chocadas ao ver o sangue jorrando? Por que os intestinos de um homem são feios? Não é, exatamente, da mesma qualidade da beleza de uma pele jovem e brilhante? (*Idem*, p. 57).

Questionar o papel do belo e do feio e levá-los ao limite era propício para um gago que vivia envolto de névoas, e é essa névoa hedionda que o liga ao Templo, esta é a incapacidade que tinha o primeiro amigo de Mizoguchi, Tsurukawa, de amar o Templo, pela ausência de tal ótica trágica do protagonista. A atmosfera monstruosa do personagem, como dito acima, irá se expandir em uma de suas lembranças da infância em que, num quarto onde constavam ele, o pai enfermo por tuberculose, a mãe e um parente que acabara de chegar, Mizoguchi presencia a traição da mãe com aquele homem desconhecido, bem aos olhos do marido enfermo, que, mesmo moribundo, tentou proteger os olhos do protagonista para não presenciar tal ato. Como se não bastasse, a morte posterior do pai alimentara um sentimento de vingança, impulsionando-o para a amargura e para a morte. Neste contexto, para atender o desejo do pai, decidirá pela vida monástica, ingressando no Templo Dourado.

A transição para o que chamamos de segunda fase dá-se por dois motivos: a entrada no monastério e a amizade com Kashiwagi. A guerra como pano de fundo aos poucos mostrava a derrota do Japão, mas, como o Templo situava-se em Kioto, não era um alvo de ataques aéreos, embora fosse de seu desejo a total destruição.

“Tornou-se meu sonho secreto que toda Kioto fosse envolvida em chamas” (*Idem*, p.46). Enquanto a capital do Japão ardia em chamas, Mizoguchi manifestava suas inquietações e seus pensamentos mais perversos, pois ele “era desesperadamente pobre de sentimentos humanos” (*Idem*, p.46). Já a ocupação americana, por exemplo, pode ser observada quando os oficiais americanos visitam o Templo, sendo Mizoguchi o guia daquilo que era um belo cartão postal para a ocupação.

Da presença no Templo e do contato com os ensinamentos do Zen budismo, Mizoguchi consegue ingressar na universidade, que terá papel importante para elaborar suas teses de vida, daí resultando sua amizade com o personagem Kashiwagi. Ambos irão compartilhar as deficiências da vida, motivo que os unirão fortemente, um por ser gago e o outro por ter os pés deformados – dois personagens que tinham um obstáculo na vida, sendo aquela névoa hedionda a condição mesma de vida. Da amizade e das partilhas que ambos vivem, Mizoguchi começa a elaborar sua tese da *arquitetura da destruição*, onde “viver e destruir eram a mesma coisa” (*Idem*, p.107): se o Templo Dourado lhe aparecia como uma mediação entre ele e o mundo, entre ele e a vida, era preciso destruí-lo. Destruir o Templo para poder viver será sua tese.

A ideia de incendiar o Templo está muito próxima da concepção apocalíptica de Cioran sobre, a partir da concepção de solidão cósmica, incendiar o mundo, eliminar o Templo é, com um golpe cioraniano, eliminar a existência. Mizoguchi, aqui,

pode concordar com a concepção de Cioran de que só se alcança o nada pela morte. *Nadificar-se*, de acordo com a máxima de Cioran (1990, p. 63): “*Je voudrais exploser, couler, me décomposer*”⁸. Também concordaria Mishima com o *nada* heideggeriano? Quer dizer, um nada que é originário do Ser, pois se chega ao Ser pelo nada, bem como se chega ao nada pelo Ser. Que nada é esse que Heidegger fala? Seria o total aniquilamento, ou o filósofo alemão está dialogando com certa concepção do pensamento oriental de nada como vacuidade (*sunyana*)? Pela ótica heideggeriana, parece que derrubar o Templo é entregar-se ao nada, ou para usarmos um termo heideggeriano, *suspender-se* no nada⁹. da, bem como chega-se ao nada pelo Ser. Como Kioto parecia intacta aos bombardeios, e como nenhuma bomba iria cair sobre o Templo, como desejava Mizoguchi, o plano era incendiá-lo. “Coisas mortas como seres humanos não podem ser erradicados; coisas indestrutíveis como o Templo Dourado podem ser destruídas” (MISHIMA, 1988, p. 181).

Era preciso que o protagonista destruísse o Templo (logo, seu ideal de beleza) para alcançar a vida, e conseqüentemente alcançar a Beleza, já que, segundo o

protagonista, “a beleza sempre me chega tarde” (*Idem*, p. 143) e que o Templo sempre “tenta me separar da vida” (*Idem*, p. 144). Mizoguchi (assim como o próprio Mishima) busca plotinicamente a Beleza suprema da vida, já que lhe falta o belo na vida. A vida constitui-se incompleta se não houver a busca do belo, como nos fala a filosofia antiga grego-pagã do alexandrino Plotino em seus tratados das *Enéadas* (1982); buscar o belo é um ofício da Alma para encher-se de virtude e retornar àquilo que é a unidade primeira geradora de todas as coisas, o Uno, o Bem supremo, o Absoluto. Essa é a busca do protagonista, um sentido, um significado da vida pelas trilhas da beleza.

Depois de derrubar o Templo, cogitava o *nadificar-se*, e isto se daria pelas vias do suicídio; tendo comprado veneno e um canivete “fiquei tão contente com eles que não pude deixar de me perguntar se não era assim que se sentia um homem que comprou uma casa nova e faz planos para o futuro” (MISHIMA, 1988, p. 222). Era preciso correr, correr para a morte, pois “correr leva ao fim e descansar também leva ao fim. A morte parece ser o descanso definitivo” (*Idem*, p. 228). Empilhando uns fardos de palha por cima de um colchão e um mosquitoireiro diante de uma estátua do Templo, Mizoguchi executa seu plano incendiando aquele templo de uma beleza que lhe parecia insuperável, restava-lhe agora (re) nascer pelas chamas. Sentado, observando a dança do fogo, ironicamente acende um cigarro, confirmando sua doutrina de chamas. “Sentia-me como um homem que se senta para fumar depois

⁸ “Gostaria de me explodir, afundar, decompor”.

⁹ Tese de Heidegger, em sua preleção *Que é metafísica?* (1989, p. 41), onde o *suspender-se* no nada é a possibilidade de liberdade e transcendência do ser. Só na ultrapassagem do ente o ser alcança o poder-ser livre e só na transcendência ele pode se encontrar com o ente que ele mesmo é. Heidegger só verá essa possibilidade de manifestação do nada pelo sentimento da angústia (tese de *Ser e tempo*) e pelo despertar do tédio, tonalidade afetiva fundamental do ser – tese de *Os conceitos fundamentais da metafísica* (2011b).

de terminar um trabalho. Eu queria viver” (*Idem*, p. 242). Os verbos *sentir* e *querer*, no pretérito imperfeito, denunciam a ânsia do personagem pela realização do seu plano, de desmanchar-se pela destruição e pelo fogo. O final em aberto, assim como em *Confissões*, deixa a dúvida: será que Mizoguchi, assim como observado no desfecho de Koo-chan, também levou o *harakiriao* limite?

3. COMO ESCREVER COM A ESPADA

Ao longo das mudanças socioeconômicas de um Japão abalado pela Segunda Guerra, Yukio Mishima lutou até o fim em defesa de uma “japonidade”. Sintomático é seu discurso no quartel do Exército diante das tropas, um escritor-samurai que fez de sua brilhante espada instrumento de revolução e libertação¹⁰. Assim Mishima treinou seus personagens para o combate e para a morte. Por meio de *Confissões* e *Templo*, dois romances-diários, Mishima nos mostra como escrever com a espada a partir de sua estética da decadência e experiência da morte.

Como são incapazes de mudar a realidade em que vivem, a negação de si e do mundo será a ponte que liga os dois personagens, Koo-chan e Mizoguchi, que lutarão contra o mundo, arquitetando seus planos de destruição, em que a morte é o caminho. De uma aproximação de ambos os protagonistas, pode-se perceber: (i) a presença de um miserabilismo na exegese:

dois personagens que tinham, digamos, uma “deficiência” como condição de vida, um incapaz até de se olhar no espelho e suportar-se, outro marcado pela gaguez, o obstáculo que impedia de alcançar a vida, restando apenas a nulidade; (ii) um sentimento de destruição causado pela guerra como pano de fundo, ambos desejam a queda do mundo, a queda das bombas, ambos esboçam ruínas; (iii) o desejo da morte ou um *exercício de admiração* que flerta com as estruturas da vida, em que, como enfermos – cioranianamente falando –, experimentam o êxtase das profundidades últimas da vida rumo ao vazio absoluto, que só é possível pela morte, grande purificadora. Destes três movimentos pode-se chegar à tríade beleza-ruína-morte. A beleza é essa chave que falta para abrir a porta, porque se a beleza está ligada à ruína e à morte, como num filme sokuroviano¹¹, ambos os protagonistas vão lutar por uma bela morte, como se estivessem num palco na encenação de uma peça Nô.

Se reportarmos a uma acepção do filósofo romeno Cioran, de que *só l'on NE comprend La mort q'uen ressentant la vie comme une agonie prolongée*” (CIORAN, 1990, p. 28)¹², podemos ver como as páginas da obra de Mishima são gritos agônicos. Os personagens mishimianos, sob outra ótica filosófica, trazem muito da analítica

¹⁰ Pode-se consultar a biografia de Mishima na primeira parte dedicada ao seu *seppuko*, seu ato “revolucionário” de suicídio (STOKES, 1986, p. 35-59).

¹¹ Pode-se conferir um filme do cineasta russo Alexandr Sokurov, *O Sol* (2005), em que há uma explanação de como beleza-ruína-morte se relacionam, cabendo notar tratar-se de um filme sobre o império japonês.

¹² “Compreende-se a morte quem sente a vida como uma agonia prolongada”.

existencial heideggeriana, e podemos aqui trazê-la em dois momentos da obra capital do filósofo alemão, *Ser e tempo* (2011a): primeiro, a partir da investigação da compreensão do ser, o *Dasein* (o ser-aí), na primeira parte da primeira seção do Livro I; o *Dasein* que é base constituinte do *ser-no-mundo*, “estrutura essencial do *Dasein*” (HEIDEGGER, 2011a, p. 102), como nos diz no parágrafo doze, *Dasein* que “está e é no mundo” (*Idem*, p. 158), de acordo com o parágrafo vinte e três do capítulo sobre a mundanidade do mundo. Segundo, o *Dasein*, enquanto *ser-no-mundo*, é *ser-para-a-morte*, como disserta Heidegger na segunda seção do Livro II em uma apreensão ontológica da morte. No parágrafo quarenta e nove, diz-nos Heidegger: “no sentido mais amplo, a morte é um fenômeno da vida. Deve-se entender vida como uma espécie de ser ao qual pertence um *ser-no-mundo*” (*Idem*, p. 321). O que o filósofo alemão nos diz é que a morte é uma possibilidade privilegiada do *Dasein*, do ser-aí, a morte pertence a este ser-aí, é iminente, está *por vir*. Os protagonistas mishimianos aqui analisados são seres-no-mundo e seres-para-a-morte, pois lhes configuram a possibilidade mais própria de *Dasein*, ou como diz Heidegger, “possibilidade existenciária” (*Idem*, p. 336). Personagens imersos no horizonte da angústia, sendo que, ainda no Livro II de Heidegger (*Idem*, p. 431), “a angústia cresce a partir do *ser-no-mundo* enquanto *ser-lançado-para-a-morte*”. Imersos no nada do mundo, na insignificância do mundo, de acordo com a analítica existencial de Heidegger.

A obra de Mishima, além de flertar com a morte e nela se dissimular, carrega-a em suas páginas. Não por menos essa era a tese que o crítico literário Maurice Blanchot por muito perseguiu – morte e literatura como possibilidade: “somente a morte me permite agarrar o que quero alcançar; nas palavras, ela é a única possibilidade de seus sentidos. Sem a morte, tudo desmoronaria no absurdo e no nada” (BLANCHOT, 1997, p. 312). E se a vida é essa “que carrega a morte e nela se mantém” (*Idem*, 1997, p. 329), reafirmando nossa tese de uma mescla de vida e morte sem hostilidades, tanto a escritura carrega a morte quanto o autor se autodestrói na escritura. Experienciar a morte: desejá-la, encontrá-la. Uma transa. Um gozo. Êxtase.

É nas páginas incendiárias que Mishima apresenta sua morte-protesto, o grito de desespero que luta para dizer “não!”. Assim como faz do *harakiri* sua morte-protesto, caminham seus personagens para a autoeliminação: dois personagens-samurais rumo à morte-protesto para dizer “basta!”. Mishima preparou sua vida e seus personagens para isso. O poeta curitibano Paulo Leminski (discípulo de Mishima na veia literária), em *Ensaio e Anseios Crípticos* (2011, p. 230), diz do mestre: “Era a integridade de uma cultura que Mishima defendia quando abriu o ventre diante do Comandante do quartel de Tóquio, escrevendo com aço na pele de sua vida [...]: EU NÃO CONCORDO”. Junto com o ideal *Hagakure*, Mishima levou às últimas consequências uma filosofia de vida, “sustentando que vida e morte são as duas

faces de um escudo” (MISHIMA, 1987, p. 46). Ação e decisão, o caminho de Mishima é um caminho em busca do Belo e cuja finalidade é a boa morte, um caminho que segue as trilhas dos antigos samurais. E sua obra é um testemunho de liberdade e paixão. Liberdade para a morte. Sem dúvida, um artista em tempos de sol e aço.

REFERÊNCIAS

- BLANCHOT, M. **A parte do fogo**. Trad. Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CIORAN, E. **Sur le cimes du désespoir**. Trad. André Vornic. Paris: L’Herne, 1990.
- _____. **Desgarradura**. Barcelona: Tusquets, 2004.
- DURAND, G. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- ECO, U. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- FROMM, E.; SUZUKI, D. T.; MARTINO, R. **Zen-budismo e psicanálise**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- GUSDORF, G. **Les écritures du moi, lignes de vie**. Paris: Odile Jacob, 1991.
- HEIDEGGER, M. **Que é metafísica?** Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 1989 (Os Pensadores).
- _____. **Ser e tempo**. 5.ed. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes, 2011a. 2 vols.
- _____. **Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude, solidão**. 2.ed. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b.
- KUSANO, D. **Yukio Mishima: o homem de teatro e de cinema**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**. Trad. Jovita Noronha, Maria Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEMINSKI, P. **Ensaio e anseios críticos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- LIMA, O. **No Japão: impressões da terra e da gente**. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MISHIMA, Y. **Confissões de uma máscara**. Trad. Manoel Paulo Ferreira. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.
- _____. **O Hagakure: a ética dos samurais**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- _____. **O templo do pavilhão dourado**. Trad. Eliana Sabino. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- NUNES, B. **No tempo do niilismo e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1993.
- PINGUET, M. **A morte voluntária no Japão**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- PLOTINO. **Enéada I-II** (tomo I). Trad. Jésus Igal. Madrid: Gredos, 1982.
- STOKES, H. S. **A vida e a morte de Mishima**. Trad. Milton Persson. Porto Alegre: L&PM, 1986.

Recebido para publicação em 29 maio 2013

Aceito para publicação em 28 jul. 2013

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA, REPÓRTER: *Na rota das especiarias* COMO EXEMPLO DE JORNALISMO LITERÁRIO

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA, REPORTER: *Na rota das especiarias* AS AN EXAMPLE OF LITERARY JOURNALISM

Sabrina Schneider*

Resumo: Este artigo aborda a obra *Na rota das especiarias – Diário de uma viagem a Flores, Bali, Java e Timor Lorosae*, do escritor angolano José Eduardo Agualusa, como um exemplo de reportagem. É destacado, sobretudo, o conflito entre a busca de profundidade e a tentativa de contextualização do leitor, características do jornalismo literário, e a escrita descontínua, cotidiana e, por vezes, superficial do diário, gênero autobiográfico descrito por autores como Clara Rocha, Philippe Lejeune e Maurice Blanchot.

Palavras-chave: Jornalismo literário. Diário. Gêneros autobiográficos.

Abstract: This article proposes a journalistic reading of *Na rota das especiarias – Diário de uma viagem a Flores, Bali, Java e Timor Lorosae*, written by the Angolese writer José Eduardo Agualusa. It is our understanding that a conflict permeates the entire text: a tension between the search for depth and contextualization – vital characteristics of a different type of journalism, known as literary journalism or reportage – and the discontinuous, routine, and – sometimes – superficial writing that characterize the journal as the autobiographical genre described by Clara Rocha, Philippe Lejeune, and Maurice Blanchot.

Keywords: Literary journalism. Autobiographical genres. Journal.

* Pesquisadora de pós-doutorado CAPES/PNPD junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), onde atua no projeto de pesquisa *Narrativas e conhecimento: especificidades teóricas e constituição de sentido*. Doutora em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduada em Jornalismo. E-mail: sabrinasc@unisc.br

O que é um diário? Para Clara Rocha, trata-se de um dos gêneros da literatura autobiográfica, na qual a autora também inclui, além da própria autobiografia, as memórias, a confissão e o autorretrato. Trata-se, portanto, de uma das “[...] várias faces que pode assumir a escrita de um sujeito sobre si mesmo [...]” (1992, p. 5). Embora o estatuto do diário, conforme a pesquisadora portuguesa, seja o da confiança, nada o impede de “[...] voltar-se para o exterior e albergar impressões de viagem, comentários de leituras, reflexões políticas, estéticas, morais, etc.” (p. 29). Para além do conteúdo, no entanto, são a descontinuidade e o fragmentarismo que o distinguem das demais formas autobiográficas. “O diário obedece a um modelo de narração intercalada, isto é, de enunciação que alterna com o acontecimento dos factos narrados.” (ROCHA, 1992, p. 32).

Tal fragmentarismo deve-se à submissão do diário ao cotidiano, ao calendário. É por isso que Philippe Lejeune (2008) o define como uma “série de vestígios datados”. Ele lembra que é apenas na língua francesa que o termo “diário” – *journal* – exige o complemento “íntimo” – *intime* –, caso contrário esse gênero de escrita seria confundido com a imprensa cotidiana. Tal problema não existe em outras línguas: em alemão, por exemplo, diz-se apenas *Tagebuch*, livro dos dias. Além disso, conforme Lejeune (2008, p. 259), “[...] a intimidade só entrou de fato mais tarde na história do diário, não passa de uma modalidade secundária. Assim, se devemos acrescentar um adjetivo, falemos de *journal personnel* (diário pessoal)”.

Íntimo ou não, o diário, segundo Lejeune, serve a uma necessidade pessoal, seja a de conservar a memória, a de sobreviver, desabafar, conhecer-se, deliberar, resistir, pensar ou escrever, simplesmente. Ou, nas palavras de Clara Rocha (1992, p. 29, grifo da autora), “[...] decorre de uma necessidade de comunicação do *eu* consigo mesmo ou com os outros”. Contudo, isso não parece se aplicar à obra *Na rota das especiarias – Diário de uma viagem a Flores, Bali, Java e Timor Lorosae*, do escritor angolano José Eduardo Agualusa. Também não acreditamos que se trate de uma narrativa de viagem, gênero que, segundo Clara Rocha, pode abrigar conteúdos autobiográficos e, dessa forma, tangenciar o conjunto de discursos que a autora classifica como literatura autobiográfica. A nosso ver, o livro receberia bem o rótulo de “reportagem” – ou “jornalismo literário”, expressão preferida pelos jornalistas de língua inglesa, e que vem se consolidando também no Brasil¹. Po-

¹ Ao longo do trabalho, empregamos os termos “reportagem” e “jornalismo literário” como sinônimos. Norman Sims (2007), grande pesquisador do tema nos Estados Unidos, explica que, ao longo dos 100 anos de tradição do gênero naquele país, as duas denominações se sobrepuseram em determinados momentos, pois eram usadas para fazer referência aos mesmos trabalhos jornalísticos. Todavia, a palavra *reportage*, original do francês, não se popularizou, pois os autores a consideravam pedante. Assim, a expressão *literary journalism* costuma designar a tendência “humanística” do jornalismo, em oposição à tendência “científica” ou “abstrata”, que domina a imprensa diária. Já a palavra *reporting* faz referência ao processo de apuração, presente tanto no jornalismo informativo cotidiano quanto no jornalismo literário. No Brasil, a palavra “reportagem” é empregada tanto em relação a um tipo diferenciado de jornalismo – imersão do repórter no assunto abordado, humanização do relato por meio do foco nas personagens, ampliação do fato no seu contexto, reconstituição histórica, criação de uma voz narrativa – quanto ao processo de apuração, o que pode confundir quem não está familiarizado com o jargão dos profissionais da área ou com a pesquisa acadêmica no campo da Comunicação Social. Porém, o termo “jornalismo literário” vem se popularizando nos últimos anos. Outra maneira de se referir à reportagem é como “jornalismo interpretativo”.

rém, antes de prosseguirmos na exposição de nossas justificativas para tal proposição, cabem algumas palavras introdutórias sobre o projeto diarístico-literário-jornalístico de Agualusa.

Na rota das especiarias foi publicado em 2008, pelo selo português Dom Quixote. A “viagem” a que se refere o subtítulo do trabalho, e que é registrada no “diário”, foi empreendida pelo autor de 8 a 29 de abril de 2001. Agualusa não viajou sozinho, mas fez parte de uma expedição coordenada pela jornalista portuguesa Helena Vaz da Silva, já falecida. Na época, ela presidia o Centro Nacional de Cultura (CNC), associação cultural dedicada “à defesa do patrimônio cultural português, à divulgação do papel desempenhado pela cultura portuguesa no mundo e à atualização das relações de Portugal com outras culturas” – conforme descrição que pode ser encontrada no site da entidade. O grupo que percorreu a rota das especiarias se autodenominava uma “embaixada civil”, como esclarece Guilherme d’Oliveira Martins, atual presidente do CNC, na introdução do livro de Agualusa. Pela natureza da embaixada, o próprio Martins não pôde integrá-la, pois exercia, então, os cargos de Ministro das Finanças e de Ministro da Presidência no governo de Jorge Sampaio.

O objetivo da viagem era, de acordo com Martins, recuperar elos com o povo indonésio, com quem os portugueses mantiveram relações comerciais entre 1512 e 1769; recuperar essa ligação e realizar prospecções que abrissem caminho para cooperações nas áreas cultural, social e econômica. Para o ensaísta e professor universitário, os laços

afetivos entre os dois povos, que ele atribui a “uma empatia quase natural”, seriam capazes de superar os traumas provocados pelo rompimento de mais de vinte anos entre os dois países, iniciado quando a Indonésia, sob a liderança do general Suharto, invadiu o Timor Leste, logo depois de Portugal ter se retirado de sua ex-colônia asiática, em 1975. A antiga metrópole assumiu o papel de defensora dos direitos dos timorenses, mobilizando a opinião pública mundial, ao passo que, internamente, a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN) encarregava-se da resistência às forças de Suharto. A ocupação militar do Timor Leste pela Indonésia só teve fim em 1999, com a interferência da Organização das Nações Unidas (ONU) e a realização de um referendo, no qual 80% da população optou pela independência. Até então, o país era considerado pela ONU como “território português por descolonizar”.

José Eduardo Agualusa, conforme Martins, foi um dos diversos “registadores” que se juntaram à embaixada civil. Além dele, participaram da aventura o artista plástico João Queiroz – cujos desenhos ilustram as páginas de *Na rota das especiarias* –, jornalistas, um fotógrafo e uma equipe cinematográfica. A missão desses “registadores”, ainda segundo o presidente do CNC, entidade que patrocinou a viagem, consistia na observação e crítica atentas do fenômeno da permanência da cultura portuguesa no imaginário dos indonésios, apesar dos esforços dos holandeses que, presentes na região a partir do século XVII, “tudo fizeram para apagar

a memória da passagem portuguesa, por razões políticas e estratégicas”. Para Martins, o elo entre as duas civilizações “tem muito mais a ver com uma empatia ancestral do que com qualquer fenômeno de aculturação passiva”, e redescobri-lo seria “fazer renascer a chama de uma amizade e de uma cooperação com potencialidades indiscutíveis”.

Voltemos, agora, à proposta de tratar o relato de Agualusa acerca da viagem como jornalismo literário ou reportagem, e não como um diário, como sugerido pelo subtítulo do livro. A princípio, pode causar estranheza associar uma obra escrita sob encomenda, e cujo autor teve suas despesas de viagem pagas por um grupo com interesses específicos, à atividade jornalística, que, em teoria, deveria pautar-se pela independência, pela objetividade e pelo rigor na apuração dos fatos. Porém, há muito tempo os estudiosos da Comunicação Social estão cientes da inevitabilidade do processo de angulação da informação, apesar de os grandes veículos, por meio de seus manuais e de suas campanhas publicitárias, corroborarem justamente a tese contrária – gerando, entre o público leitor, a expectativa de isenção por parte dos profissionais e das empresas. Essa angulação da informação não só ocorre em vários níveis – individual, grupal e de massa, de acordo com Cremilda Medina (1978) – como está presente em todas as etapas do processo de confecção de um jornal diário ou de uma revista – da definição da pauta à edição e à diagramação, passando pela captação e pela escrita.

Além disso, a reportagem, diferentemente da notícia – conformada, de acordo com Nilson Lage “[...] a padrões industriais através da técnica de produção, de restrições do código lingüístico e de uma estrutura relativamente estável” (2003, p. 13), o que lhe garante uma aparência de impessoalidade e de certa cientificidade –, é justamente o “[...] levantamento de um assunto conforme ângulo preestabelecido” (2003, p. 46, grifo do autor). Enquanto a notícia, para Lage, trata de um acontecimento que contém elementos de ineditismo, ou que represente um rompimento na ocorrência normal dos fatos, a informação jornalística – categoria na qual, além da reportagem, o autor inclui o artigo, a crônica e a crítica – decorre de uma intenção, de uma visão jornalística. Esclarecidos esses dois pontos, podemos nos dedicar à análise de *Na rota das especiarias – Diário de uma viagem a Flores, Bali, Java e Timor Lorosae*.

Na obra em questão, o texto de Agualusa – mais conhecido por seu trabalho como romancista – é fragmentado. Os fragmentos são regidos estritamente pelo calendário: para cada data, com exceção do dia 17 de abril, há uma entrada no relato da viagem. Essas entradas, por sua vez, dividem-se em registros menores. No primeiro dia, por exemplo, além do título *Segunda-feira, 9 de abril*, podemos ver os intertítulos *Voando sobre o Golfo de Bengala*, *Ervas raras* e *Os navegadores obscuros*; no segundo, *Terça-feira, 10 de abril*, os intertítulos *O gentil gentio*, *Os dragões à espreita* e *The Ende, uma lenda*; e assim por diante, ao longo de todo o livro. Portanto, no que diz respeito ao aspecto

formal – no sentido da organização do discurso –, o texto é, sem dúvida, um diário. Contudo, é preciso lembrar que esse respeito ao calendário – ou, como diz Blanchot (2005), essa submissão “à regularidade feliz que nos comprometemos a não ameaçar” – não se reflete apenas na apresentação da narrativa, em sua exterioridade, pois:

O que se escreve se enraíza então, quer se queira, quer não, no cotidiano e na perspectiva que o cotidiano delimita. Os pensamentos mais remotos, mais aberrantes, são mantidos no círculo da vida cotidiana e não devem faltar com a verdade. Disso decorre que a sinceridade representa, para o diário, a exigência que ele deve atingir, mas não deve ultrapassar. Ninguém deve ser mais sincero do que o autor de um diário, e a sinceridade é a transparência que lhe permite não lançar sombras sobre a existência confinada de cada dia, à qual ele limita o cuidado da escrita. É preciso ser *superficial* para não faltar com a sinceridade, grande virtude que exige também a coragem. (BLANCHOT, 2005, p. 270-271, grifo nosso).

Essa superficialidade ou, ainda conforme Blanchot, essa insignificância gerada pelo ato de “colocar-se momentaneamente sob a proteção dos dias comuns”, é a inclinação do diário, sua própria lei. Em uma narrativa que visasse à profundidade, de acordo com o escritor e ensaísta francês, a exigência seria oposta: a de “[...] não manter o juramento que nos liga a nós mesmos e aos outros por meio de alguma verdade”(p. 271). Para Clara Rocha

(1992), é justamente esse vínculo com o cotidiano, “por vezes trivial e repetitivo”, que leva muitos críticos a considerarem o diário como um gênero secundário.

José Eduardo Agualusa tenta, de início, limitar-se a essa “superficialidade”, a essa “insignificância” do diário. Daí a banalidade de alguns tópicos. Por exemplo: em *Os dragões à espreita*, um dos intertítulos da segunda entrada do diário – *Terça-feira, 10 de abril* –, o autor descreve aspectos da reprodução e da biologia do Dragão de Komodo. O que dá ensejo a essa incursão ao mundo animal é o fato de o avião que transportava a “embaixada civil” de Jacarta – capital da Indonésia, situada na Ilha de Java – para a Ilha das Flores ter sobrevoado a Ilha de Komodo, o mais famoso parque nacional do arquipélago. Em outro momento, Agualusa descreve as precárias condições do hotel em que o grupo se hospeda em Ende, na Ilha das Flores, bem como o “desleixo tropical” da cidade. O intertítulo do tópico é *Dormindo com baratas*.

Nota-se, contudo, o esforço do escritor para “compensar” essa trivialidade. Faz isso por meio da construção de imagens vívidas, em que o cenário e as cores locais são entremeados às impressões e aos sentimentos que o percurso vai despertando no viajante. Como ocorre no trecho abaixo, datado de 10 de abril:

Foi chegar e voltar a partir, desta vez de jipe e com destino a Ende, nome apropriado para um lugar tão remoto, aquilo a que se costuma chamar um fim de mundo. Levamos já cinco intermináveis horas, através

da noite imensa, vibrante de estrelas, e da floresta sombria. Surpreende-me o feliz estado do asfalto, pois não obstante um ou outro troço mais escabroso, e algumas pedras grandes que as tempestades recentes arrancaram aos morros e lançaram a esmo sobre a estrada, avançamos sem sobressaltos. Tudo é relativo, claro – alguns dos meus companheiros não conseguem imaginar caminho pior. Os faróis do carro iluminam a forma compacta de um grande lagarto esmagado no asfalto. O animal existe durante o breve instante em que a luz o resgata e logo desaparece para sempre.

Seria um dragão?

Até agora vimos apenas uns poucos cachorros miseráveis, meia dúzia de gatos e outros tantos bois. Tão-pouco parece haver insectos. Em meio a uma floresta tropical seria natural que os insectos enxameassem, milhões deles, tantos quanto as estrelas que iluminam esta noite, atraídos pelos faróis do jipe, mas não surgem nunca, nem sequer quando nos detemos para esticar as pernas, aliviar a bexiga e contemplar a noite acesa – a via Láctea girando devagar sobre o Sul do mundo. Aquela vegetação que rumoreja à nossa volta, densa e húmida, assim vazia, ou quase, de vida animal, provoca em mim uma inesperada angústia. Passamos por aldeias com luz eléctrica. Há também pequenas casas perdidas na escuridão. Brilham velas através do cristal das janelas. (AGUALUSA, 2008, p. 15-17).

Em outros momentos, na falta de acontecimentos dignos de nota que

justifiquem a abertura de um registro no diário, Agualusa recorre à invocação do passado, tecendo reflexões sobre eventos históricos. É o caso do fragmento abaixo, *Os navegadores obscuros*, datado de 9 de abril, e que reproduzimos na íntegra:

Irei ouvir falar muito, durante esta viagem, da gesta dos navegadores portugueses. Os portugueses, como todos os povos, têm excelentes motivos para se orgulharem de sua História, e excelentes motivos para se envergonharem dela. A aventura dos descobrimentos parece-me um bom motivo de orgulho. Muito do que aconteceu na sequência destas viagens – a escravatura, a humilhação e genocídio das populações indígenas, a extinção de línguas e culturas, a exploração de recursos, etc. –, deve no entanto ser lembrado sempre, e em particular durante manifestações de fácil exaltação nacionalista, ao menos como medida profiláctica contra o ressurgimento de uma tristíssima nostalgia colonial.

Trago comigo, entre a minha magra bagagem, a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. É um dos poucos livros que gosto de reler. Releio a passagem sobre o menino prodigioso, uma pobre criança que censura os portugueses após mais um brutal ataque do grupo onde seguia o cronista: “*Bendita seja, Senhor, a tua paciência, que sofre haver na terra gente que fale tão bem de ti e usa tão pouco da tua lei, como estes miseráveis e cegos, que cuidam que furta e pregar te pode satisfazer, como aos príncipes tiranos que reinam na terra.*”

Voando sobre o Golfo de Bengala, a caminho da Indonésia, ocorre-me a

lembrança dessa outra saga marítima, mais obscura, infinitamente mais arriscada, que levou os povos destes mares, em simples canoas com flutuadores – guiando-se pelas estrelas, interrogando as correntes e os ventos, conversando com as aves marinhas, os tubarões, os peixes miúdos –, até a África, à grande ilha vermelha de Madagascar, onde os seus descendentes ainda hoje habitam.

Pensando melhor, o que festejo aqui, a quatro mil metros de altitude, a uns oitocentos quilômetros por hora, admirando o sol que tece fantásticos desenhos de luz no algodão puríssimo das nuvens, é a grande aventura do Homem em busca da restante humanidade. (AGUALUSA, 2008, p. 11-12).

Percebe-se, nos dois excertos, que o autor busca fugir às restrições impostas pelo gênero diarístico; busca, nos acontecimentos ordinários da viagem – ou mesmo na falta de acontecimentos –, uma certa densidade. Nesse conflito entre a superficialidade e a descontinuidade próprias do diário e a intenção de profundidade, é à reportagem que o escritor recorre, mesmo que, talvez, de maneira inconsciente. Já com base nessas primeiras páginas podemos apontar duas características fundamentais desse gênero jornalístico, além da descrição detalhada: a filtragem dos fatos pelas impressões do repórter – que permite ao leitor colocar-se em seu lugar – e a presentificação da ação – que possibilita que o leitor acompanhe o desenrolar dos fatos como uma testemunha. Tais qualidades, conforme Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986), derivam do

tratamento narrativo das informações, incipiente no jornalismo cotidiano.

A presentificação da ação se dá, sobretudo, pelo uso do presente do indicativo. Apesar de a obra ser apresentada como um diário, gênero que pressupõe uma retrospectiva – ainda que mínima, pois na prática diarística acontecimento e enunciação se intercalam –, em nenhum dos fragmentos que compõem o livro as situações pelas quais passa o viajante são relatadas no pretérito. Este é reservado para as digressões, nas quais o autor recapitula fatos históricos a fim de contextualizar o leitor ou insere a narração de alguma lenda local. Essa simultaneidade é reforçada pelo uso de expressões como “neste instante” e “agora” (p. 24): “Estou agora sentado em meio a uma pequena multidão, ardendo ao sol, enquanto decorre uma cerimônia de boas-vindas”. Em algumas passagens, Agualusa chega a afirmar que escreve no momento exato em que presencia determinado acontecimento ou contempla uma certa paisagem “Escrevo estas notas sentado praticamente em cima de um motor em convulsões, atordoado pelo estrépito e o forte cheiro de combustível, num barco cheio de turistas e peregrinos, a caminho da ilha de Solor” (2008, p. 22).

Na medida em que avançamos na leitura de *Na rota das especiarias*, outras características do jornalismo literário despontam. Entre elas, a humanização do relato por meio da ênfase em certas personagens. É o caso, por exemplo, do jovem que o escritor encontra no cemitério de Larantuka, e que vestia uma camiseta do grupo de rock brasileiro Sepultura – apesar de preferir a

música dos norte-americanos do Nirvana. Ou da moça chinesa – estudante de Jornalismo em Jacarta – que aguarda o início da procissão de Sexta-feira Santa, também em Larantuka, vestindo uma “arrojada” minissaia, para espanto e reprovação de um grupo de religiosas. Essas primeiras “personagens” mal passam de esboços; contudo, contribuem para a particularização da ação, fundamental na reportagem, e cujo objetivo é captar a atenção do leitor, aproximando-o do assunto a ser abordado. Mesmo nos textos jornalísticos propriamente ditos, essa particularização não precisa ser muito detalhada, elaborada; muitas vezes, como lembram Sodré e Ferrari (1986), ela apenas abre a reportagem, que em seguida passa a intercalar depoimentos de outras pessoas, já sob a forma de entrevistas, com dados documentais.

Esse entrelaçamento de dados à narrativa também está presente na obra de José Eduardo Agualusa. Na mesma passagem a que acabamos de nos referir, a da procissão de Sexta-feira Santa – datada de 13 de abril e, a nosso ver, a primeira em que o autor assume abertamente seu papel de testemunha, sua missão como repórter –, a riquíssima descrição de todos os momentos da celebração religiosa é encerrada com a inserção de algumas informações gerais sobre a comunidade cristã de Larantuka. Também são mencionadas as memórias do embaixador português António Pinto da França:

A entidade responsável por esta extraordinária manifestação de fé chama-se “Confraria Rainha Rosári”, Confraria da Rainha do Rosário, e completou quatro séculos de existência no ano dois mil. A Confraria tem à

sua guarda uma boa parte do valioso tesouro de arte sacra, em ouro, prata, marfim e madeira, que para aqui trouxeram os cristãos fugidos de Malaca, Solor e Makassar.

António Pinto da França nas breves memórias que escreveu sobre sua passagem pela Indonésia, *Influência Portuguesa na Indonésia* (Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1971), fala das orações em português que se continuam a rezar em Larantuka, especialmente durante a Semana Santa. Conta que uma irmandade de velhas senhoras, as Mamãs da Música, o convidam certo dia para rezar com elas: *Rezaram uma ladainha comigo mas ficaram muito desapontadas porque o meu português lhes soou diferente. Pediram para lhes escrever algumas orações em português correcto para “melhor rezarem”*. Não creio que as lições do diplomata português tenham servido de muito. Ofereceram-me um caderno com algumas destas famosas orações. Já não é em português que os crentes de Larantuka rezam, não é pelo menos em português corrente, será antes, como observou o próprio António Pinto da França, num português corrompido – embora não tão corrompido que se possa chamar a isto um crioulo, um idioma novo. (AGUALUSA, 2008, p. 31).

Em outro tópico – *O sultão de Yogyakarta*, datado de 23 de abril –, o autor utiliza o mesmo procedimento, mas de forma inversa: os dados documentais estão na abertura do texto, precedem a narrativa dos fatos testemunhados pelo diarista. Novamente, reproduziremos um trecho

longo, para que fique clara essa transição de um momento para outro:

Yogyakarta foi fundada em 1755 pelo príncipe Mangkubumi que tomou o título de sultão e o nome de Hamengkubuwono – o Rei que Sustenta o Universo, ainda hoje usado pelos seus descendentes. Yogyakarta foi desde sempre um símbolo de resistência contra o poder colonial. Quando os holandeses ocuparam a cidade, em 1948, Hamengkubuwono IX barricou-se no seu palácio, mantendo estreita ligação com a guerrilha nacionalista. Após a independência, como reconhecimento pelo seu papel no combate contra os holandeses, o sultão conseguiu um estatuto especial para o território. Yogyakarta é hoje um distrito autônomo, dependente apenas de Jakarta e não do governador de Java Central. O actual sultão, Hamengkubuwono X, foi empossado em 1989, numa grandiosa cerimônia que incluiu um desfile de albinos e anões. Leio estas informações enquanto esperamos à sombra fresca de uma ampla varanda que o sultão nos receba. Esperamos há quarenta e cinco minutos. Supondo que o grau de majestade de um monarca, ou de qualquer outro governante, se mede pelo tempo que faz esperar os seus convidados, Hamengkubuwono X goza de considerável magnificência. Eis que chega, neste preciso instante, acompanhado por diversos membros do seu gabinete. As apresentações são demoradas. Fico com a sensação de que Helena Vaz da Silva exagera no mérito da nossa embaixada. O sultão, que parece muito bem

informado, explica que estão a fazer um levantamento do património arquitectónico deixado pelos portugueses na região. Mais tarde deixa-nos a sós com os seus ministros e somos levados para uma ampla sala onde nos mostram um filme sobre Yogyakarta. (AGUALUSA, 2008, p. 57).

Ao longo do livro, Agualusa parece convencer-se cada vez mais de que o tratamento jornalístico é o adequado para a abordagem dos temas que surgem no decorrer da viagem. Prova disso é que, a partir de determinado momento, a descrição detalhada de cenários e situações – sempre acompanhada de suas impressões –, o esboço de personagens e a inserção de informações para a contextualização do leitor não mais o satisfazem. O escritor passa a reproduzir, em discurso direto, depoimentos das pessoas com quem trava conhecimento. As falas são inseridas no texto com o emprego de aspas, como se os interlocutores de Agualusa fossem fontes entrevistadas para uma matéria. Esse procedimento aparece pela primeira vez na entrada de 16 de abril, em que é relatado, em dois registros – *Bali em português* e *O mais estúpido traficante do mundo* –, o encontro do viajante com a comunidade de brasileiros na Ilha de Bali, em especial o surfista e empresário Fred d'Orey, sua parceira nos negócios Béu e a também empresária Malu, ex-modelo e jornalista. O exemplo abaixo poderia perfeitamente figurar nas páginas de uma revista:

A esta nova fauna, os surfistas, devemos o facto de em Bali também se falar a nossa língua. Muitos, centenas,

são brasileiros. Chegam em agosto, época das ondas, com as pranchas às costas, e partem três meses depois. Fred d'Orey, 39 anos, antigo campeão brasileiro de surfe, visitou Bali pela primeira vez em 1985 e apaixonou-se: 'Bali concentra potencial de surfe apenas comparável ao do Hawai, com pequena extensão de costa e inúmeras ondas de qualidade. A cultura é maravilhosa, com uma população receptiva e alegre. Pode-se viver bem sem gastar muito dinheiro. A ilha possui uma estrutura turística onde qualquer mortal de classe média vira magnata. Além disso as pessoas aqui são de religião hindu. O resto do arquipélago é muçulmano, portanto com outra vibração, bem mais pesada.' Fred visita Bali todos os anos, e por aqui se demora algum tempo, mas já não apenas por causa das ondas. Aproveitando a mão-de-obra barata, e inspirando-se 'nas cores das ilhas, na alegria de pertencer a este universo, na felicidade que o surfe me proporciona', criou uma marca de roupas de praia que hoje é famosa em todo o Brasil.

A comunidade brasileira de Bali é constituída na sua larga maioria por mulheres. Vieram acompanhando os namorados, encantaram-se pela ilha, descobriram que podiam ganhar a vida vendendo para o Brasil roupa, móveis e artesanato, despediram-se dos namorados e ficaram. (AGUALUSA, 2008, p. 39).

Essa característica – o emprego do que poderíamos chamar de “estilo entrevista” – é acentuada nos registros que datam de 20 de abril em diante, em especial nas entradas que correspondem aos poucos dias

que a embaixada passou em Timor Loro-sae, ou Timor Leste. Nas dez páginas em questão, predominam os depoimentos e os temas políticos, no lugar das descrições de celebrações religiosas, de aspectos arquitetônicos, hábitos culturais e paisagens exuberantes – até porque o grupo deparou com uma terra devastada por mais de 20 anos de conflito, cuja capital, Dili, mais parecia uma “cidade de naufragos”, nas palavras de Agualusa. Dois fatores podem ter determinado esse tratamento. Em primeiro lugar, a identificação do autor com a realidade timorense: Agualusa é natural de Angola, outra ex-colônia portuguesa cuja história recente foi marcada pela violência: primeiro a violência da guerra pela independência – de 1961 a 1975 – e, depois, a da guerra civil – até 2002. Em segundo lugar, a oportunidade que o grupo de viajantes teve, no Timor Leste, de contatar figuras proeminentes ou diretamente envolvidas com o processo de reconstrução do país.

A primeira personagem timorense a figurar nas páginas de *Na rota das especiarias* é um velho amigo de Agualusa: o escritor Luís Cardoso, de *Crónica de uma travessia*, com quem o autor janta no restaurante Casa Queimada, em Dili. Neste caso em especial, não predomina a forma da entrevista, mas o diarista faz uso de outra estratégia comum na prática da reportagem: emprega um drama pessoal para introduzir um problema que atinge uma parcela da população.

Luís Cardoso é um bom escritor e, o que me parece consideravelmente mais difícil de encontrar, um homem bom. Conheci-o faz muito tempo no

Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, que ambos frequentámos, e foi com ele que descobri Timor. Silvicultor de profissão o meu amigo regressou ao seu país vai para dois meses, com o propósito de trabalhar nas terras dos seus antepassados, nas altas e frescas montanhas, para lá de Maubisse, recuperando as plantações de café e de sândalo. Num tempo em que os quadros timorenses retornam, vindos de Portugal, da Indonésia ou da Austrália, animados, sobretudo, com a perspectiva de ocuparem lugares importantes na futura administração do território, muita gente olha com desconfiança para o romancista-silvicultor. ‘Pouco me compreendem’, confessa.

Um dos maiores problemas de Timor, senão o maior, passa por esta questão – a desconfiança mútua. Os jovens estudantes vindos da Indonésia, que falam e pensam em bahasa, olham com rancor para aqueles que, vindos de Portugal e da Austrália, defendem a adopção da língua portuguesa como idioma oficial. Os que nunca saíram daqui olham para todos com não menor suspeita, temendo as novas ideias, os hábitos estranhos, a possibilidade de que alguns retornados lancem pedras ao charco. A Igreja Católica, cuja influência cresceu muito nos últimos anos, em parte devido ao facto de se ter colocado sempre ao lado do povo contra a brutalidade das forças de ocupação da Indonésia, parece ser hoje a grande força conservadora. Todos os políticos com pretensões a ocuparem cargos no futuro governo lhe prestam tributos. (AGUALUSA, 2008, p. 47).

Já quando Agualusa aborda o encontro com o bispo de Baucau, Dom Basílio do Nascimento, e com seu principal conselheiro, Jacinto Tinoco, dá preferência às citações, tanto diretas quanto indiretas. O tema da conversa, relatada no tópico *O desânimo de Dom Basílio*, é a ineficiência da United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET) e a suposta oposição das Nações Unidas ao português como idioma oficial:

Jacinto Tinoco reforça as palavras do bispo: ‘Só não vê quem não quer. Para eles é preciso acabar com os sinais da presença portuguesa aqui.’ Cita como exemplo o caso da construção de uma escola na vila de Manatuto, encomendada pela diocese para viabilizar o ensino de português, cujas obras estiveram paralisadas em diversas ocasiões com o argumento de que os professores nunca viriam. Na opinião de Tinoco ‘a grande maioria dos timorenses apoia a decisão do Conselho Nacional da Resistência Timorense, que escolheu a língua portuguesa como idioma oficial’. (AGUALUSA, 2008, p. 51).

O mesmo tratamento é dado ao relato do último – e mais importante – compromisso do grupo no Timor Leste: o encontro com Xanana Gusmão e José Ramos Horta, líderes da antiga Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), depois Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT). A conversa tem lugar em 23 de abril de 2001, cerca de um ano antes de Gusmão ser eleito o primeiro presidente do país. Foi sucedido por Ramos Horta

em 2007, e desde então ocupa o cargo de primeiro ministro. Reproduzimos, abaixo, um longo trecho da entrevista:

Não esperamos muito. Xanana surge pouco tempo depois, vestido com uma simples camisa, calças jeans e sandálias, o ar de adolescente jovial com que se deu a conhecer ao mundo. Cumprimenta o grupo, pessoa a pessoa, e instala-se finalmente numa das extremidades da mesa, com José Ramos Horta a seu lado.

Xanana fala longamente sobre o processo político e a reconciliação. Diz que o CNRT deve ser o único movimento de libertação que não tentou colocar quadros seus, logo que possível, na estrutura de poder. Chama a atenção para o facto de muitos dos integrantes das milícias, assim como antigos soldados do exército indonésio, terem regressado a Timor – sendo bem recebidos. “Existe um pequeno grupo de alto nível que não aceita reconhecer que praticou o mal. Outros, ou por solidariedade com estes, ou por receio, também não regressaram. Acho que devemos combinar a justiça com a reconciliação. A reconciliação é um processo lento. Temos de criar para isso as condições necessárias, psicológicas e até sociais. As populações acusam-nos por vezes de estarmos a tentar resolver não os seus problemas, mas os daqueles que tentaram destruir o Timor.”

Ramos Horta defende a ideia de que o afecto especial que une os portugueses aos timorenses resulta do facto de os nacionalistas de Timor nunca terem empreendido uma guerra contra Portugal. “Muitos dos dirigentes das

antigas colónias portuguesas estiveram nas trincheiras da luta anticolonial e é difícil para eles estabelecer laços de amizade com os portugueses. No nosso caso não foi assim. A classe política portuguesa fez connosco o combate pela libertação de Timor. Mesmo durante a época colonial nunca houve guerra.” (AGUALUSA, 2008, p. 54).

Entrevistas, descrições detalhadas permeadas pelas impressões do autor, inserção de dados documentais no texto narrativo, presentificação da ação, humanização do relato por meio da ênfase em determinadas personagens: todos os excertos de *Na rota das especiarias* por nós citados ilustram diferentes características da reportagem, ou técnicas comumente utilizadas por aqueles profissionais do jornalismo que, de acordo com Alceu Amoroso Lima (1969), buscam tirar o “essencial do acidental”, o “permanente do corrente”. Porém, cada uma das passagens mencionadas, apesar dos diferentes procedimentos empregados em sua construção, deixa transparecer um único desígnio: o de testemunhar. Dificilmente poderíamos associar a clareza dos pequenos textos nos quais se divide a obra de José Eduardo Agualusa com a escrita diarística tal como a considera Lejeune: não apenas descontínua e não narrativa – ausência de um início, um meio e um fim –, mas também lacunar, repetitiva e alusiva.

Podemos, se quisermos, falar de uma escrita descontínua e “não narrativa”, no sentido de que a leitura pode ser interrompida e retomada em qualquer parte sem prejuízo do entendimento, de que podemos escolher uma ou outra

passagem aleatoriamente. No entanto, cada um dos tópicos ajuda a compor um quadro mais amplo, aquele definido pela intenção jornalística inicial, exposta ainda na apresentação do livro por Guilherme d'Oliveira Martins: registrar o fenômeno da permanência da cultura portuguesa no imaginário dos indonésios. As entradas no diário de Agualusa funcionam mais como as matérias secundárias, os “boxes”, as tabelas e os infográficos de uma reportagem publicada nas páginas de uma revista.

E, por falar na intenção jornalística, cabe ainda uma última observação. Esta, tal como a caracteriza Nilson Lage (2001), assemelha-se mais a um tema – o que diferencia a reportagem da notícia, que busca a apuração e divulgação de um fato novo ou extraordinário – do que a uma hipótese de trabalho, um ponto de vista. E, mesmo quando tratada como uma hipótese de trabalho, como parece ser o caso em questão, não precisa funcionar como uma camisa de força. Como o cientista, o jornalista pode partir de intuições que, ao final do processo de apuração, não são confirmadas, levando-o a trilhar caminhos não imaginados. No caso de Agualusa, as intuições não eram suas, mas do Centro Nacional de Cultura (CNC). Em algumas passagens, essa discrepância transparece, como quando o autor narra, em tom levemente irônico, o êxtase de uma de suas colegas de viagem ao descobrir, em uma capela na aldeia de Vute, Ilha de Adonara, cinco pequenas imagens católicas, caracteristicamente indo-portuguesas; ou quando chama a atenção para a forma exagerada como Helena Vaz da Silva, líder

da expedição, descreve os méritos da “embaixada civil”; ou, simplesmente, quando esclarece que a chamada Igreja Portuguesa, no povoado de Tugu, nas imediações de Jacarta, é na verdade, “[...] um pequeno templo protestante, construído no século XVII em estilo holandês [...]” (p. 62).

O trecho abaixo é o único em que Agualusa declara expressamente seu ponto de vista:

Em Bali não há sinais da passagem dos navegadores portugueses. O facto, curiosamente, permite aos portugueses prestar mais atenção aos sinais de outras civilizações que por aqui se instalaram. A generalidade dos portugueses parece acreditar no mito ingênuo, tão fácil de refutar, de que os heróis dos descobrimentos mantiveram ao longo dos séculos uma relação de respeito para com as comunidades indígenas. Falam em trocas culturais. Emocionam-se ao encontrar uma aldeia católica, perdida numa pequena ilha do fim do mundo, cujos habitantes preservam apelidos ibéricos. No entanto, a ter existido realmente troca, deveria ser possível encontrar hoje em Portugal povoações hindus, por exemplo, habitadas por gente com nomes malaios, ainda que de tez pálida e narizes afilados. Seria interessante. (AGUALUSA, 2008, p. 36-37).

Assim, o que se poderia condenar em *Na rota das especiarias*, tomado como reportagem, não seria a escolha de um ângulo, a existência de uma intenção, mas o fato de seu autor, José Eduardo Agualusa, natural de Angola, país que sofreu sob a pesada mão da metrópole portuguesa, lidar de forma

pacífica com a hipótese de trabalho proposta pelo CNC – a da redescoberta do elo afetivo ancestral entre portugueses e indonésios. Aqui e ali, o repórter Agualusa deixa vir à tona sua bagagem pessoal; nada, porém, capaz de prejudicá-lo junto aos seus “empregadores”. Trata-se, no dizer de Cremilda Medina (1988), da prevalência dos critérios da empresa, relacionados com os valores do grupo econômico e político que ela representa, sobre os critérios do profissional.

REFERÊNCIAS

AGUALUSA, J. E. **Na rota das especiarias**: diário de uma viagem a Flores, Bali, Java e Timor Lorosae. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

BLANCHOT, M. **O livro por vir**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Estrutura da notícia**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2003.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, A. A. **O jornalismo como gênero literário**. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

MEDINA, C. **Notícia**: um produto à venda. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.

ROCHA, C. **Máscaras de Narciso**: estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal. Coimbra: Almedina, 1992.

SIMS, N. **True stories**: a century of literary journalism. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2007.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. 4.ed. São Paulo: Summus, 1986.

Recebido para publicação em 30 de maio de 2013

Aceito para publicação em 31 de out. de 2013

MENIPEIA, DESTRONAMENTO E O BOBO EM UTOPIA, DE THOMAS MORE

MENIPPEA, DETHRONEMENT AND THE FOOL IN UTOPIA, BY THOMAS MORE

Diego Gomes do Valle*

Resumo: O objetivo deste artigo é discorrer sobre alguns conceitos do pensador Mikhail Bakhtin com vistas a suas possíveis aplicações na obra *Utopia*, de Thomas More. Os três conceitos que dão título ao presente artigo estarão na base de nosso estudo, de maneira que nossa pretensão se resume a esclarecê-los e a iluminar a obra de More.

Palavras-chave: Menipeia. Mikhail Bakhtin. Thomas More.

Abstract: The purpose of this paper is to discuss some concepts of the philosopher Mikhail Bakhtin in view of their possible applications in Thomas More's *Utopia*. The three concepts that named this article will form the basis of our study, so that our pretension is to clarify them to illuminate the More's work.

Keywords: Menippea. Mikhail Bakhtin. Thomas More.

INTRODUÇÃO

*“La imagen utópica es un cuadro de lo que
‘debe ser’, lo que el autor de ella desearía
que fuese real”*

(Martin Buber)¹

Difícil tarefa é a de um sujeito que
decide compreender outro sujeito ou outra

obra com quase 500 anos de afastamento.
Tarefas semelhantes ocuparam alguns
personagens borgianos. Por exemplo,
Averroes², tradutor e comentador dos
textos aristotélicos, na ânsia de traduzir
“tragédia” e “comédia”, sem possuir a ideia
de teatralidade, que antecede a subdivisão
do gênero drama, traduziu toscamente tais
conceitos. O narrador do conto finaliza sua

*Doutorando em Teoria e História Literária (UNICAMP).
E-mail: dydydyego@hotmail.com

¹ BUBER, Martin. *Camino de Utopía*, p.17.

² *La busca de Averroes, do livro de contos El Aleph* (2004), de Jorge Luis Borges.

narração dizendo: “En la historia anterior yo quise narrar el proceso de una derrota” (BORGES, 2004, p.116).

Também o inesquecível Pierre Menard³ comprovou que, mesmo tentando ser um novo Cervantes, e reescrevendo exatamente o mesmo texto do criador de Sancho (tenho certeza de que o leitor conferiu cada palavra, cada vírgula daquele trecho), são dois textos diferentes; Pierre Menard não é Cervantes, porque não são, porque são o que são.

Saindo do labirinto de Borges, iniciamos nosso artigo sabedores de nossos possíveis equívocos e/ou limitações impostas pelo tempo e pela relação que se nos impõe. Porém, tal como Averroes, iremos chegar ao limite do que podemos colaborar com nossa compreensão, e articular, com o risco de cairmos no anacronismo, as teorias do russo Mikhail Bakhtin com alguns pontos específicos da obra *Utopia*, de Thomas More.

Pela riqueza de referências inseridas na obra renascentista, que se perdem diante de nossos olhos, temos de ser cuidadosos para aceitar esta cegueira momentânea e tatear com muita atenção qualquer trecho que evocarmos para comprovar alguma observação nossa.

Começaremos expondo a visão que Bakhtin formulou sobre o Renascimento no seu livro *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (1999). Dessa forma, o risco de má compreensão sobre essa época tão profícua para humanidade se reduz

substancialmente, uma vez que endossamos (juntamente com uma plêiade considerável de estudiosos) a leitura de Bakhtin sobre tal período da história.

Passaremos a analisar a noção de *Sátira Menipeia* e sua influência – que, de acordo com Bakhtin, é sentida na literatura universal-, na obra de More. Posteriormente, refletiremos sobre alguns conceitos que são unidos umbilicalmente e que nos serão úteis para a hipótese deste artigo: o *destronamento* e a *carnavalização*. Por fim, discutiremos a função desempenhada pelo Bobo na obra de More, bem como a definição que Bakhtin dá para este personagem.

É sabido que a contemplação do todo generaliza as partes, e as partes decompostas causam a incompreensão do todo. Ou seja, esta parte da *Utopia* que analisaremos não é a *Utopia*, mas é *também*. Para compreender esta parte da obra, deixaremos de contemplar o restante dela, tal como quando contemplamos um quadro. Deve-se não contemplar uma série de coisas para que haja a contemplação do quadro, é a limitação do observador que possibilita a própria compreensão. Se não houvesse a limitação, retomando Borges, seria o Aleph.

HUMANISMO RENASCENTISTA, SEGUNDO MIKHAIL BAKHTIN

“O Renascimento é a culminância da vida carnavalesca”

(Mikhail Bakhtin)⁴

Antes de entrar no período que nos interessa para os fins deste trabalho, é bom

³ No conto *Pierre Menard*, autor *del Quijote*, do livro de contos *Ficciones* (2001), no qual Borges ilustra o desejo de ser o outro, e não apenas tateá-lo e assumir resignadamente a impossível fusão.

⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*, p.130.

que se digam algumas palavras sobre as pretensões de Bakhtin ao historicizar as tendências cômicas, satíricas, paródicas, grotescas, enfim, o lado não-oficial da cultura. O filósofo russo encontra no romance o gênero ideal para, em potência, ilustrar a sua (de Bakhtin) visão de mundo: uma visão livre, humana, sem hierarquias, aberta ao outro. Salientamos o “em potência”, pois nem sempre tal filosofia se realiza no romance, mas o fato é que, para Bakhtin, os outros gêneros (épico, lírico, dramático), por uma série de motivos específicos, não têm o potencial do romance, enquanto antigênero, para realizar todas as possibilidades humanas.

Neste panorama, é necessário demonstrar historicamente as fontes das quais o romance bebeu para se configurar como o gênero mais aberto, incompleto da literatura. Na Antiguidade, Bakhtin encontra no Romance Grego⁵, nos Diálogos, na Sátira Menipeia, um passo significativo na desconstrução do herói épico, idealizado por excelência. Já no Renascimento, o russo encontra em Rabelais (1494–1553) a manifestação suprema do homem em sua grotesca humanidade. É no livro *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (1999) que Mikhail explora o contexto possível para Rabelais representar seus personagens que usufruem de sua humanidade ao máximo.

Para Bakhtin, é interessante localizar esta representação humana, demasiadamente humana, pois segundo ele, esta é

uma das características principais do gênero romance. Interessa mostrar “nem o ser biológico isolado nem o egoísta indivíduo burguês, mas o povo, um povo que na sua evolução cresce e se renova constantemente” (BAKHTIN, 1999, p.17). Ou seja, no período histórico em questão, houve uma nova representação artística do homem, a qual visava um despojamento dos elementos externos (a ideologia religiosa especialmente) para uma plena configuração do homem em sua relação consigo mesmo, com o mundo e com o outro:

A forma do grotesco carnavalesco cumpre funções semelhantes; ilumina a ousadia da invenção, permite associar elementos heterogêneos, aproximar o que está distante, ajuda a liberar-se do ponto de vista dominante sobre o mundo, de todas as convenções e de elementos banais e habituais, comumente admitidos; permite olhar o universo com novos olhos, compreender até que ponto é relativo tudo o que existe, e portanto permite compreender a possibilidade de uma ordem totalmente diferente do mundo (BAKHTIN, 1999, p.30).

Bakhtin, desta forma, encontra no Renascimento o ápice deste “novo olhar” a todas as hierarquias sociais. Tudo que é “alto” é rebaixado de alguma forma, para demonstrar o quão falível e caótico é o mundo. Uma vez que as hierarquias são implodidas, o homem pode exercer a sua liberdade de forma plena, pois já não há amarras impostas por poder algum.

Dessa forma, não interessa para Bakhtin estudar a simbologia de Michelângelo, a astronomia de Copérnico

⁵ É necessário compreender a terminação “romance” na perspectiva bakhtiniana, que vê os gêneros dentro da “grande história”, na sua evolução constante.

ou Galileu, a filosofia de Telésio ou os estudos mnemônicos de Bruno; ele quer refletir sobre o riso de Rabelais e a insanidade de Erasmo.

Toda a ilustração de Bakhtin, no livro citado, se dá na intenção de corroborar este descontentamento com o mundo burguês que se impunha, ao mesmo tempo em que o homem se descobria em sua potencialidade quase divina. Algo que na Idade Média era impossível de se imaginar.

Já que falamos de impossibilidade, passemos para o próximo tópico que trata de assunto semelhante.

SÁTIRA MENIPEIA: O POSSÍVEL NO IMPOSSÍVEL

“Escatología significa consumación de la creación; utopía, desenvolvimiento de las posibilidades que encierra la convivencia humana en un orden justo”

(Martin Buber)⁶

O gênero em questão surge por volta de II a.C com o pensador Menipo de Gádara, desenvolve-se desde então e passa até por algumas narrativas bíblicas, de acordo com Bakhtin. Varro, Apuleio, Sêneca e, em especial, Luciano, de quem More foi tradutor e estudioso, foram grandes representantes deste gênero. Deixamos claro de antemão que não afirmamos a influência deste gênero na *Utopia*, em especial, pois demandaria um esforço significativo a sustentação de tal hipótese. O que deixaremos claro é a semelhança de propostas, de intencionalidade autoral,

⁶ *Caminos de Utopía*, p.18.

de criação artística literária que há entre a Menipeia e o gênero utópico.

Deixemos que Bakhtin caracterize a Menipeia⁷:

A menipeia liberta-se totalmente daquelas limitações histórico-memorialísticas que ainda eram inerentes ao diálogo “socrático” (embora a forma memorialística externa às vezes se mantenha), está livre das lendas e não está presa a quaisquer exigências da verossimilhança externa vital. A menipeia se caracteriza por uma excepcional liberdade de invenção do enredo e filosófica. Isto não cria o menor obstáculo ao fato de os heróis da menipeia serem figuras históricas e lendárias (Diógenes, Menipo e outros). É possível que em toda a literatura universal não encontremos um gênero mais livre pela invenção e a fantasia do que a menipeia (1997, p.114).

Esta primeira descrição trata do primeiro traço, que é o desenraizamento com o real, com a lógica do real. Para nossos dias, parece algo tautológico, mas de maneira alguma o era na época citada. Também fica clara a diferença entre o diálogo socrático e a menipeia. Se lembrarmos da *República*, de Platão, e compararmos com a *Utopia*, de Thomas More, perceberemos que no texto

⁷ Utilizaremos as definições contidas no livro *Problemas da Poética de Dostoiévski* (1999), onde Bakhtin utiliza seus estudos clássicos, acrescentados nesta segunda versão do livro, para localizar Dostoiévski na linhagem de escritores influenciados pela sátira menipeia. No Brasil, temos como representante maior Machado de Assis, que foi muito influenciado por Luciano. Uma passagem ilustrativa desta herança luciânica é o capítulo “O Delírio”, do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o qual descreve a viagem do narrador sobre um hipopótamo.

platônico não há nenhuma situação extraordinária para proporcionar o discurso de Sócrates, temos, sim, um tratado político-filosófico por meio do método maiêutico. Abaixo, veremos a contraposição do gênero utópico.

Seguindo na definição, Bakhtin deixa ainda mais evidente a hipótese que propomos, a saber, de aproximar as intenções do gênero utópico com a menipeia:

A particularidade mais importante do gênero da menipeia consiste em que a fantasia mais audaciosa e descomedida e a aventura são interiormente motivadas, justificadas e focalizadas aqui pelo fim puramente filosófico-ideológico, qual seja, o de criar situações extraordinárias para provocar e *experimentar uma ideia filosófica*: uma palavra, uma verdade materializada na imagem do sábio que procura essa verdade. Cabe salientar que, aqui, a fantasia não serve à materialização positiva da verdade mas à busca, à provocação e principalmente à *experimentação dessa verdade*. Com este fim, os heróis da menipeia sobem aos céus, descem ao inferno, erram por desconhecidos países fantásticos, são colocados em situações extraordinárias reais (grifos nossos) (1997, p.114).

Se pensarmos no enredo básico do gênero utópico, teremos um sujeito que viajou, conheceu um povo/lugar, sobre o qual ninguém havia tido notícias, retornou ao seu país e está contando a alguém tudo que apreendeu sobre aquele lugar e sobre o costume de tal povo. Este povo sempre é tido como excepcionalmente avançado em

questões sociais, culturais, tecnológicas, políticas, religiosas etc. A possibilidade que um pensador com grande competência filosófica tem de *experimentar uma verdade*, uma ideia de mundo ideal, realiza-se no gênero utópico, pois o fato de ser uma terra distante, sem compromissos com o real, faz com que a liberdade criativa seja total. Também o fato de o narrador ser o único a testemunhar, ser o propagador do testemunho, facilita a estrutura da história.

Sendo assim, se a motivação de uma Menipeia é experimentar uma verdade, sem compromissos com os protocolos do real, no gênero utópico, temos o mesmo, é bem verdade, sem os elementos satíricos, paródicos (mais enfáticos na Menipeia). Uma vez mais ponderamos: não se trata de *correspondência*, mas de *analogias* entre gêneros e épocas.

Algo muito comum nas Menipeias, e, como vimos, na visão humanista do Renascimento, é o destronamento de convenções estabelecidas autoritariamente. No tópico seguinte, veremos como este destronamento se dá, na *Utopia*, na relação dos sujeitos com o valor atribuído ao capital.

DESTRONAMENTO: O CAPITAL EM UTOPIA

“Para la escatología – aunque en su forma elemental, profética, prometa al hombre una participación activa en la llegada de la redención – el acto decisivo viene de arriba; para la utopía, todo está sometido a la voluntad consciente del hombre, y hasta puede

calificársela de imagen de la sociedad esbozada como si no hubiera otros factores que esa voluntad”

(Martin Buber)⁸

Trataremos agora de um elemento fundamental da composição social da Utopia, o tratamento do capital entre os utopianos. Antes da definição, lembramos que em outra famosa utopia - a *Cidade do Sol*, de Campanella⁹ -, reina uma concepção do dinheiro muito similar, especialmente no que concerne ao valor atribuído à moeda em detrimento dos demais valores humanos.

Trata-se de rebaixar, destronar o capital, retirar toda a “aura” existente no dinheiro, para retornar a um estado de coisas no qual a comunidade - e não a sociedade - possuía valores superiores aos que se instalaram após as comercializações e ao acúmulo de capital como valor supremo de vida. No caso de More, temos um filósofo muito sensível às vicissitudes de seu tempo, bem como preocupado com os desdobramentos da cultura do acúmulo e da ‘divinização’ do capital. Este problema é percebido e explicitado na *Utopia* nos seguintes termos:

Nenhuma criatura viva é voraz e gananciosa por natureza, mas apenas pelo medo de sofrer privações; e, no caso do ser humano, a razão é a simples vaidade, a ideia de que se é melhor do que os outros quando se

podem ostentar grandes propriedades e todo tipo de luxo supérfluo. Esse tipo de coisa, porém, não acontece no esquema que vigora em Utopia (MORE, 2009, p.105).

More, na primeira parte da *Utopia*, explicita bem o retrato da Inglaterra daquele momento e sua respectiva crítica. Sobre esta relação de via dupla, bem aponta Benedito Nunes (1969), num ensaio chamado “Das utopias”, que, segundo ele, se dividem num olhar de Jano:

Bifrontais, as utopias proscrevem as instituições e os costumes de uma época, prescrevendo leis e modos de vida diferentes para uma sociedade sem época. O lado crítico e o lado prospectivo são as duas faces alternantes das criações utópicas. No esforço de corrigir, emendar e ultrapassar a realidade que refletem e contra a qual se voltam, essas criações oscilam entre a compreensão reflexiva das possibilidades humanas ainda em suspenso e a negação imaginária do real de que se desprendem (NUNES, 1969, p.31).

Como mostra do que vimos argumentando, encontramos na *Utopia* a seguinte passagem exemplificando o que dissemos no início deste item:

Refiro-me, em especial, ao fato de não usarem dinheiro, mas de apenas o conservarem para uma eventual emergência. Enquanto nenhuma preocupação vem comprometer-lhes a tranquilidade, a prata e o ouro, que são a matéria-prima do dinheiro, são conservados de modo que ninguém lhes tribute mais respeito do que

⁸ *Caminos de Utopía*, p.18.

⁹ “Os habitantes não recebem dinheiro, mas trocam com as mercadorias de que precisam, sendo que, muitas vezes, também as compram com moedas. Mas, de todo o coração, riem-se os meninos solares ao verem tanta abundância de coisas deixadas por tão poucas bagatelas” (CAMPANELLA, 1978, p.262).

aquele a que fazem jus por seu valor intrínseco (MORE, 2009, p.114).

Este é um exemplo do que chamamos de *destronamento*. Para compreender este conceito, é necessário que se compreenda que ele se insere na visão de mundo do Carnaval, tal como Bakhtin o define:

O carnaval é um espetáculo sem ribalta e sem divisão entre atores e espectadores. No carnaval todos são participantes ativos, todos participam da ação carnavalesca [...] Esta é uma vida desviada da sua ordem habitual, em certo sentido uma vida “às avessas”, um “mundo invertido” (“*monde à l’envers*”) (BAKHTIN, 1997, p.122).

Nesta ação carnavalesca, a coroaçãodestronamento é de especial relevância:

é um ritual ambivalente biunívoco, que expressa a inevitabilidade e, simultaneamente, a criatividade da mudança-renovação, a alegre relatividade de qualquer regime ou ordem social, de qualquer poder e qualquer posição (hierárquica) (BAKHTIN, 1997, p.124).

Ou seja, trata-se de ridicularizar aquilo que possui um *status* acima das demais relações humanas. Que é que fazem More e Campanella com o capital e seu acúmulo? Ridicularizam e mostram como tal adoração pecuniária é vã, contrária à ordem humana ideal. Eis uma mostra da visão de mundo utopiana:

Outra coisa que os enche de surpresa é verificar que um material tão inútil quanto o ouro possa ser considerado,

no mundo inteiro, muito mais importante do que os seres humanos, ainda que esse altíssimo valor lhe tenha sido atribuído por eles próprios (MORE, 2009, p.120).

Sendo assim, a atitude reinante entre os utopianos é de desprezo pelo acúmulo de bens e pela adoração de algo que nos afasta das verdadeiras relações interpessoais, como vemos neste trecho: “A Natureza, porém, não deu ao ouro e à prata nenhuma função que não seja perfeitamente dispensável; foi a loucura humana que os fez preciosos por serem raros” (MORE, 2009, p.115). Ao se abrir mão das relações pecuniárias, as relações humanas (no sentido renascentista mesmo) surgem como a única possível, a verdadeira.

O desprezo (destronante) pelo ouro, e mais genericamente pela valoração do capital, fica evidente nos usos destinados aos metais preciosos e às joias:

Tanto nas residências particulares quanto nos refeitórios comunitários, utilizam a prata e o ouro para a fabricação dos mais simples utensílios domésticos, como por exemplo, os urinóis. Também usam correntes e grilhões de ouro para prender os escravos, e todos os que praticam crimes realmente graves são forçados a usar anéis de ouro nas orelhas e nos dedos, um colar de ouro no pescoço e até uma tiara de ouro na cabeça. Na verdade, fazem o possível para tornar esses metais desprezíveis (MORE, 2009, p.116).

Mais adiante, ficamos sabendo que as joias se convertem em brinquedos para crianças, e que elas são mais tarde

desprezadas pelos pequenos. Inclusive, uma anedota que ilustra toda ligação destronante que estabelecemos é a história dos embaixadores anemolianos. Estes senhores representam exatamente o choque cultural que teríamos se nós (não só os contemporâneos de More) conhecêssemos a Utopia: a inversão de valores concernentes ao capital. Ao ver tais embaixadores, as crianças utopianas não entendem aqueles senhores vestidos e ornamentados com aquilo que existe de mais desprezível a elas. A isso, uma mãe responde ao filho: “Cala-te, filho, deve ser algum bobo que veio junto com a comitiva” (MORE, 2009, p.119).

Bakhtin nos lembra, sempre, que o des-tronamento, a atitude carnalizante, busca sempre encontrar a Verdade escondida por trás de pretensas verdades. More detecta que a verdade financeira, estritamente, leva à corrupção dos seres, ao seu progressivo individualismo (avesso à visão de mundo popular do carnaval renascentista).

Se no enredo da *Utopia* houve este des-tronamento, em sua primeira parte há um personagem tipicamente carnalizante: o bobo; é sobre ele que trataremos agora.

A VERDADE DESNUDADA: O BOBO

“En la revelación, la visión de lo justo se consuma en la imagen de un tiempo perfecto: como escatología mesiánica; en la idea, la visión de lo justo se consuma en la imagen de un espacio perfecto: como utopía”
(Martín Buber)¹⁰

¹⁰ *Caminos de Utopía*, p.18.

O personagem Bobo, que teria seu apogeu no Renascimento, era conhecido desde a mais recuada Antiguidade e ressurgiu na Idade Média nos âmbitos folclóricos e de inclinações satírica e paródica, ou seja, âmbitos populares, não-oficiais. Nas peças de Shakespeare, por exemplo, não raro este personagem aparece como a “verdade dita risonhamente”. A título de exemplo, numa tragédia das mais cruéis como *Rei Lear*, lá está o Bobo ao lado do Rei, sendo impiedoso ao dizer a triste e trágica realidade¹¹.

Bakhtin, no livro sobre Rabelais, diz da legitimidade que o riso possuía já na Idade Média:

O riso acompanhava também as cerimônias e os ritos civis da vida cotidiana: assim, os bufões e os ‘bobos’ assistiam sempre às funções do cerimonial sério, parodiando seus atos (proclamação dos nomes dos vencedores dos torneios, cerimônias de entrega do direito de vassalagem, iniciação dos novos cavaleiros, etc.) (BAKHTIN, 1999, p.4).

Na obra de Thomas More que analisamos, sua presença é mínima, só aparece no Livro I. No entanto, sua “verdade” ecoa forte, devido aos ataques de denúncia que se comprovavam no mundo real. Adiante veremos o trecho e sua respectiva análise. Por ora, fiquemos com as definições de Bakhtin para este personagem¹². Num artigo chamado “Funções do Trapaceiro, do Bufão e do Bobo no romance”,

¹¹ Consta que na casa de Thomas More havia um bobo chamado Henry Patenson. (Cf. nota explicativa nº 96 da edição da *Utopia* da Martins Fontes, utilizada por nós neste artigo).

¹² Traremos as definições de Bakhtin contidas no livro *Questões de Literatura e Estética: a teoria do romance* (1998).

Bakhtin discorre sobre estes personagens desnudantes das pretensas verdades: “O trapaceiro, o bufão e o bobo criam em volta de si microcosmos e cronotopo especiais” (BAKHTIN, 1998, p.275). Ou seja, quando eles surgem, há um deslocamento proposital para um mundo à parte, uma relação com a realidade que é diferente. Percebemos isso na tolerância dos personagens sérios para com o Bobo, o tom invectivo das ofensas é aturado e ouvido integralmente, sempre: “Uma particularidade e um direito são características delas: são estrangeiras nesse mundo, elas não se solidarizam com nenhuma situação de vida existente nele, elas veem o avesso e o falso de cada situação” (BAKHTIN, 1998, p.276). Vejamos como o narrador de More nos apresenta este singular personagem:

Havia, entre os presentes, um parasita profissional que insistia em fazer-se passar por louco, e representava esse papel tão bem que mal se podia distingui-lo de um verdadeiro doido. Suas tentativas de parecer engraçado eram tão canhestras que mais se ria dele do que das coisas que dizia. Às vezes, porém, acertava (MORE, 2009, p.49).

Já nesta apresentação, percebemos que o Bobo, por mais que se assemelhe ao louco, possui voz, e “às vezes acerta”. Ou seja, há espaço para ele, mesmo num colóquio sumamente importante, como é o caso. Isto ocorre porque o Bobo faz a “denúncia de toda espécie de convencionalismo pernicioso, falso, nas relações humanas” (BAKHTIN, 1998, p.278).

Estes personagens, seja qual for a extensão e relevância deles no enredo, são

portadores da “revelação pública de esferas da vida especificamente privadas” (BAKHTIN, 1998, p.276). Pensando no Bobo da *Utopia*, percebemos exatamente esta ação. Ele evidencia como as elites clericais são pouco produtivas à sociedade, e isto é feito diante do próprio clero em resposta a certo frade:

Ah, mas não conseguireis livrar-vos dos mendigos tão facilmente, disse ele (o frade). O que seria de nós, frades mendicantes? Ora, mas isso já se acha perfeitamente resolvido, respondeu o parasita. Não foi o próprio cardeal quem acabou de estipular as mais sábias medidas para o controle e a proveitosa utilização de todos os vagabundos? (MORE, 2009, p.50).

Isto se dá pela característica ontológica do Bobo: “Tais personagens trazem consigo para a literatura, em primeiro lugar, uma ligação muito importante com os palcos teatrais e com os espetáculos de máscaras ao ar livre” (BAKHTIN, 1998, p.275).

Nota-se que há uma divergência entre o que é publicável e o que deve ser convencionalmente posto de lado. No entanto, para o Bobo, não há distinção entre o que deve ou não ser publicado, ele é autorizado para revelar, desvelar este convencionalismo:

Este convencionalismo pernicioso que impregnou a vida humana é, antes de tudo, a ordem e a ideologia feudais com a sua depreciação de tudo o que é espaço-temporal. A hipocrisia e a impostura impregnaram todas as relações humanas. As funções “naturais” oriundas da natureza humana realizam-se, por assim dizer, pelo contrabando selvagem, porque a

ideologia não as consagra. Isto introduzia a falsidade e a duplicidade em toda a existência do homem. Todas as formas ideológico-institucionais tornavam-se hipócritas e falsas, enquanto que a vida real, privada de interpretação ideológica, tornava-se grosseiramente animal (BAKHTIN, 1998, p.278).

Refletindo sobre esta citação, constatamos que um fenômeno como Rabelais não poderia ter surgido em outra época, pois, ao expressar o homem hiperbolicamente grotesco, o francês purga a hipocrisia que, no humanismo renascentista, vivia sua máxima contradição, sua tensão maior. Esta tensão, este movimento de destronamentos, de relatividade do que era, até então, indiscutível, reflete-se em todas as formas sociais e/ou artísticas:

Na época da Renascença, as formas de romance que mencionamos destruíram aquela vertical do além, que tinha decomposto as formas do mundo espaço-temporal e o seu conteúdo qualitativo e vivo. Elas prepararam o restabelecimento da entidade material e espaço-temporal do mundo num estágio novo de desenvolvimento, mais aprofundado e complicado. Elas prepararam a assimilação pelo romance de um mundo onde, na mesma época descobria-se a América, o caminho marítimo para as Índias, um mundo que se abria às novas ciências naturais e à nova matemática (BAKHTIN, 1998, p.281).

A curta ação do Bobo na Utopia fica aparentemente sem grande função no

tudo da obra, mas é material suficiente para se compreender uma nota a mais da visão humanista do Renascimento. Neste contexto, o Bobo possuía seu lugar cativo nas composições literárias e folclóricas como um todo, pois era necessária e permitida a sua franqueza absoluta.

CONCLUSÕES

Buscamos, neste trabalho, aproveitar as reflexões do grande pensador russo Mikhail Bakhtin sobre o Renascimento e sua correspondente representação do homem para compreender melhor o célebre livro de Thomas More.

A *Utopia*, indubitavelmente, dialoga com toda a história passada, desde os mais recuados tempos até os contemporâneos de More; é um livro enciclopédico no mais alto grau. Por isso, até hoje, busca-se decifrar quem são os interlocutores, as teses refutadas, as teses corroboradas, as piscadelas para o leitor astuto, as críticas às ideologias presentes na realidade do escritor inglês, enfim, há um manancial riquíssimo ainda a ser ser deslindado.

Assim sendo, este trabalho não é mais do que se pretende que seja: meras observações pontuais (vindas de fontes confiáveis) sobre uma obra de repertório vastíssimo.

A Sátira menipeia, tão bem valorizada por Bakhtin, mostrou-se útil à compreensão da obra de More, pois em sua principal característica (a *experimentação* de determinada ideia) há similaridade entre ambas. Demos uma pequena mostra da funcionalidade de tal conceito, mas poder-se-ia ampliar a reflexão sobre a Menipeia

com vistas a outras obras pertencentes ao gênero utópico, e mesmo a certas obras da moderna ficção científica.

O destronamento, entendido na sua relação com a atmosfera carnavalesca, opera em diversas instâncias na obra de More. Contudo, interessou-nos a atitude destronante dos utopianos com relação ao capital, a tudo quanto poderia se tornar moeda, em detrimento dos valores humanos. Como se trata do período renascentista, o homem e seus valores mais rasos - porém reais e verdadeiramente humanos-, como vimos, *dessublimam, destronam* os valores pecuniários que obscurecem as relações entre os homens.

O personagem Bobo, que tão estranho nos soa e tão artificial nos parece, exerce, em todas as obras nas quais figura, uma função supinamente importante: por meio do exagero que faz rir, ele nos traz a verdade aos nossos olhos. Em *Utopia*, foi possível constatar que tudo quanto Bakhtin discorre sobre tal histriônico personagem é encontrado neste que aparece somente no Livro I do livro de Thomas More.

Ressaltamos que Bakhtin estuda o período em questão com vistas a sua compreensão do mundo e suas manifestações artísticas, busca dar voz à vertente não-oficial da cultura. Sem dúvida, More pertencia ao lado oficial da cultura europeia renascentista, e seu amigo Erasmo se aproximaria muito mais do que Bakhtin propõe em suas teorias aqui compendiadas. No entanto, o teor humanista de ambos é o mesmo, com expressões e representações do homem mais ou menos afinadas com o espírito popular, carnavalesco do Renascimento. Sendo assim, as questões relacionadas

ao “riso”, que o pensador russo como poucos teorizou, foram aplicáveis à trama utopiana.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. 4ª ed. Trad: Aurora F. Bernardini, José P. Júnior, Augusto G. Júnior, Helena S. Nazário, Homero F. de Andrade. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. 4ª ed. Trad: Iara Frateschi. São Paulo-Brasília: Edunb/HUCITEC, 1999.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BORGES, J.L. **Ficciones**. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

_____. **El Aleph**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

BUBER, Martin. **Caminos de Utopía**. Trad. J. Rovira Armengol. Ciudad de México: Breviarios, 1955.

CAMPANELLA, Tommaso. **A Cidade do Sol** in Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MORE, Thomas. **Utopia**. Trad. Jefferson L. Camargo e Marcelo B. Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

NUNES, Benedito. **O dorso do tigre**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.

Recebido para publicação em 14 de mar. de 2013

Aceito para publicação em 20 de out. de 2013

SOU PROFESSOR, SOU ÍNDIO: A DISCURSIVIZAÇÃO DO SUJEITO NA CAPA DA REVISTA *Nova Escola*

I AM A TEACHER, I'M AN INDIAN: THE DISCOURSE OF THE SUBJECT ON THE COVER OF THE MAGAZINE *Nova Escola*

Adilson Manfrin*

Eliana Cristina Pereira Santos**

Resumo: O discurso não existe sem o sujeito e o sujeito não existe sem discurso. Para a análise do discurso, o sujeito só se configura pela ideologia e pelo inconsciente, entretanto, o sujeito acredita ter uma evidência de ser o dono de seu dizer. Considerando que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dada” (PÊCHEUX, 1993, p.77), busca-se na materialização dos discursos da capa da Revista Nova Escola (edição: n.171 de abril de 2004) debatermos quais os desdobramentos da concepção sujeito índio do discurso na teoria pechetiana, os efeitos de sentido provocados pelo enunciado verbal “Sou professor, sou índio”, e outras considerações sobre a capa.

Palavras-chave: Professor-índio. Revista. Discurso

Abstract: The speech does not exist without the subject and the subject does not exist without speech. For the analysis of discourse the subject exists only by ideology and unconscious, however the subject believes he has evidence to be the master of his say. Whereas “is always pronounced a speech from given conditions of production” (Pêcheux, 1993, p.77), search in the materialization of discourses on the cover of the Nova Escola Magazine edition: No. 171, April 2004 debate which developments of Indian design subject of discourse in theory pechetiana, the effects of meaning caused by verbal statement “I am a teacher, I am Indian,” and other considerations on the cover.

Keywords: Indian-teacher. Magazine. Discourse.

* Professor de História, Mestre em História na linha de pesquisa de História Indígena/UFMS, Coordenador da Educação Escolar Indígena/NRE/Foz do Iguaçu/SEED/PR. E-mail adilsonmanfrin@hotmail.com

** Pedagoga, especialista em Psicopedagogia, Mestre em Letras pela UNIOESTE, campus Cascavel. E-mail eliana.lee@ig.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo visa apresentar e discutir a imagem do professor índio na capa da revista *Nova Escola*, doravante RNE, em abril de 2004. Para tal, realizamos um esboço analítico, uma leitura de possíveis efeitos de sentidos que nos afetaram como leitores da revista, ou seja, um iniciar ainda não finalizado, com algumas informações, ainda não aprofundadas, mas que podem servir como “brechas” para que outros investigadores que pensam sobre o mesmo assunto desenvolvam trabalhos nesta área.

O que se pretende nesse trabalho é reconstituir o discurso latente da capa, na busca de querer reencontrar o murmúrio da intencionalidade da capa que não é, em última análise, transcrita somente em palavras, mas em linhas, superfícies e cores, enfim em discurso. Propomos buscar quais os efeitos de sentidos possíveis nessa capa, e isso não significa que muitos outros pesquisadores não possam encontrar outros efeitos de sentidos “captados” de outra maneira. Afinal, são possíveis várias maneiras para trabalhar com o simbólico.

Feitas essas colocações, busca-se fundamentação teórica nos estudos da Análise do Discurso (AD), que entende discurso como sentidos em movimento, as errâncias dos sujeitos, a improbabilidade de lugares para as conjunções nas dispersões e discursividade de unidades, de incertezas de trajetos, indistinção, vestígios e ancoragem realizadas pelas/com as palavras, ou até mesmo com a ausência delas. Optar pela AD é decidir por problematizar as maneiras de ler, é perceber que não é possível não

estarmos sujeitos à linguagem, aos seus equívocos, a sua opacidade. É saber que não há neutralidade nem mesmo no pesquisador – diríamos que não há neutralidade principalmente no analista do discurso, uma vez que não se pode cair na ilusão de que, por sermos pesquisadores, estamos conscientes de tudo. O máximo que a nós é permitido é que, por estarmos em contato com diversas leituras, temos uma relação menos ingênua com a linguagem.

Com o objetivo declarado, a RNE se coloca a contribuir para a formação e o aperfeiçoamento profissional do professor como maneira de viabilizar o desenvolvimento social do país; é também uma maneira de “manter” os professores leitores atualizados sobre todos os assuntos que envolvem a educação. Essa característica da revista é essencialmente significativa no caso de uma publicação pedagógica destinada ao grande público docente: a RNE posiciona-se como a maior revista para educadores brasileiros, uma vez que circula desde 1986, com custo baixíssimo para assinantes e alguns exemplares distribuídos gratuitamente nas escolas públicas.

Nesta capa de abril de 2004, a revista com aparente estabilidade de mídia impressa, segundo Gregolin (1997) “interpela incessantemente o leitor [...] compondo o movimento da história presente por meio da re-significação de mensagens e sinais enraizados no passado” (GREGOLIN, 1997, p.47). Interpela o sujeito leitor a “saber” dos acontecimentos relacionados à educação brasileira, mais precisamente a educação escolar indígena no Brasil.

CORPUS E ANÁLISE

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise da capa, procurando detectar a posição sujeito-índio como professor. A questão que se procura responder ou tecer reflexões sobre é que efeitos de sentido tal capa pode gerar e em quais sustentáculos está ancorado. Para analisar a imagem da capa da RNE em questão é fundamental entender o processo histórico nas relações estabelecidas entre os povos indígenas e a educação escolar para compreender as condições de produção da afirmação: *sou professor, sou índio*.

Vejamos o objeto de análise:



abril/2004

Abril de 2004, momento histórico em que os povos indígenas já têm reconhecidas suas formas próprias de organização social, tradições, seus valores simbólicos, conhecimentos e processos de constituição de saberes e sua transmissão cultural para futuras gerações.

Historicamente, temos conhecimento de que a “educação” inicialmente foi fornecida pelos padres jesuítas. Os indígenas vêm enfrentando desde o século XVI as políticas de aldeamento e assimilação; essas políticas discutidas e elaboradas pelos homens brancos (não-índios) exerceram notada influência em suas práticas sociais identitárias. Note-se que a imagem trazida pela capa apresenta um homem índio de camisa branca com botões, segurando uma caneta em posição do exercício da escrita, com colares de semente, rosto e braços com pinturas característica dos índios. A roupa, o gesto de sorrir para câmera fotografia denota a ideologia demarcada por décadas e tais elementos são apresentados em forma de resquícios da influência.

A educação escolar indígena apresentada pela RNE aponta para uma realidade escolar ocidentalizada que foi efetivada e que encontrou seu caminho, mas que, na realidade, é um processo, uma construção. Significa que os professores indígenas estão em busca de uma definição conceitual, do que realmente é essa educação escolar indígena. O que de fato é essa escola para os povos indígenas? Pelo fato de ser índio já se enfrenta vários problemas na perspectiva de educação escolar para os povos nativos.

A educação escolar indígena passa por mudanças e ações de governo na esfera federal, como a ação afirmativa de promover e investir na formação dos professores indígenas, o que ganha o interesse da mídia em divulgar o que está acontecendo.

A posição que o sujeito professor assume na capa é o que determina o efeito

de sentido do discurso. Na AD, os indivíduos são interpelados em sujeitos: sujeitos de direitos, sujeito professor, e desse lugar profere seus dizeres. Entretanto, não se dão conta dessa interpelação por causa do efeito de esquecimento causado pela ideologia. E, por isso se considera fonte do dizer, dono de seu discurso, prontos a afirmar “sou professor, sou índio”. Pode-se dizer que as pessoas assumem papéis de sujeitos do discurso com base nas formações discursivas (FD) em que se inscrevem determinadas pelas formações ideológicas (FI) que lhes foram associadas.

A partir das FD que determinam o que pode vir ou não a ser apresentado e dito na capa da revista, o sujeito índio enuncia seu dizer. Sustentado por um interdiscurso de que, por se tratar de uma revista, certas coisas podem ser ditas e outras não. É interessante para a RNE que o sujeito índio afirme sua posição de professor diante do cenário brasileiro, já que o processo de significação de discurso vai resultar, então, da constituição de suas condições de produção, e essas compreendem basicamente os sujeitos, a situação e a memória. Os sentidos que tentamos apreender com a capa, segundo Pêcheux (2009);

não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas, isto é, reproduzidas.” (PÊCHEUX, 2009, p. 160).

Portanto, o que se tem é uma incompletude inerente ao processo discursivo, já que existe uma multiplicidade de sentidos que são dados em relação à história e às posições ideológicas em que os sujeitos estão inscritos.

O efeito de sentido na capa da revista para a afirmação “sou índio” carrega os equívocos de compreensão desde a invasão de Cristóvão Colombo no continente americano. É, pois, a repetição da denominação de índios, dada aos habitantes nativos dessas terras desde o “descobrimento do Brasil” que permanece até o presente. Revela ainda que, para muitos brasileiros não-índios, a denominação é pejorativa, demonstra todo o processo histórico de discriminação e preconceito contra os povos nativos. Ao evocar a palavra “índio” recupera do interdiscurso os sentidos de um ser sem conhecimento, civilização, cultura, incapaz, selvagem, preguiçoso e traiçoeiro. Existe também outro efeito de sentido sobre essa palavra – a de um ser literário, romântico, protetor das florestas, símbolo da pureza, quase um ser como o das lendas e dos romances.

A denominação índio ou indígena, segundo os dicionários da língua portuguesa, significa nativo, natural de um lugar. É também o nome dado aos primeiros habitantes (habitantes nativos) do continente americano, os chamados povos indígenas. Mas esta denominação é o resultado de um mero erro náutico. O navegador italiano Cristóvão Colombo, em nome da Coroa Espanhola, empreendeu uma viagem em 1492 partindo da Espanha rumo às Índias, na época

uma região da Ásia. Castigada por fortes tempestades, a frota ficou à deriva por muitos dias até alcançar uma região continental que Colombo imaginou que fossem as Índias, mas que na verdade era o atual continente americano. Foi assim que os habitantes encontrados nesse novo continente receberam o apelido genérico de “índios” ou “indígenas” que até hoje conservam. Deste modo, não existe nenhum povo, tribo ou clã com a denominação de índio. Na verdade, cada “índio” pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, o Yanomami etc. Mas também muitos povos recebem nomes vindos de outros povos, como se fosse um apelido, geralmente expressando a característica principal daquele povo do ponto de vista do outro. Ex.: Kulina ou Madjá. Os Kanamari se autodenominam Madjá, mas os outros povos da região do Alto Juruá os chamam de Kanamari. (LUCIANO, 2006, p. 29-30).

Entretanto a matriz de sentido dada ao “sou índio” não é aquela construída pelo movimento indígena, organizado a partir da década 1970, por meio da luta para romper com a pedagogia da imposição enfrentada pelos povos indígenas no Brasil. Na época, os indígenas chegaram ao entendimento de que era necessário concordar com os povos não-índios a respeito da denominação para que essa fosse validada genericamente de índio ou indígena, no sentido de permanecer uma identidade que os unisse,

articulasse, viabilizasse e fortalecesse todos os povos originários e, ao mesmo tempo, demarcasse a fronteira étnica e identitária de cada povo, na condição de habitantes nativos e originários do território brasileiro.

A partir dessa articulação dos próprios povos indígenas, de forma coletiva, o sentido pejorativo da palavra índio foi deslocado para outro sentido de ordem afirmativa: uma identidade multiétnica. “Índio” fornece uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É por essa via que atualmente todos os índios se tratam como parentes.

Ainda no nível verbal do enunciado da capa, podemos destacar duas informações: uma limitação temática, que se refere à posição de sujeito professor e à regularidade presente na representação desse sujeito, a de índio. Nesse sentido, o papel designativo do verbal em função do visual institui limites à posição dos sujeitos representados, bem como dos sentidos produzidos e circunscritos na imagem a ser lida. Desta maneira, pelo verbal, a imagem da capa propõe uma identidade composta e subordinada. Composta por ser professor/índio e subordinada por apresentar a palavra professor primeiro que a palavra índio. A profissão professor é discursivizada como uma identidade primeira em que a etnia não é identificada, pois a voz proferida é não-índia para quem produziu e, para quem consome, os leitores, perpassa a imagem congelada no tempo e induz a ser tudo igual, levando ao apagamento de 235 povos diferentes no Brasil.

No entanto, apesar de todas as conquistas dos povos indígenas, enquanto sujeitos de direitos pautados pela constituição de 1988, pela Lei de Diretrizes Bases Nacionais de 1996, e por outras leis internacionais adotadas pelo governo brasileiro em defesa dos povos indígenas, apesar de tudo isso enquanto avanço, a educação escolar está longe de romper com a pedagogia da imposição na sociedade nacional, por isso a luta dos povos indígenas é constante.

Emprestando a noção de Althusser, que define que “todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se revestir da forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (PÊCHEUX, 2009, p. 183), Pêcheux apresenta o sujeito como uma forma-sujeito, uma unidade imaginária, um lugar. Os sujeitos são recrutados em “ser professor” indígena pelo modelo oferecido pela revista, afinal ela apresenta um modelo de professor-índio, chamando para si a importância de apresentar em prim Geografias textuais e as configurações da linguagem. eira mão uma imagem tão almejada pelos sujeitos que reivindicam a necessidade de ser um professor índio dentro das comunidades indígenas.

Os sujeitos leitores conseguem, por um processo de identificação e incorporação desse modelo que se dá por essa incorporação-dissimulação do interdiscurso, o já dito sobre o indígena e sobre o professor, e na identificação com esse outro mostrado, aqui na revista e em outros lugares, em outras situações em que o sujeito professor é dado a ver, é dado a ler. Da forma como é apresentada

a capa, é possível um reconhecimento e uma cumplicidade entre o interdiscurso e a identificação. Em outras palavras, é possível perceber todas as concepções que o leitor tem de índio, materializado na capa, unidas à concepção de professor. Até o ponto em que essa incorporação/dissimulação dos elementos do interdiscurso (o que é dito sobre o ser professor e sobre o ser índio) são confundidos, de modo a não haver mais demarcação no que está dito e apresentado na capa, e do que isso é dito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

a imagem trazida pela revista na capa é efeito do ser professor e do ser índio, entretanto, não é “em realidade” todos os professores e de todos os indígenas. Alguns professores se assemelham ao modelo apresentado, contudo, busca-se nesse modelo a identificação como sujeito do dizer. Em suas inscrições, no desenho no rosto e pelos colares busca a identificação com a cultura indígena, ao mesmo tempo em que a camiseta regata branca o configura de acordo com o ocidentalismo instaurado no Brasil.

O que se pode perceber nessa capa em linhas gerais é que a RNE se apropria do discurso da “descoberta do Brasil” em relação ao índio, despossuindo dele o antropológico, folcloriza sua imagem ao mesmo tempo em que elide nas vestimentas e na posição sujeito professor. E omite a materialidade histórica sob o pretexto de discursivizar o pedagógico. O fato é que os acontecimentos históricos não o são por si, mas porque reclamam um sentido.

REFERÊNCIAS

GREGOLIN, M. R. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p.95-110.

LUCIANO, G. dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1).

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. por Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

Recebido para publicação em 10 de dez. de 2012

Aceito para publicação em 27 de out. de 2013

ÂNGELO MONTEIRO E AS RAÍZES: ENTRE O CLÁSSICO E O AGORA

ÂNGELO MONTEIRO AND THE ROOTS: BETWEEN THE CLASSICS AND NOW

Adrian Lincoln Clarindo*

Resumo: O trabalho apresenta uma visão sobre algumas ideias que suscitam certa caracterização da “época teórica” alcunhada como “pós-modernidade”. As ideias mostrariam o prefixo “pós” carregado de uma desamarra entre o pensamento contemporâneo e aquele que se tem como clássico. Por meio do poema “Os sem raízes”, que retrata o indivíduo ao extremo dessa desamarração, do poeta alagoano Ângelo Monteiro, o trabalho aqui propõe uma problemática: seria o indivíduo dos dias atuais tão fragmentado (como o pintam pensadores do atual como Hall e Bauman) que se tornaria órfão totalmente do sistema de signos e referenciação? É este o ponto que investigaremos.

Palavras-chave: Pós-modernidade. Raízes. Ângelo Monteiro.

Abstract: This paper presents a view on some ideas that raise certain characterization of a “theoretical time” named as “postmodernity”. These ideas show the prefix “post” loaded with unties between contemporary thought and the one we have as “classic”. Through the poem “Os sem raízes” which portrays the person to the extreme of this unbindness, by the poet alagoano Angelo Monteiro, our work here proposes a problem: would the person of today so fragmented (like current thinkers, Hall and Bauman, would suggest) that he/she would become an orphan of the system of signs and referencing? This is the point that we intend to investigate.

Keywords: Postmodernity. Roots. Ângelo Monteiro.

*Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade - UEPG. E-mail: adrianlink@gmail.com

Desfolho-me a cada dia/
Sem que a copa se desprenda do
tronco/
Nem o tronco da raiz.
E a copa verde ou amarela,/Falará por
mim.
(Ângelo Monteiro)

Aos que acompanham o rumo dos estudos filosóficos, literários e teóricos, duma maneira geral, que mais abrangentemente tocam as universidades públicas do Brasil, torna-se relativamente claro quais são os focos abordados pelas discussões levantadas dentro das academias contemporaneamente. O sujeito, a subjetividade e a linguagem nos tempos atuais sofrem e também causam o deslocamento de grandes verdades numa visão objetiva para “menores” subjetivas. O linguista francês Ferdinand de Saussure, no começo do século vinte, com seus ditos, depois escritos por seus discípulos, sobre a metapesquisa que a linguagem verbal necessitaria, é tido, por vezes, como o ponto de partida para uma grande avalanche de revoluções, desconstruções e reviravoltas no pensamento humano sobre si mesmo. Com fenômeno semelhante acontecendo no mundo científico da física, para os que estão cientes da teoria dos quanta, da relatividade do tempo, da teoria do *big bang*, sem citar os onze universos das supercordas, o que pode se perceber nesta leva contemporânea de estudos é uma grande análise das coisas por elas mesmas.

Numa onda de emaranhamento, com o planeta conectado pelas tecnologias de comunicação, a facilidade de acesso a informações, e as verdades, portanto, limites, balançados, a divisão imaginária

das disciplinas também enfraqueceu. Assim, surge a possibilidade de se analisarem fatos num entrelaçar das teorias. O “ $2 + 2 = 4$ ”, antes analisado apenas pelo campo da Matemática, agora pode ser objeto das Letras, da Biologia etc. É como se a Pangeia das teorias voltasse a se construir. Jonathan Culler, o pensador americano, à luz de uma gama teórica principiada na França desde Saussure quanto ao metaolhar para a linguagem por ela mesma, daí seguindo com filósofos como Derrida, que tencionavam desconstruir pilares ideológicos ocidentais, percebe que os rumos que os estudos tomavam, então, montavam um novo corpo de análise, em que se encontram e não se distinguem tanto Literatura da Filosofia, ou mesmo a Sociologia da História, por exemplo. A essa nova perspectiva de pesquisa, Culler chamou apenas de “teoria”, e esta não seria, como se poderia pensar, a boa nova solucionadora de tudo:

A teoria faz você desejar o domínio: você espera que a leitura teórica lhe dê os conceitos para organizar e entender os fenômenos que o preocupam. Mas a teoria torna o domínio impossível, não apenas porque há sempre mais para saber, mas, mais especificamente e mais dolorosamente, porque a teoria é ela própria o questionamento dos resultados presumidos e dos pressupostos sobre os quais eles se baseiam. A natureza da teoria é desfazer, através de uma contestação de premissas e postulados, aquilo que você pensou que sabia, de modo que os efeitos da teoria não são previsíveis. (CULLER, 1999, p.24).

A natureza da teoria de Culler é desconstrutora. Paradoxalmente, esta teoria realmente desconstrói tudo o que quer quando como uma aranha agarra o objeto dentro de sua teia e se vê ali sem obstáculos para desmembrá-lo e demonstrá-lo quanto a seus desenhos e aporias. Ela, porém, não segue um dos mandamentos de sua origem que é a meta-análise, aquela cuja linguagem de Saussure deveria fazer. A desconstrução tenta desconstruir tudo, menos a si mesma. Logo, o que temos é, embora pensadores como Terry Eagleton muito precisamente já tenham postulado que há um “depois da teoria”, uma influência ainda forte nas pesquisas acadêmicas quanto à desestabilização de fundamentos. A identidade do ser é colocada em questão muito fortemente pelo fato, dizem alguns pensadores, da fluidez rápida dos momentos da vida, da interconectividade, da rapidez da tecnologia, da possibilidade de fácil deslocamento. Logo “parece que todos estamos estudando identidades hoje em dia”, disse Pennycook (2006, p. 80).

Dentro desse quadro teórico, o pesquisador Stuart Hall explica esta busca de se entender o que é identidade por meio de uma análise do desenvolvimento histórico do mundo contemporâneo. Hall ressalta, num primeiro momento, a identidade do sujeito do Iluminismo: centrado em si, racional, individualista e frequentemente “descrito como masculino” (2003, p.11). Em seguida, Hall situa alguns fatores que acabam por descentralizá-lo. Um exemplo é a questão psicológica apontada por Freud e outros psicanalistas sobre o inconsciente. A

teoria freudiana é de que nossa identidade, assim como nossa sexualidade, é formada com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente; este que, por sua vez, funciona de acordo com uma lógica muito diferente da Razão tida como fundamental para os iluministas. Tal ideia “arrasa o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada – o ‘penso, logo existo’, do sujeito de Descartes” (2003, p. 35). Em seguida, Hall pontua o sujeito sociológico que releva questões sobre a relação de si com a sociedade. A noção de sujeito sociológico vai refletir, para Hall, a crescente complexidade do mundo moderno e o entendimento de que um núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas “era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele/ela habitava” (2003, p. 14). E em um terceiro momento, que é o atual, temos o sujeito pós-moderno. Neste, a identidade se daria pelas várias posições que ele ocupa na vida social, os vários “eus”, por vezes contraditórios, que desempenha na sociedade. Seria aquele que vive não só em um mundo fragmentado, mas cuja própria identidade, o próprio sujeito, porque é o sujeito do inconsciente freudiano, reconhece-se também fragmentado e que é construído por meio da linguagem, desde que Saussure, Hall explicaria, afirma que nós não podemos nos dizer “autores” do que dizemos já que a linguagem precede nossa existência (2003, p. 40). Por isso, a identidade do sujeito

pós-moderno se torna instável, ou seja, “a identidade completa e coerente” – escreve Hall – “é uma fantasia” (2003, p. 13).

Assim, o autor nos mostra a fragmentação do homem atual, ideia não fugidia dos pensamentos do pensador polaco Zygmunt Bauman. Em seus livros, Bauman, enfatizando a vida rápida ao redor do uso de aparelhos interconectados e fatores como a globalização, internacionalização, além do movimento desenfreado do ser humano sobre a terra, tece a contemporaneidade como “líquida”. O autor pontua: “no admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades, ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (2004, p. 33). Bauman revê conceitos, em sua opinião, tidos como estanques até então, como o fato do pertencimento a uma nação. E comenta que fatores como “identidade nacional” e mesmo a ideia geral de “nação” são convenionados tal qual uma ficção e não são parte natural da vida humana. As construções abstratas, num modo geral, estão passando por um processo de liquefação:

Estamos agora passando da fase sólida da modernidade para a fase fluida. E os fluidos são assim chamados porque não conseguem manter a mesma forma por muito tempo e, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças” (2004, p. 57).

Logo, para Bauman, assim como para Hall, o ser humano de hoje se insere em qualidades híbridas, fluídas e fragmentadas.

Assim, o que podemos pensar é em um novo ser humano, aquele cujas raízes não mais estão tão atarracadas ao lugar onde nasceu. O poeta alagoano Ângelo Monteiro escreveu um livro intitulado *Todas as coisas têm língua* (2008), cujo poema “Os sem raízes” alude à possibilidade dos indivíduos enfaticamente fragmentados, sem origens certas. Vejamos o texto:

Os que não têm raízes
Ancoram em qualquer porto.
Para eles as paisagens são iguais.
O céu é o mesmo céu.
O mar é o mesmo mar.
Apenas algumas nuvens mudam de lugar.

Os que não têm raízes
Acostumam-se com o tempo.
Só não sabem pedir um cobertor à tempestade
Nem chorar na amurada dos navios
A saudade do porto que deixaram.

Os invernos podem lhes provocar resmungos
Mas o verão, por mais que seja lúcido,
Está aí para isso mesmo.

Que o sol se esbanje sobre suas cabeças
Ou não se esbanje,
O seu relógio continua a andar
Com ou sem ponteiros.

Afinal que lhes resta por esperar?

No ápice da ideia do desenraizamento e da fragmentação das identidades fixas, os indivíduos não somente desempenhariam vários “eus” dentro da vida social, não apenas não pertenceriam a lugar nenhum,

como também se transformariam em seres quase assígnicos. Ou seja, a mecânica das significações de referência de alguém pós-moderno, cuja identidade, ao estilo antigo, rígida e inegociável, simplesmente não funciona. Funcionaria, de fato, duma maneira cujo objetivo seria extinguir as próprias significações referenciais – desde que, para eles, os personagens do poema de Monteiro, um lugar seria como qualquer lugar (um porto qualquer para ancorar), e o processo de referência, então, entraria em pane. É claro que, aqui, falar é crer. Mencionar coisas como “assígnico” ou “processo referencial” já é crer que nossa realidade é permeada por signos. Seriam eles incontáveis, nossos elementos primordiais, como a água é para os peixes¹.

Em nosso entendimento, os seres humanos estão sempre em um processo infinito de significação, ou seja, a realidade em geral está eternamente nos enviando uma mensagem. O todo, decerto imensurável, de tais significações nos vai estreitando o ser dentro dum jeito específico, dentro de determinadas maneiras, dentro de alguma cultura. Vamos aprendendo vários códigos de significações como se tudo fosse uma organização, por mais complexa e confusa que seja, de elementos que se relacionam de alguma forma. Segundo a “semiótica da cultura”², não só todo viés das artes, mas

como cada linguagem própria limita e dita suas predeterminações, ou seja, segundo Lotman, “cada linguagem, é não só um sistema de comunicação, mas ainda um sistema modelizante, ou melhor dizendo, essas duas funções estão indissoluvelmente ligadas” (1978, p. 44-45). Logo, a impressão imediata da realidade, também chamada de “poesia” por alguns, se e nos organiza por meio de ordens sensoriais, modelos de comportamento e linguagem, apresentando-se como verdadeiros impérios de paradigmas. Mesmo para a semiótica em geral, parece-nos, os processos de apreensão da realidade se dão pelos signos:

Como sistema-padrão organizado culturalmente, cada linguagem nos faz perceber o real de forma diferenciada organizando nosso pensamento e constituindo nossa consciência. A mediação do mundo pelo signo não se faz sem profundas modificações na consciência, visto que cada sistema-padrão de linguagem nos impõe suas normas, cânones, ora enrijecendo, ora liberando a consciência, ora colocando sua sintaxe como moldura que se interpõe entre nós e o real (PLAZA, 1987, p. 19).

É necessário salientar que linguagem no sentido semiótico pode ser qualquer tipo de código comunicativo, sendo a esfera verbal, talvez, àquela que mais nos atentamos ou somos educados para compreender. Porém, um gesto com a cabeça, por exemplo, pode passar a mensagem que se quer assim como uma frase dita ou escrita referente a tal ato; a imagem-ação do mundo é também sígnica nesse sentido, haja vista que aqui

¹ Baseado em Merleau-Ponty: “a linguagem é o nosso elemento, como a água é o elemento dos peixes” (1960, p. 25). Nosso entendimento aqui sobre isso é ter a linguagem como tudo que se faz significar, não unicamente a linguagem verbal.

² Aquela de origem russa, tendo Yuri Lotman como sua figura de maior proeminência.

nosso entendimento de signo é triádico, ou seja, de origem peirceana³.

Logo, então, a apreensão de tudo aquilo que nos rodeia e inclusive de nós mesmos se daria por significações. Octavio Paz diria que “o homem é um ser que se criou ao criar uma linguagem. Pela palavra, o homem é uma metáfora de si mesmo” (1982, p. 41). Nós pensamos por meio dos signos e somos pensados por eles, pois, depois de criados, referenciados, entendidos, descobertos, eles, os signos, atingem certo *status* normativo, ou seja, acabam por nos indicar e instruir perante o mundo em geral.

É fato que nascemos dentro de um mundo de significações e vamos tanto experimentando quanto somos iniciados dentro deste mundo. Umberto Eco dá o exemplo de um garoto de quatro anos que “de barriga para baixo, estendido sobre a mesa, e, fazendo de eixo sua própria bacia, começa a rodar com os braços e as pernas estirados como o ponteiro de uma bússola dizendo: ‘Sou um helicóptero’” (1976, p. 105). Este garoto percebeu e internalizou a ideia do que era um helicóptero (o Interpretante na tríade peirceana) e pode representá-lo de diferentes maneiras (fará de outra forma se tentar desenhar um helicóptero, salienta Eco), assim como pode reconhecer e saber diferenciar as coisas todas do mundo, ou seja, cada signo único e individual. Octavio Paz enfatiza: “O mundo não é um conjunto de coisas, mas de signos: o que

denominamos coisas são palavras, uma montanha é uma palavra, um rio é outra; uma paisagem é uma frase.” E se indaga: “O que é o poeta senão um tradutor, um decifrador?” (1984, p. 98).

Assim, se estamos num momento de hibridação do ser e se somos mediados por significações, princípios reguladores iminentes de certa univocidade do ser se conservam em sua relação com o mundo que o rodeia. Não fosse assim e estaríamos não em uma crise de identidade, em que se aventura em pensamento pelos vales os quais não se é, sempre tendo o lar para voltar, mas, de fato, sem identidade alguma, já não mais nos reconheceríamos em relação ao outro e, por conseguinte, nem a nós mesmos, pois não teríamos para onde voltar, desde que seríamos tão fluidos que não conseguiríamos manter a mesma forma por muito tempo, ideia ilustrada no poema de Monteiro como a passagem das horas de um relógio que jamais para mesmo que não conte com ponteiros. No entanto, para “funcionarmos”, assim como para todos os códigos semióticos funcionarem, é preciso que recorramos às próprias raízes, sejam elas quanto mais híbridas ou fracas. O fator principal é que as raízes existam. Não existissem e teríamos um mundo feito apenas de relativismos, já baseado no sonho de uma linguagem sistematizada em diferenças. Fôssemos todos diferenças, Eagleton bem notou, “ninguém seria capaz de dizer qualquer coisa inteligível – e não poderiam existir poesia, sinais de trânsito, cartas de amor ou folhas de registro, bem como nenhuma afirmação de que tudo é peculiarmente diferente de tudo o mais”. (p. 30, 2003).

³ Peirce (1972, p. 94) define o signo como algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido.

Atentando à menção à poesia feita por Eagleton: no mundo das diferenças, realmente, ela mesma não poderia sobreviver. Aqueles para quem não faz diferença se “os invernos podem lhes provocar resmungos”, pois “o verão, por mais que seja lúcido/Está aí para isso mesmo”, lembram muito um outro caso na literatura: Alberto Caeiro, o heterônimo mestre do escritor português Fernando Pessoa. Em *O Guardador de Rebanhos*, Caeiro descreve a si mesmo em poemas: alguém que não enxerga significados extras ao que vê. Alguém que se atenta às coisas da natureza e nega qualquer sentimento que elas possam falar ou ter. “O que vemos das coisas são as coisas”.⁴ Tudo é tal qual se apresenta. Caeiro assim contraria o pensamento de que tudo é representação de algo outro. Para ele, uma árvore é apenas uma árvore em si, e não qualquer sentimento, qualquer figuração poética, qualquer emoção que a árvore possa ter. Isso, é claro, antes de tudo, causa um impasse poético:

Como a obra de Caeiro canta um mundo governado pela ausência de signos, ela acaba criando um impasse poético, isto é, põe em xeque a própria sobrevivência, a própria pertinência da poesia, uma vez que, num universo desprovido de sistemas de significação, poemas já não seriam necessários. (GAMA, 1995, p. 31).

O metaimpasse, feito por Caeiro de assignificar a realidade por justamente

significá-la com poesia, está também no poema de Ângelo Monteiro. Se os que não têm raízes “acostumam-se com o tempo”, embora não saibam “pedir um cobertor à tempestade, nem chorar na amurada dos navios a saudade do porto que deixaram”, muito precisamente é porque não houve processos de significação, de referência quando em outros portos, lugares, sensações, momentos. Logo, eles poderiam a todo o momento perderem a si mesmos, perderem as próprias identidades, não serem mais o que foram, como uma sociedade realmente líquida que mudasse tanto sua linguagem e seus hábitos que fosse impossível comunicarem-se com seu passado. Em uma das aventuras de Gulliver, do escritor Jonathan Swift, o protagonista narra sobre um peculiar país:

Como a língua deste país sofre contínuas modificações, os *strulldbrugs* de uma época não compreendem os de outra nem lhes é possível, depois de duzentos anos, travarem conversação alguma (além de umas poucas palavras gerais) com os seus vizinhos, os mortais; e têm assim a desvantagem de viver como estrangeiros em sua própria terra. (1971, p. 198).

A situação de estrangeiro na própria terra, então, não apenas implica um estado alheio de não pertencimento regional, mas também permanecer fora do ritmo da semântica temporal. A passagem destacada, mesmo provinda de ficção, tem o poder de mostrar algo real: que a linguagem, o código comunicacional, muda durante o tempo assim como os conceitos para os

⁴ PESSOA, Fernando. Poemas de Alberto Caeiro. Edições Ática, S.A.R.L. Lisboa: 1970, p. 48.

quais aponta. Alguns dizem do lado bom do esquecimento, pois com ele já bastaria para velhos objetos se tornarem novos quanto a seus significados, e aí o poder de sentir prazer sempre com as mesmas coisas não cairia no horror de conhecer. “O leitor ideal” – diria Manguel – “tem uma aptidão ilimitada para o esquecimento” (2009, p. 34). Mas o horror do conhecimento é necessário para que não voltemos a ser a tábula rasa que segundo o pós-modernismo somos quando nascemos⁵ e, assim, não termos em nós, leitores quaisquer, à leitura de nada, pois qualquer construção sintática/semiótica não teria efeito algum. A interpretação das coisas não aconteceria, pois não haveria a significação fugidia das coisas em si.

Dado que cada cultura tem em si suas próprias esferas e fronteiras sociocomunicacionais⁶, o modo que a significação se daria, e aí também o poético, sendo não a simples subversão de uma lógica qualquer previsível, mas determinada subversão. Para, por exemplo, a poesia conseguir ser o que é, ela deve subverter certa norma de determinado código ao qual está relacionada. O código então é o processo referencial, a convenção, a cultura em geral:

⁵ Judith Butler, autora americana, radicaliza a questão de nascermos qualquer coisa que seja; foca principalmente nas identidades de gênero, embora a ideia de não nascermos coisa alguma, e segundo ela, irmos nos tornando algo por uma “performance repetitiva”, cabe como bandeira aos píncaros do pensamento pós-moderno.

⁶ Canclini: “a clássica definição *socioespacial* de identidade, referida a um território particular, precisa ser complementada com uma definição *sociocomunicacional*.” (1999, p.59).

[...] cultura é uma acumulação histórica de sistemas semióticos (linguagens). A tradução dos mesmos textos para outros sistemas semióticos, a assimilação dos distintos textos, o deslocamento dos limites entre os textos que pertencem à cultura e os que estão além dos seus limites constituem o mecanismo da apropriação cultural da realidade. A tradução de uma porção determinada da realidade para uma das linguagens da cultura, sua transformação em texto, ou seja, em informação codificada de certa maneira, a introdução de tal informação na memória coletiva: esta é a esfera da atividade cultural cotidiana. (LOTMAN apud OSIMO, 2006).

Dá-se a perceber que, para Lotman, a cultura é um texto no qual se organizam vários outros textos. Ele percebe que o trabalho primordial da cultura consiste em organizar estruturalmente o mundo que rodeia o homem. Ela seria, então, a própria criadora de certa *sociosfera* estrutural ao homem, algo que lhe possibilitaria a vida, não a orgânica, mas a de relações humanas, assim como a biosfera que, por sua vez, acarretaria a vida propriamente vital (LOTMAN, 1996, p. 78).

A cultura é um sistema que opera por meio de significações paulatinas, estereotipadoras, e por assim dizer, modelizantes. Logo, a memória fará parte importante da caracterização da cultura; segundo Lotman, ela, a cultura, “é assegurada, em primeiro lugar, pela presença de alguns textos constantes e, em segundo lugar, pela unidade dos códigos ou por sua invariância ou pelo

caráter ininterrupto e regular de sua transformação” (LOTMAN, 1996, p. 157). Logo, os fatos constantes, modelizantes, repetitivos têm não outro lugar senão a própria memória para se fixarem. A respeito desta relação, o filósofo francês Bergson salienta que

se colocarmos a memória, isto é, uma sobrevivência das imagens passadas, estas imagens irão misturar-se constantemente à nossa percepção do presente e poderão inclusive substituí-la. Pois elas só se conservam para tornarem-se úteis: a todo instante completam a experiência presente enriquecendo-a com a experiência adquirida; e, como esta não cessa de crescer, acabará por recobrir e submergir a outra. É incontestável que o fundo de intuição real, e por assim dizer instantâneo, sobre o qual se desenvolve nossa percepção do mundo exterior é pouca coisa em comparação com tudo o que nossa memória nele acrescenta. (1999, p. 69).

Bergson toca num ponto crucial: a memória é vital para que os mecanismos sîgnicos funcionem em nós. Só por ela temos a capacidade de nos entendermos dentre os vários códigos semióticos que a nós se apresentam durante a vida. Logo, o que temos disso tudo é a realidade que nos atravessa por signos. O texto de nossa cultura seria formado por vários outros textos, ou linguagens, que ordenam o mundo ao nosso redor e também a nós mesmos como parte da realidade do todo.

Então, se os signos nos organizam numa malha deles mesmos, e aí estamos envoltos na cultura como texto semiótico, fatos

que ocorrem com a desorganização nos soariam estranhos: para alguns, certas cores não combinam entre si, para outros, certos assuntos não se relacionam com determinados momentos sociais, e isso significa que há um choque entre códigos semióticos tidos por nós como quase, senão de todo, estanques. Porém o aspecto poético não se configura de maneira unicamente de estranheza, não é uma simples negação aos signos e seus sistemas, mas uma subversão destes. Ressalta sobre o assunto, o poeta Mario Faustino:

Refiro-me à capacidade que tem o artista, em geral, e em especial o poeta, de perceber seu objeto, cada objeto, em sua quase absoluta individualidade e não como simples ideia representativa de uma coleção de objetos semelhantes. Lembras-te, decerto, do exemplo clássico em psicologia: geralmente quando um homem comum percebe uma laranja não está percebendo “uma” laranja individualmente e, sim, apenas, a representação de toda a classe de “laranja”. O artista, o poeta, percebe e é especialmente capaz de expressar uma laranja, esta e não aquela. (1977, p. 41, o grifo é nosso).

Assim, a poesia se insurge na vida cotidiana, subvertendo a ordem dos fatores tida para nós como lógica. Portanto, não só a poesia verbal, a que mais se difunde, é, então, possível, mas podemos pensar que para todo código semiótico há a possibilidade de uma poesia própria. A ideia dum ser “sem signos”, um possível e real cético à metafísica tem, entre outras, ironicamente, “suas raízes” no pensamento de Derrida:

em *Posições* (1972), em sua conversa com Julia Kristeva, o franco-argelino coloca em questão a possibilidade do significado transcendental, pois que este deve “passar pela difícil desconstrução de toda a história da metafísica que impôs e não deixará de impor essa exigência fundamental (a de um significado transcendental)” (p. 26). O sonho de Derrida parte da sua própria implicância com os binarismos hierárquicos da civilização ocidental, desde masculino e feminino até significante e significado. Provavelmente, tivesse se aprofundado, ele ficaria mais feliz com o *threesome* sígnico da semiótica americana. Mas talvez porque a semiótica de Peirce tenha se mostrado mais humilde que a semiologia de Saussure, pois aquela se pretendia como um conjunto de princípios de lógica para seus objetos, e esta era tão narcisista que fez de si mesmo ciência e objeto, Derrida tenha seguido a premissa, algo que vem sendo feito em inúmeros lugares, por mais que as realidades drasticamente se diferenciem uma da outra, de que se a França espirra, o mundo todo fica resfriado.

Logo, então, o ápice da possibilidade dos sem raízes é senão uma inadequação de descrição dum falso *zeitgeist* que ocorreria no mundo todo interconectado de hoje em dia, pois sabemos que, para muitos povos à margem, ainda que haja a tentativa dos estudos culturais de voltar os ouvidos para eles, querendo ouvir a voz dos alheios e não compreendendo que os alheios querem mais é deixar de serem o que são, o que se tem como a celebrada condição pós-moderna nada mais é – diz Denis Epko

– “que um grito hipocrítico de autoelogio de crianças mimadas e superalimentadas” (1995, p.122). E apesar do claro esforço da contemporaneidade desta descrição de si mesma, como se vivessem pensadores como Bauman e Hall numa eterna nostalgia do presente, a possibilidade da metafísica, dos significados transcendentais e das hierarquias ainda bem sobrevivem. A desconstrução de um fato resultou em outras construções dele mesmo.

E então, o poético vai surgindo como objeto e ao mesmo tempo, de forma também pedagógica, no reconhecimento subjetivo. As não raízes, a fluidez, as identidades não fixas são também um esboço utópico dum espaço-tempo em que as convenções estariam suspensas. Eagleton diria sobre que

está convencionado que assassinos de crianças sejam punidos, que homens e mulheres que trabalham possam deixar seus empregos, que ambulâncias em alta velocidade a caminho de um acidente de trânsito não sejam bloqueadas só porque quero que se lixem. Qualquer um que se sinta oprimido por tudo isso tem de estar padecendo de grave supersensibilidade. (2003, p.30).

Aí está a convenção cuja origem, seja metafísica, seja mero acordo, venha da crença em Deus ou na religião da ciência, é o que ordena, mesmo confusamente, a realidade da qual fazemos parte. Ângelo Monteiro, quando desenraizou seus personagens em seu poema, não apenas descreveu a impossibilidade da não referência, como também negou toda uma ceulema sobre a era das não

significações que, num afã quase juvenil⁷, segue uma gama teórica mostrada aqui. Ao contrário do que se possa pensar, que a era do pós-moderno, por estar sem amarras e raízes, seria mais criativa, desenvolta e interessante na construção de coisas novas, ela, na verdade, acaba gastando muito de seu tempo a desconstruir velhos pilares de ideias, resultando numa época cheia de pastiches, reconfecções, *remakes*, releituras, reciclagens, sequências, e uma grandiosa orquestração do já visto, já lido, já visitado e já ouvido. Afinal, a nós todos, o que nos resta a esperar?

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. O mal-estar – moderno e pós-moderno. In: **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama, Cláudia Martinelli; revisão técnica de Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.7-12.

CULLER, J. O que é teoria? In: **Teoria literária: uma introdução**. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999, p.11-25.

DERRIDA, J. Implicações (entrevista a Henri Rose). Semiologia e gramatologia (entrevista a Julia Kristeva). In: **Posições**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.9-44.

EAGLETON, T. A política da amnésia. A

⁷ É uma alusão a Tolstói que paradoxo em *O Diabo*: “em norma, os conservadores são tidos como pessoas mais velhas, e aqueles em favor das mudanças são os mais jovens. Não está isso bem correto. Geralmente os conservadores são pessoas jovens: aqueles que querem viver, mas que não pensam em como fazê-lo, e assim não tendo tempo a pensar, acabam, portanto, a aceitar como um modelo de vida algo que já tenham visto. (2000, p.3, tradução nossa).

ascensão e queda da teoria. In: **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Tradução de Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.13-65.

ECO, U. **A Estrutura Ausente: Introdução à pesquisa semiológica**. 7.ed. São Paulo, Perspectiva, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MONTEIRO, A. **Todas as coisas têm língua**. Recife. 2008.

OSIMO, B. **Logos group: curso de tradução moderna**. Disponível em: <http://www.logos.it/pls/dictio-nary/linguistic_resources.cap_1_28?lang=bp>. Acesso em: 01 jun. 2011.

PAZ, O. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PEIRCE, C. S. **Semiótica e Filosofia**. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1972.

PESSOA, F. **Poemas de Alberto Caetano**. Lisboa: Edições Ática, S.A.R.L., 1970.

PLAZA, J. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

LEITURAS COMPLEMENTARES

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1999.

CULLER, J. A desconstrução. In: _____.; PETERS, M. **Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo**. Tradução de Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record – Rosa dos tempos, 1997, p.99-127.

EPKO, D. in SHOHAT, E.; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac

Naify, 2006.

FAUSTINO, M. **Poesia:** experiência. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1977.

GAMA, R. **Guardador de signos;** Caeiro em pessoa. São Paulo: Perspectiva, 1995.

LOTMAN, I. **La semiosfera:** semiótica de la cultura e del texto. Trad. Desiderio Navarro. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

MANGUEL, A. À mesa com o **chapeleiro maluco:** ensaios sobre corvos e escrivainhas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TOLSTOI, L. **The devil.** Louisiana: Dotlit Press, 2000.

Recebido para publicação em 27 de maio de 2013

Aceito para publicação em 25 de out. de 2013

O MANIFESTO DA LITERATURA MARGINAL: O TEXTO “TERRORISMO LITERÁRIO”, DE FERRÉZ, E O PODER DE DESVENDAMENTO DO MUNDO E DO MOVIMENTO ARTÍSTICO DA LITERATURA PERIFÉRICA

THE MANIFESTO OF THE MARGINAL LITERATURE: THE TEXT “LITERARY TERRORISM” BY FERRÉZ, AND THE POWER OF UNVEILING OF THE WORLD AND OF ARTISTIC MOVEMENT OF THE PERIPHERAL LITERATURE

Bianca do Rocio Vogler*

Prof. Dr. Miguel Sanches Neto**

Resumo: A proposta desse artigo é a de analisar o texto “Terrorismo literário”, de Ferréz, que integra o livro *Literatura marginal: talentos da escrita periférica* (2005), e se caracteriza pelo que poderíamos chamar de um “Manifesto da Literatura Marginal”, se estabelecendo com um sentido de desvendamento e de protesto perante fatores que permeiam a vida social e literária. Essa identificação relaciona-se com os textos modernistas “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” (1924) e “Manifesto Antropófago” (1928), de Oswald de Andrade, destacando uma importância desse período da Literatura Brasileira na conquista de espaço no cenário artístico nacional pela Literatura Marginal. Para a realização da análise pretendida, considerou-se necessário, ainda, fazer uso de textos teóricos que embasam essa questão do engajamento na literatura. Tais textos são as obras *Que é a literatura?* (1993), de

* Graduação no curso Licenciatura em Letras-Português/Inglês pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestranda do programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: biavogler@gmail.com

** Graduação em Letras pela FAFIMAN (1984-1986), especializou-se em Literatura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Curitiba 1989. cursou o mestrado em Teoria Literária na Universidade Federal de Santa Catarina (1990-1992). É doutor em Letras pela Unicamp (1994-1998) e professor-associado de literatura brasileira na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foi Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Paraná (1999-2002), Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação (2003) e Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Culturais da UEPG (2006-2010). Tem publicado artigos, ensaios e livros sobre autores nacionais, entre eles Manoel de Barros, Dalton Trevisan e Cecília Meireles. Suas áreas de atuação universitária são: literatura brasileira (do romantismo à contemporaneidade); formação do leitor literário; crítica literária; revistas literárias. E-mail: msn@interponta.com.br

Jean-Paul Sartre, *O grau zero da escritura* (1971), de Roland Barthes, e *Pode o subalterno falar?*, de Gayatri Chakravorty Spivak.

Palavras-chave: “Terrorismo literário”. Literatura Marginal. Movimento Modernista Brasileiro.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the text “Literary terrorism” by Ferréz, integrating of the book *Marginal Literature: talents of peripheral writing* (2005), and is characterized by what might be called a “Manifesto of Marginal Literature”, establishing a sense of revelation and protest against factors that permeate the social and literary life. This identification relates to the modernist texts “Manifesto of Pau-Brazil Poetry” (1924) and “Anthropophagous Manifesto” (1928), Oswald de Andrade, highlighting importance of this period of Brazilian Literature in the conquest of space on the national art scene by Marginal Literature. To perform the required analysis, it was considered necessary also make use of theoretical texts that underpin this issue engagement in literature. Such texts are works *What is literature?* (1993), Jean-Paul Sartre, *Writing degree zero* (1971), Roland Barthes, and *Can the subaltern speak?*, Gayatri Chakravorty Spivak.

Keywords: “Literary terrorism”. Marginal Literature. Brazilian Modernist Movement.

Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.

(Antonio Candido, *O direito à literatura*).

INTRODUÇÃO

O reconhecimento de que a arte configura-se como um dos principais meios para que as pessoas obtenham a percepção dos problemas que permeiam sua sociedade tem possibilitado, nos últimos tempos, um engajamento muito maior por parte dos artistas em suas criações. Isso ocorre por haver nesses cidadãos um certo sentimento de dever a que eles se veem impelidos, já que se caracterizam como figuras detentoras de um grande poder de influência e persuasão

sobre as opiniões dos demais indivíduos.

Nesse processo, ao partirem de uma visão de mundo que lhes possibilita construir obras em que a realidade é exposta cada vez mais sem velamentos, em sua forma mais crua e realista, esses artistas acabam por apresentar suas críticas às condições sociais e morais predominantes. Assumem, assim, uma posição diante dos conflitos existentes em sua sociedade, colocando-se na linha de frente dos embates gerados pelos mesmos e instaurando ecos de suas vozes nas vozes daqueles que os ratificam.

Por meio desse movimento de posicionamento, a partir do qual pode se erigir uma conquista gradual de espaço, foi que se possibilitou que obras de artistas postos à margem da sociedade fossem, pouco a pouco e cada vez mais, reconhecidas como arte com um valor artístico real. E essa é

uma conquista que vai muito além da forma como esses trabalhos eram vistos no início (e como ainda são vistos em muitos casos), como simples veiculadores de um senso de função social de desvendamento do mundo.

É claro que tal função possui uma enorme importância no exame dessas obras, no entanto, essa conquista de espaço no cenário artístico se apresenta como uma grande evolução na luta desses artistas, pois se veem tendo seu talento analisado. Isso se evidencia não só no crescimento das publicações e da visibilidade de seus trabalhos, mas também no aumento de textos teóricos em que se focam as questões do engajamento e do desvendamento de mundo em que a arte deve estar empenhada, os quais ressaltam o aspecto do valor artístico além da função social.

No Brasil, muito vem se trabalhando para que autores da Literatura Marginal ou Periférica conquistem seu lugar na Literatura Nacional. Alguns dos trabalhos de grande relevância nessa direção são as edições especiais sobre Literatura Marginal, lançadas pela revista *Caros Amigos* e intituladas “Caros Amigos/Literatura Marginal: a cultura da periferia”, as quais tiveram sua publicação nos anos de 2001, 2002 e 2004, reunindo 48 autores. Partindo dessas edições, a união entre a revista *Caros Amigos* e o escritor paulista Ferréz, um dos nomes principais desse gênero literário, resultou, também, em um livro denominado *Literatura marginal: talentos da escrita periférica* (2005), em que foram reunidos textos de vários autores da Literatura Marginal.

E é possível observar, no texto que abre esse livro, a construção que Ferréz realiza em uma espécie de “ataque” ao preconceito e às barreiras de que a literatura esteve sempre revestida. Nada mais natural que o título desse texto fosse “Terrorismo literário”, já que é uma tentativa de desconstruir essas barreiras que impedem os escritores marginalizados de exporem suas obras, uma busca para que eles não precisem mais de intermediários para estar presentes em um texto de ficção.

O PONTAPÉ INICIAL: O MOVIMENTO MODERNISTA BRASILEIRO

Mas antes dessas ações e de todos os movimentos voltados ao reconhecimento da Literatura Marginal, vê-se como fundamental para que se pudesse chegar a esse momento da história literária brasileira, as lutas de vários artistas ao longo do tempo para que a identidade nacional fosse considerada de primordial relevância nas produções artísticas do país. E o movimento a ser aqui observado é o do Modernismo, que teve grande importância para o engajamento social presente nos movimentos literários posteriores.

Assim, um dos eventos mais famosos da Literatura Brasileira, bem como das artes nacionais em geral, foi a conhecida “Semana de Arte Moderna de 1922”. Ocorrida em São Paulo, no início do século XX, era uma busca por mudanças no cenário artístico nacional por meio do choque. Como um evento concentrado em três dias de exposições, palestras, declamações e apresentações musicais,

um caráter de radicalidade e quebra foi o que possibilitou o estabelecimento de uma importância fundamental do acontecimento para a história do país.

A partir desse fato, os artistas passaram a buscar de forma mais evidente a apreensão de um sentido de nacionalidade para suas composições. E esse sentido de nacionalidade estava, e muito, ligado aos fatores sociais formadores da nação, as diferenças culturais regionais, as opressões sofridas pelos indivíduos nas diversas regiões do país, os cidadãos habitantes das localidades periféricas esquecidas do Brasil.

E nessa perseguição por uma brasilidade, alguns desses artistas desenvolveram, além de atos artísticos, ações revolucionárias visando o estabelecimento de certas condutas para que se pudesse chegar ao objetivo almejado. Alguns desses atos são o “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” (1924) e o “Manifesto Antropófago” (1928), elaborados pelo poeta e romancista Oswald de Andrade, uma das principais figuras do Modernismo brasileiro.

O primeiro, lançado pelo jornal Correio da Manhã em 18 de março de 1924, procurava instituir critérios (ou, na verdade, desconstruir os critérios vigentes até o momento) para a criação poética. Para isso, Oswald de Andrade expõe o caráter nacionalista do Movimento Modernista, pregando a ruptura com as influências europeias que sempre estiveram presentes na Literatura Brasileira.

Nenhuma fórmula para a contemporânea expressão do mundo. Ver com olhos livres.

[...]

O estado de inocência substituindo o estado de graça que pode ser uma atitude do espírito. O contrapeso da originalidade nativa para inutilizar a adesão acadêmica.

A reação contra todas as indigestões de sabedoria. O melhor de nossa tradição lírica. O melhor de nossa demonstração moderna.

Apenas brasileiros de nossa época. O necessário de química, de mecânica, de economia e de balística. Tudo digerido. Sem meeting cultural. Práticos. Experimentais. Poetas. Sem reminiscências livrescas. Sem comparações de apoio. Sem pesquisa etimológica. Sem ontologia.

Bárbaros, crédulos, pitorescos e meigos. Leitores de jornais. Pau-Brasil. A floresta e a escola. O Museu Nacional. A cozinha, o minério e a dança. A vegetação. Pau-Brasil. (ANDRADE, 1924, p. 3-4).

Já no segundo manifesto, lançado no primeiro número da Revista de Antropofagia, em março de 1928, tem-se um olhar mais filosófico, em que Oswald de Andrade critica o comportamento em geral dos brasileiros, apontando para o que poderíamos denominar como uma “importação dos valores europeus”. Assim, o poeta se revolta contra toda essa “imitação tupiniquim da cultura europeia”, propondo que tais valores sejam deglutidos e transformados.

Contra todos os importadores de consciência enlatada. A experiência palpável da vida. E a mentalidade pré-lógica para o Sr. Lévy-Bruhl estudar. Queremos a Revolução Caraíba.

Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem. A idade de ouro anunciada pela América. A idade de ouro. E todas as girls. (ANDRADE, 1928, p. 2).

Dessa forma, vemos que esses manifestos modernistas tiveram grande importância não só para aquele momento histórico da Literatura Brasileira, mas também para os movimentos artísticos posteriores que foram possibilitados e incentivados pelo Modernismo. A radicalidade do evento do início do século XX tornou-se essencial preparador dos movimentos seguintes, pois apresentava possibilidades de ruptura total com os valores anteriores e construção de novos ideais, os quais tinham como objetivo principal a conquista de voz por parte de todos os indivíduos.

O MANIFESTO DA LITERATURA MARGINAL

Assim, um desses movimentos possibilitados pelas lutas modernistas é o da Literatura Marginal, que tem crescido nos últimos anos e se tornado cada vez mais visível por meio de atitudes de diversos incentivadores. Essa literatura caracteriza-se por ser composta tanto de escritores que tematizam as questões vivenciadas pelos indivíduos que estão em uma posição identificada como à margem da sociedade quanto de escritores que se encontram nessa própria posição. Essa última característica só vem sendo praticada e reconhecida em uma maior medida muito recentemente. Por isso, ape-

sar de começar a conquistar seu espaço na Literatura Nacional, esses cidadãos continuam enfrentando barreiras e preconceitos que estão arraigados à nossa sociedade.

Dessa maneira, observando esses textos deparamos com uma característica predominante, intensa e, analisando que o que se busca é um impacto e uma reflexão maiores, necessária: a agressividade. Tal característica pode ser percebida nas imagens criadas, nas linguagens utilizadas, em uma noção de realidade percebida nessas criações, entre outros pontos em que se identifica a presença desse ponto chave da Literatura Marginal.

E, então, consideramos essa agressividade como necessária por ser esse o caráter preponderante nas vidas desses indivíduos, em suas convivências com o mundo, pois, estando à margem do centro, esses sujeitos são expostos a situações em que se evidencia a violência aos seus direitos como cidadãos.

Portanto, observa-se que a Literatura Marginal se utiliza de um dos recursos grandemente utilizados pelos artistas modernistas em seu movimento, já que um dos objetivos do Modernismo era causar o choque para que se conseguisse uma repercussão de seus atos. Isso é bastante evidente nos dois manifestos escritos por Oswald de Andrade, sendo que faz uso de ideias de certa forma radicais e exacerbadas.

E é essa espécie de choque, radicalidade e exacerbação que podemos identificar em “Terrorismo literário”, texto de abertura do livro *Literatura marginal: talentos da escrita periférica* (2005). Nesse texto, Ferréz compõe uma investida contra

os valores tradicionalistas e excludentes que constituem a literatura desde sempre. Assim, a representação desse escrito é fundamental para que esses cidadãos marginalizados possam tomar seus lugares como escritores diante de uma sociedade repleta de preconceitos e fronteiras tidas como intransponíveis.

Já no início do texto, o escritor fala de uma troca de instrumento de luta, da capoeira, anteriormente usada pelos escravos para lutar contra seus donos e feitores, muda-se para as palavras, que agora são o auxílio utilizado na luta contra os seus opressores:

A capoeira não vem mais, agora reagimos com a palavra, porque pouca coisa mudou, principalmente para nós.

Não somos movimento, não somos os novos, não somos nada, nem pobres, porque pobre, segundo os poetas da rua, é quem não tem as coisas.

Cala a boca, negro e pobre aqui não tem vez! Cala a boca!

Cala a boca uma porra, agora a gente fala, agora a gente canta, e na moral agora a gente escreve. (FERRÉZ, 2005, p. 9).

Percebe-se, nesse fragmento, a agressividade sendo empregada como um meio de chamar a atenção para os fatos e de expor todo um sentimento de indignação perante as configurações históricas e sociais prevaletentes no Brasil. É essa característica que predominará em todo o texto, estabelecendo as reais condições que formam a sociedade brasileira em detrimento de uma igualdade de direitos inexpressiva.

Logo em sua afirmação seguinte, Ferréz indica, então, um fato de extrema

relevância para a caracterização dos objetivos da literatura: a tomada de posição, a adesão a um ideal, a busca por esse ideal em suas obras, enfim, o engajamento.

Quem inventou o barato não separou entre literatura boa/feita com caneta de ouro e literatura ruim/escrita com carvão, a regra é só uma, *mostrar as caras*. Não somos o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmos a nossa foto. (FERRÉZ, 2005, p. 9, grifo nosso).

Tal aspecto de engajamento é o centro de alguns dos trabalhos teóricos e filosóficos de grandes estudiosos da Literatura, da Linguagem e da Sociedade, tendo em diversas visões suas diferentes formas de abordagem e distintas caracterizações, apesar de possuírem um mesmo fim.

Um dos maiores estudiosos que pode ser citado é o filósofo francês Jean-Paul Sartre, o qual, em seu livro *Que é a literatura?* (1993), desenvolve o tema da necessidade de que a literatura esteja sempre engajada na busca por resoluções dos problemas que afetam a sociedade, tendo um olhar bastante político dessa arte e demonstrando uma intenção que poderíamos identificar até mesmo como panfletária para tal gênero artístico. No entanto, o filósofo foca essa sua visão sobre a composição literária na questão da prosa, distinguindo-a da poesia e das outras formas de arte e identificando-a como o lugar reservado para a luta social.

Em Sartre, então, essa característica do engajamento a que os escritores prosadores devem se associar é o que os diferencia dos poetas e dos demais artistas, pois, considerando a prosa como um lugar de ação e não apenas de realização da arte pela

arte, o filósofo francês empreende uma divisão de objetivos existentes entre as artes.

A prosa, para Sartre, é, assim, o falar, e:

Falar é agir; uma coisa nomeada não é mais inteiramente a mesma, perdeu a sua inocência. Nomeando a conduta de um indivíduo, nós a revelamos a ele; ele se vê. [...] ao falar, desvendo a situação por meu próprio projeto de mudá-la; desvendo-a a mim mesmo e aos outros, *para* mudá-la; atinjo-a em pleno coração, traspasso-a e fixo-a sob todos os olhares; passo a dispor dela; a cada palavra que digo, engajo-me um pouco mais no mundo e, ao mesmo tempo, passo a emergir dele um pouco mais, já que o ultrapasso na direção do porvir. Assim, o prosador é um homem que escolheu determinado modo de ação secundária, que se poderia chamar de ação por desvendamento. [...] o escritor “engajado” sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar. (SARTRE, 1993, p. 20).

Ficavisiívelnessadescriçãoestabelecida pelo filósofo francês a respeito do escritor de prosa o caráter que identificamos no texto de Ferréz, pois o escritor paulista deixa uma posição clara e se expressa de forma a revelar as desigualdades existentes entre os indivíduos. Para apresentar a Literatura Marginal, seus objetivos e os indivíduos que a integram, ele se posiciona contra a ordem estabelecida, já que essa ordem é de exclusão, segregação e hierarquização.

Seguindo esse posicionamento de estabelecer a prosa como o espaço para

o engajamento, Sartre pondera, ainda, sobre sua visão a respeito do que seria um escritor engajado, esclarecendo uma função fundamental de mediação a que este estaria destinado quando assume sua posição nesse processo, pois está sempre expondo ideias a partir de um ponto de vista para que aqueles que o leem reflitam e ponderem para aderirem ou não a elas:

Eu diria que um escritor é engajado quando trata de tomar a mais lúcida e integral consciência de ter embarcado, isto é, quando faz o engajamento passar, para si e para os outros, da espontaneidade imediata ao plano refletido. O escritor é mediador por excelência, e o seu engajamento é a mediação. (SARTRE, 1993, p. 61-62).

Podemos dizer que Ferréz realiza esse processo de mediação se utilizando de sua linguagem, das linguagens desses excluídos, uma linguagem escrita possuidora de uma aproximação muito profunda com a linguagem falada. E aí está, então, “A própria linguagem margeando e não os da margem, marginalizando e não os marginalizados, rocha na areia do capitalismo.” (FERRÉZ, 2005, p. 9), pois é por meio dela que o mundo desses indivíduos será desvendado em sua real forma. É a linguagem que trabalha para que sejam apresentadas as divergências sociais, e é por meio da evidência das diversidades de linguagens que esses escritores conseguem constituir suas literaturas engajadas, estando, dessa maneira, em consonância com aquilo que é produzido pela própria realidade.

E temos muito a proteger e a mostrar, temos nosso próprio vocabulário que é muito precioso, principalmente num país colonizado até os dias de hoje, onde a maioria não tem representatividade cultural e social, na real, nego, o povo num tem nem o básico pra comer, e mesmo assim, meu tio, a gente faz por onde ter us barato pra aguentar mais um dia. (FERRÉZ, 2005, p. 11).

Nesse sentido, no momento em que nos deparamos com a linguagem e sua importância no movimento de ascensão da Literatura Marginal, tem-se a possibilidade de voltar-se para o estudo *O grau zero da escritura* (1971), do filósofo e semiólogo francês Roland Barthes, em que há o desenvolvimento da questão da linguagem como reflexo da sociedade, ou seja, a escolha de uma dada linguagem pelo escritor o coloca em uma dada posição em relação às configurações da sua sociedade. Em seu estudo, Barthes aborda um aspecto da escrita que considera o primordial na apreensão desse engajamento pelo escritor: a escritura. Ele aponta, assim, para o sentido de posicionamento que é incrustada na composição de um escritor ao fazer sua escolha de uma determinada escritura. Diz, então, que “[...] a escritura a que me confio já é toda ela instituição; ela descobre meu passado e minha escolha, dá-me uma história, alardeia minha situação, engaja-me sem que eu tenha que dizê-lo.” (BARTHES, 1971, p. 38).

[...] a escritura é uma função: é a relação entre a criação e a sociedade, é a linguagem literária transformada por sua destinação social, é a forma

apreendida na sua intenção humana e ligada assim às grandes crises da História. (BARTHES, 1971, p. 23).

Portanto, se a linguagem é o centro desse processo de desvendamento, Barthes aponta para a importância que o processo de aquisição das características da linguagem falada pela linguagem escrita empreendeu no engajamento da literatura. Nesse movimento está presente uma enorme revolução para a arte, porque ela passa a ter uma percepção e apreensão mais completa da realidade.

Nesses momentos em que o escritor acompanha as linguagens realmente faladas, não mais a título pitoresco, mas como objetos essenciais que esgotam todo o conteúdo da sociedade, a escritura toma como lugar de seus reflexos a fala real dos homens; a literatura não é mais orgulho ou refúgio, começa a tornar-se um ato lúcido de informação, como se devesse primeiro aprender, reproduzindo-o, o pormenor da disparidade social; ela se propõe dar conta imediatamente, antes de qualquer outra mensagem, da situação dos homens murados na língua de sua classe, de sua região, de sua profissão, de sua hereditariedade ou de sua história. (BARTHES, 1971, p. 98).

E essa relação indissociável entre a apreensão de uma linguagem em concordância com a realidade e a representação da sociedade a que o filósofo e semiólogo francês se refere apresenta-se como o aspecto essencial na expressão dos escritores da Literatura Marginal.

Assim, em “Terrorismo literário”, Ferréz identifica as desigualdades sociais

por todo o texto, deixando evidente que sua busca por espaço se dá por um desejo de melhorar as condições de vida desses cidadãos colocados à margem, desmistificando até mesmo o discurso corrente da igualdade.

O sonho não é seguir o padrão, não é ser o empregado que virou o patrão, não, isso não, aqui ninguém quer humilhar, pagar migalhas nem pensar, nós sabemos a dor por recebê-las.

Somos o contra sua opinião, não viveremos ou morreremos se não tivermos o selo da aceitação, na verdade tudo vai continuar, muitos querendo ou não.

Um dia a chama capitalista fez mal a nossos avós, agora faz mal a nossos pais e no futuro vai fazer a nossos filhos, o ideal é mudar a fita, quebrar o ciclo da mentira dos “direitos iguais”, da farsa do “todos são livres”, a gente sabe que não é assim, vivemos isso nas ruas, sob os olhares dos novos capitães do mato, policiais que são pagos para nos lembrar que somos classificados por três letras classes: C,D,E. Literatura de rua com sentido, sim, com um princípio, sim, e com um ideal, sim, trazer melhoras para o povo que constrói esse país mas não recebe sua parte. (FERRÉZ, 2005, p. 9-10).

Em tal ideia exposta pelo escritor paulista, observamos que é assinalada uma espécie de reconhecimento de um limite que se pode ser alcançado, pois acredita que os preconceitos sempre estarão presentes, marcando as diferenças e as excluindo. Assim, esse processo deve ser contínuo para que possa ter efeitos, já que é um movimen-

to extremamente lento por causa do preconceito que se constituiu ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, também é possível relacionar o que Ferréz diz e a forma como se posiciona com o modo como Barthes identifica o caráter existente na escritura, dizendo que:

[...] a reflexão do escritor sobre o uso social da forma e a escolha que ele assume. [...] a moral da forma, a escolha da área social no seio da qual o escritor decide situar a Natureza de sua linguagem. [...] não se trata de escolher o grupo social para que escreve [...]. Sua escolha é uma escolha de consciência, não de eficácia. Sua escritura constitui uma maneira de pensar a Literatura, não de difundi-la. [...] a escritura é uma realidade ambígua: de um lado, nasce incontestavelmente de uma confrontação do escritor com a sociedade; de outro lado, por uma espécie de transferência mágica, ela remete o escritor, dessa finalidade social, para as fontes instrumentais de sua criação. (BARTHES, 1971, p. 24-25).

Dessa forma, seguindo essa característica de “confrontação do escritor com a sociedade” a partir da qual a escritura nasce, temos a possibilidade, ainda, de examinar a maneira como a questão da problemática da palavra como ação e da necessidade de se facultar a voz aos excluídos é analisada pela teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak em seu texto *Pode o subalterno falar?* (2010).

Nessa obra, Spivak desenvolve sua teoria referindo-se aos estudos de dois grandes filósofos franceses, Michel Foucault e Gilles Deleuze, os quais abordam a questão da

representação, da necessidade de os intelectuais do Primeiro Mundo tomarem parte nos discursos dos sujeitos do Terceiro Mundo. Para Spivak, essas ideias são equivocadas, pois “[...] ambos os autores ignoram sistematicamente a questão da ideologia e seu próprio envolvimento na história intelectual e econômica.” (SPIVAK, 2010, p. 22).

A autora reconhece um valor presente nas teorias desses filósofos, mas indica os pontos em que suas visões estão equivocadas:

Foucault está certo ao sugerir que tornar visível o que não é visto pode também significar uma mudança de nível, dirigindo-se a uma camada de material que, até então, não tinha tido pertinência alguma para a história e que não havia sido reconhecida como tendo qualquer valor moral, estético ou histórico.

É o deslize entre tornar o mecanismo visível e tornar o indivíduo vocal, evitando, em ambos os casos, “qualquer forma de análise [do sujeito], quer seja psicológica, psicanalítica ou linguística”, que é consistentemente problemático (PK, p. 49-50). (SPIVAK, 2010, p. 61).

Por isso, a teórica indiana constrói sua tese no sentido de que se deve pensar tais representações, pois estão repletas de influências de um contexto diverso daquele que é representado, o que pode resultar em uma estereotipagem e no esquecimento de que “[...] o *sujeito* subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo.” (SPIVAK, 2010, p. 57). Isso porque esse processo de representação muitas vezes acaba por criar o que Spivak denomina como “violência epistêmica”, que é essa pretensão de falar em

nome do excluído, mas que muitas vezes na verdade também resulta na instauração de um fenômeno excludente, praticando, desse modo, o mesmo erro que se comprometia a denunciar.

Então, a teórica aponta para o problema que será a base de sua investigação:

Para o “verdadeiro” grupo subalterno, cuja identidade é a sua diferença, pode-se afirmar que não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo. A solução do intelectual não é a de se abster da representação. O problema é que o itinerário do sujeito não foi traçado de maneira a oferecer um objeto de sedução ao intelectual representante. Na linguagem um tanto arcaica do grupo indiano, a questão que se apresenta é: como podemos tocar a consciência do povo, mesmo enquanto investigamos sua política? Com que voz-consciência o subalterno pode falar? (SPIVAK, 2010, p. 60-61).

Assim, Spivak defende que o processo real seja o de possibilitar a tomada de voz por parte desses próprios sujeitos excluídos para que possam, dessa maneira, conseguir ter a percepção sobre as suas vivências, podendo expô-las, num processo de transposição das fronteiras e afirmação das suas identidades.

E é nessa direção que caminha o texto de Ferréz, assinalando a tomada de voz por parte desses indivíduos por muito tempo excluídos, oprimidos, marginalizados:

Somos mais, somos aquele que faz a cultura, falem que não somos marginais, nos tirem o pouco que sobrou,

até o nome, já não escolhemos o sobrenome, deixamos para os donos da casa-grande escolher por nós, deixamos eles marcarem nossas peles, por que teríamos espaço para um movimento literário? Sabe duma coisa, o mais louco é que não precisamos de sua legitimação, porque não batemos na porta para alguém abrir, nós arrombamos a porta e entramos.

Sua negação não é novidade, você não entendeu? Não é o quanto vendemos, é o que falamos, não é por onde, nem como publicamos, é que sobrevivemos.

Estamos na rua, loco, estamos na favela, no campo, no bar, nos viadutos, e somos marginais mas antes somos literatura, e isso vocês podem negar, podem fechar os olhos, virarem as costas, mas, como já disse, continuaremos aqui, assim como o muro social invisível que divide esse país. (FERRÉZ, 2005, p. 10).

Em tal tomada de voz estão presentes os esforços desses cidadãos e daqueles que buscaram realizar esse movimento de vocalizar as experiências de quem está à margem.

E o processo primordial é, então, o de possibilitar que os cidadãos tenham uma visão real do mundo em que vivem e que se apossam de seu direito de falar e de expressar suas ideias, para que, dessa forma, consigam lutar pelo seu espaço na sociedade e por aquilo que lhe é de direito.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, O. de. **Manifesto antropófago**. Disponível em: <<http://www.faculdadesequipe.com.br/arquivos/08e3e598249e17a9a7927a4e5f201b5cc6d1bd7e.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

_____. **Manifesto da poesia Pau-Brasil**. Disponível em: <<http://www.mariosantiago.net/Textos%20oem%20PDF/Manifesto%20Pau-Brasil.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

BARTHES, R. **O grau zero da escritura**. Tradução de Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix, 1971.

FERRÉZ (Org.). **Literatura marginal: talentos da escrita periférica**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

SARTRE, J-P. **Que é a literatura?** Tradução de Carlos Felipe Moisés. 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido para publicação em 11 de abril de 2013

Aceito para publicação em 1 de nov. de 2013

Do *Schibboleth* AO DIGITAL: A PALAVRA NOS ESPAÇOS DE INDETERMINAÇÃO

FROM THE *Schibboleth* UP TO DIGITAL: THE WORD IN THE SPACE OF INDETERMINACY

Luís Cláudio Dallier Saldanha*

Resumo: Este artigo analisa as relações de indeterminação entre espaços e língua, tendo como pano de fundo os usos do termo *schibboleth* no contexto da tradição literária judaica e do pensamento germânico-judaico moderno. A partir da obra de Paul Celan, examina-se a palavra nos espaços de fronteira e ambivalência, a fim de se trabalhar a poética do limiar e, num breve excerto, dialogar com o conto “Famigerado”, de Guimarães Rosa, e sua forma de lidar com a ambiguidade da palavra. Percorrendo essa trajetória da relação entre literatura e espaços de indeterminação, chega-se ao contexto da linguagem digital para considerar algumas implicações da escrita no ciberespaço.

Palavras-chave: Literatura comparada. Paul Celan. Guimarães Rosa. Texto digital.

ABSTRACT: This article analyzes the relationship of indeterminacy between spaces and language, as background the uses of the term *schibboleth* within the Jewish literary tradition and German-Jewish modern thought. Starting with Paul Celan’s work, which examines the word within border and ambivalence. In order to work with the poetics of threshold, and a brief excerpt, dialogue with the short story “*Famigerado*”, Guimarães Rosa, and how he deals with word ambiguity. By walking through the history, starting from the relationship of indeterminacy between spaces and language, to the context of the digital language to consider some implications of writing in cyberspace.

Keywords: Comparative literature. Paul Celan. Guimarães Rosa. Digital text.

*Doutor em Educação (UFSCar), Mestre em Língua Hebraica e Literatura e Cultura Judaicas (USP) e Graduado em Letras (UERJ). Membro do Grupo de Pesquisa ALPHA (FE/USP) e Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre EaD no UniSEB. Email: luisdallier@ig.com.br

ASPECTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DO ÉTIMO
HEBRAICO SCHIBBOLETH

O contexto bíblico-judaico é o ponto de partida para o exame de alguns aspectos linguísticos e literários do termo hebraico *schibboleth* (לְחַבֵּשׁ). A palavra é registrada no *Tanakh* (Bíblia Hebraica), no *Sefer Shoftim* (livro de Juízes), quando relata o episódio de uma guerra entre duas tribos de Israel: Efraim e Gileade (BÍBLIA HEBRAICA STUTTGARTENSIA, 1984, p. 424).

Derrotados, os efraimitas fogem por uma região na qual o rio Jordão apresentava trechos rasos que possibilitavam sua travessia a pé. Nesse espaço de fuga, os guerreiros da tribo de Gileade se postam para impedir a debandada dos efraimitas. Dado que eram tribos irmãs, com diversas semelhanças entre si, inclusive falando a mesma língua, ainda que com variações linguísticas, a narrativa bíblica apresenta como estratégia dos gileaditas para identificar os membros da tribo em fuga a imposição de uma senha: pronunciar a palavra *schibboleth* “corretamente”.

Como os efraimitas trocavam a fricativa alveopalatal chiante [ʃ] pela fricativa alveolar sibilante [s] no início da palavra, ficava evidente a identidade dos efraimitas ao pronunciarem [ˈsɪbɔləθ] no lugar de [ˈʃɪbɔləθ], trocando o “x” pelo “s”. Assim, se contrapunha o *schibboleth*¹ dos gileaditas ao *sibboleth* dos efraimitas. O texto bíblico dá conta de que quarenta e

dois mil efraimitas são mortos nos vaus do Jordão, ao pronunciarem a palavra dentro da variedade linguística que os identificava como pertencentes ao “outro” grupo.

O termo que serviu como senha ou “palavra de passagem” nesse espaço de embate e morte é, geralmente, traduzido para o português como “espiga” e “corrente de rio” (BEREZIN, 1995, p. 618), além de “feixe de ramos” e “torrente” (KIRST et al., 1988, p. 243).

De qualquer modo, é possível eleger o sentido de “espiga” para o termo hebraico *schibboleth*, mas, como lembra Derrida (1986, p. 18), a palavra importa menos pelo seu sentido do que pela maneira como ela é pronunciada. Assim, na apreciação da narrativa bíblica, a ênfase recai sobre o significante, em sua particularidade fonética, com suas implicações sociolinguísticas, sem que com isso se defenda aqui uma dissociação radical do significante de seu significado.

A palavra hebraica *schibboleth* ganha, assim, uma resignificação, a partir da narrativa bíblica, ao servir como uma espécie de palavra de passagem que acabará por determinar o destino daqueles que a pronunciam nesse espaço de indeterminação.

É interessante notar que o espaço em que a palavra é pronunciada é um lugar de passagem, de limites, de travessia, pois se trata de trechos do rio Jordão nos quais o ultrapassamento de fronteiras ou de espaços limites é possível. Esse entre-lugar, espaço de transição, se caracteriza pela indeterminação, uma vez que ali se apresenta a dúvida sobre a identidade daqueles que por ele passam ou fogem. O elemento de identidade ou de não identidade se revelará por meio da

¹ Na opinião do linguista alemão Christoph Gutknecht (2011), a pronúncia dos gileaditas do som inicial da palavra hebraica *schibboleth* seria, na verdade, uma fricativa dental surda, como o “th” da língua inglesa.

língua, reduzida a uma palavra que marca a variedade linguística entre as tribos irmãs.

Esse episódio da narrativa bíblica, que acaba incorporado à tradição judaico-cristã, torna-se emblemático e significativo no tratamento de questões relacionadas com a violência e a discriminação diante da diferença étnica e cultural marcada ou manifestada linguisticamente.

O termo também é empregado para dar conta de traços ou aspectos linguísticos que são distintivos ou característicos de determinado grupo, sem que haja necessariamente ações de violência ou de preconceitos implicadas. Coulmas (1981 apud DE MORAES, 2008, p. 217), por exemplo, refere-se a uma *Schibboleth-Funktion* (função *schibboleth*) que corresponde “a situações em que determinadas fórmulas de rotina são utilizadas para marcar a que grupo social se pertence”.

A palavra *schibboleth* ganha também releituras que estendem seu significado e conceito para aspectos que vão além de questões linguísticas, associando o termo hebraico a elementos de diferenciação, distinção e demarcação de ideias, correntes, culturas e posicionamentos intelectuais.

Aqui, interessa mais uma breve apreciação da apropriação que se faz da palavra *schibboleth* na esteira do pensamento judaico, particularmente na Europa, no século passado, para analisá-lo como elemento representativo da poética de Paul Celan.

SCHIBBOLETH NO CONTEXTO DO PENSAMENTO JUDAICO MODERNO

No contexto do pensamento judaico moderno, o termo hebraico *schibboleth*

comparece em autores diversos, como em Marx (1973, p. 78), que defende o estudo das fontes como o *schibboleth* da Escola Histórica do Direito; em Buber (1978, p. 76, 81), com o sentido de marco distintivo da identidade e correspondendo ao próprio “eu”, pois “a palavra ‘eu’ é o próprio ‘*schibboleth*’ da humanidade”; em Freud (1982; Pfrimmer, 1994), para se referir ao sonho e à sexualidade como elemento distintivo da psicanálise; em Derrida (1986, 1987), com o sentido de senha que aponta para a diferença inscrita na língua e no próprio corpo, resultando historicamente em discriminação; e em Celan (1983, 1993), particularmente no poema “*Schibboleth*”, com o sentido de “palavra de passe”, conotando passagem para além da fronteira (“ultrapassamento de fronteira”) ou a impossibilidade dessa passagem, a interdição, no contexto do horror do *Shoah* (Holocausto).

Dos autores aqui mencionados, o poeta e tradutor Paul Celan torna-se emblemático porque sua obra representa o movimento de línguas que migram e se movimentam em espaços e vivências marcados pela dor da intolerância para com as diferenças, pela indeterminação diante das fronteiras e pelo movimento de uma poética que se articula entre o calar e o falar.

As tensões entre língua e espaço podem, inicialmente, serem identificadas em Paul Celan na sua opção por escrever em alemão, ainda que ele não fosse alemão e a língua alemã não ter sido a única de sua infância, como destacou Derrida (2001) em determinada ocasião. É pertinente lembrar, também, que Celan não escreveu somente

em alemão. Filho de judeus pertencentes “à minoria germanófona judaica de Czernowitz (cidade romena, quando ele nasceu em 1920, mas que até 1918 era parte do Império Austro-Húngaro)”, Celan vive a experiência de migrar e percorrer lugares diversos, numa confluência de línguas distintas em seus trabalhos de tradução e produção poética, apesar de eleger o alemão como a língua principal de seus poemas (SELIGMANN-SILVA, 2004, p. 150).

Celan escreve a partir de um tempo e lugar marcados pela tensão, pela guerra e pelo caos. Seu lugar é a diáspora e seu tempo é aquele das vivências e memórias dos horrores do *Shoah*. Sobre ele, já se disse que é “um autor que escreve uma poesia ‘de datas’: que, benjaminianamente quer dar uma face às datas da sua história” (SELIGMANN-SILVA, 2004, p. 151).

Numa carta em que parece reagir à sentença de Adorno (1962, p. 26) sobre a impossibilidade da poesia ou do lírico após Auschwitz, Celan (apud CANTINHO, 2005) afirma que “não há nada no mundo que possa levar um poeta a deixar de escrever, nem mesmo o fato de ser judeu e o alemão a língua dos seus poemas”.

Essa intersecção de espaços na relação com o poético se revela aguda na tematização do *Shoah*. Para Celan, no contexto do *Shoah* e de tantas outras situações históricas de destruição, a língua é o bem que não se perde, que permanece, ainda que essa língua se mostre emudecida, atravessando os espaços de horror e morte.

Nesse percurso pelo espaço da dor, do terror e da morte, a língua atravessa o

lugar do caos sem dar qualquer “palavra para aquilo que ocorreu”, mas essa travessia mostra uma língua que sai, lá na frente, “enriquecida por tudo aquilo” (CELAN, 1983, p. 185). De certo modo, a própria língua se torna um lugar a ser habitado em meio aos espaços inóspitos e hostis.

A hospitalidade da língua é uma imagem significativa porque nas passagens e travessias por espaços de peregrinação e diáspora, a própria língua migra, a própria língua se move, de modo que o forasteiro leva seu país e sua língua; como afirma Celan (apud DERRIDA, 2001), o país migra a todas as partes como a língua.

A POÉTICA E O ESPAÇO EM PAUL CELAN

Em Paul Celan, a língua e o poético estão no limiar, no espaço do risco. Para ele, os poemas estão a caminho, em direção a alguma coisa. Nesse sentido, vale a pena considerar a linguagem literária e, particularmente, o poema, a partir da sugestiva imagem oferecida por Celan (1983 apud CANTINHO, 2005), que associa o poema a uma “forma de aparição da linguagem”. Assim, o poema seria como “uma garrafa lançada ao mar, abandonada à esperança” e que um dia pode “ser recolhida numa praia, talvez na praia do coração. Também neste sentido os poemas são um caminho: encaminham-se para um destino [...] para um lugar aberto”.

O poema está à procura de um lugar porque se move “em direção ao aberto, ao vazio, ao livre”, do qual se está longe, indicando que a poesia “pode significar uma mudança de ar”, exatamente porque a poética busca um *topos*, um lugar (CELAN, 1999, p. 176).

Celan (1983 apud LINS, 2005, p. 30) confessa que escreveu poemas para se orientar, “para explorar onde estava e aonde deveria ir”. Para ele, a poética é uma *Toposforschung*, a busca ou pesquisa de um *topos*, de uma “u-topia”, tentando “traçar e retraçar limites” (SELIGMANN-SILVA, 2004, p. 150).

Schibboleth é um dos poemas de Celan (1993) em que o tema da passagem, do mover-se entre espaços ou de ser impedido de avançar, aparece de modo emblemático e contundente. Publicado em 1955, faz parte da coletânea intitulada *Von Schwelle zu Schwelle (De limiar em limiar)*, e se revela um poema no qual se está diante do próprio limiar da mudez, em face de uma realidade que parece ser indizível. Mas não só em função do que é tematizado se percebe o limiar ou o espaço de indeterminação no poema. O limiar também está presente no fato de o poema ter sido escrito em alemão e, mesmo assim, ter mantido sem tradução alguns termos ou expressões, como “*schibboleth*” e “*no pasarán*”. Conforme observa Nouss (2012, p. 33), “com essas palavras não traduzidas, o leitor permanece de fato no limiar da língua estrangeira. Como Celan o era diante de sua própria língua e de sua própria história”.

Estar no limiar pode implicar a indeterminação diante do dizer e do calar. É interessante notar que no poema “*Schibboleth*” a referência a espaços diversos remete a experiências e realidades que parecem emudecer e impor o silêncio. Apesar disso, o poema insiste em dizer, em gritar, mesmo diante da dor e dos espaços de indeterminação e opressão. O poema remete ao *schibboleth* da narrativa bíblica não

apenas porque tal palavra comparece em seu título, mas porque alude a situações limites, de indeterminação e de ultrapassamento.

Os espaços e suas (in)determinações no eu-lírico são reveladores no poema. Nos versos “*Rufs, das Schibboleth, hinaus/ In die Fremde der Heimat:/ Februar. No pasarán*”, tem-se a referência à “Guerra de Espanha, figurada pelas menções ao mês de fevereiro, data da tomada do poder pelos republicanos, e de seu grito de adesão: *No pasarán*”. Também o último verso do poema remete a espaços e eventos históricos de “resistência e revolta contra a opressão na Espanha, França e Áustria, quando a história marca a recusa da passagem, do limiar” (NOUSS, 2012, p. 32-33).

Diante dessas considerações, é preciso questionar o lugar da palavra poética na relação com os espaços que a emudecem e a provocam ao mesmo tempo. Até que ponto a experiência humana, no tempo e no espaço, pode ser vivenciada pela linguagem e pela literatura?

De que modo a palavra pode permanecer diante da experiência que é rememorada, quando essa experiência impõe o silêncio, o emudecimento, a morte?

Como se percebe em Celan (1999, p. 77 apud GINZBURG, 2004, p. 86), a palavra pode não vingar, apesar de ser promessa de brilho, ela pode resultar em cinzas, em apagamento, como nos versos do longo poema *Stretto*, publicado em seu livro *Sprachgitter* (CELAN, 1959 apud LINS, 2004, p. 87): “*Kam, kam./ Kam ein Wort, kam,/ kam durch die Nacht/wollt leuchten, wollt leuchten/ Asche/ Asche, Asche*”.

² Chama-o, ao Schibboleth, grita-o/ Para a estranheza da pátria:/ Fevereiro. No pasarán . (CELAN, 1993)

³ Veio, veio/ Veio uma palavra, veio/ veio pela noite,/ queria brilhar, queria brilhar/ Cinzas/ cinzas, cinzas.

Como observa Ginzburg (2004, p. 87), “as cinzas apontam para um lado terrível da experiência histórica, e o gesto de apontar exprime negativamente a intensidade do que não pode ser representado”.

A poética de Celan, desse modo, aponta para as tensões e indeterminações provocadas no espaço judaico-germânico, espaço e tempo de ruínas e fragmentação. Nesse espaço em que a *hospitalidade* se reverte em *hostilidade* (SELIGMANN-SILVA, 2004, p. 154), permanece o *schibboleth*: “Alcançável, próximo e não-perdido permaneceu em meio das perdas este único: a língua [...] mas ela teve que atravessar as suas próprias ausências de resposta, atravessar um emudecer, atravessar os milhares de terrores e o discurso que traz a morte” (CELAN, 1983, p. 185 apud SELIGMANN-SILVA, 2004, p. 149).

SCHIBBOLETH NA LÍNGUA PORTUGUESA:
BREVE EXCERTO EM GUIMARÃES ROSA

Alguns já apontaram que na língua portuguesa o nosso *schibboleth* corresponderia ao “ão” (RIBEIRO, 2002; DA SILVA, 2008; MORENO, 2008; BIZOCHI, 2009), distinção fonética do português que ofereceria dificuldades quase intransponíveis para ser pronunciada, por estrangeiros, com a nasalidade tão característica daqueles que a têm como língua materna.⁴

⁴ No contexto brasileiro, há outras referências em estudos linguísticos que dão conta de traços distintivos valendo-se do termo *schibboleth*, como a menção encontrada em Câmara Jr. (1977, p. 52), que identifica no -s posterior chiante do Rio de Janeiro um *schibboleth* em relação ao -s anterior sibilante do português de “quase todo o resto Brasil”.

Esse traço distintivo do português – o “ão” – pode-se entrever no conto “Famigerado”, de Guimarães Rosa, de Primeiras histórias (1967), quando o narrador denomina determinado topônimo do sertão como “Serra do São ão”, argumento que Ribeiro (2002) desenvolve com maestria, chamando também a atenção para a presença de um *schibboleth* na narrativa rosiana ao conferir à palavra “famigerado”, ou à própria explicação do significado para “famigerado”, o poder de vida e de morte.

Na narrativa rosiana, um jagunço está para matar ou preservar a vida de um moço da cidade que lhe chamara de “famigerado”, dependendo a decisão da explicação que um médico lhe der, explicando se tal termo é uma ofensa ou um louvor.

A pergunta do jagunço sobre os sentidos da palavra “famigerado”, e não apenas seu significado denotativo, é como “uma arma carregada de ameaça” (WISNIK, 2002, p. 180). Cabe ao médico, por meio das palavras, desarmar o espírito do jagunço, proeza que o doutor acaba conquistando, valendo-se da ambiguidade do termo “famigerado” e construindo um discurso que escamoteia seus sentidos conotativos e pejorativos. Detendo-se na etimologia da palavra, destaca o sentido de “alguém que tem fama” ou que é célebre. A situação se caracteriza como um verdadeiro impasse, pois o jagunço questiona as explicações do médico, que tem suas palavras como que convertidas numa espécie de *schibboleth*.

O médico tem consciência do poder de vida ou de morte em suas palavras não apenas em relação ao destino do moço que aplicara

ao jagunço o adjetivo “famigerado”, mas em relação a si mesmo, pois como declara o médico: “Eu não tinha arma ao alcance. Tivesse, também não adiantava. Com um pingo no i, ele me dissolvia” (ROSA, 1962, p. 13).

Deve-se notar que, no caso do *schibboleth* da narrativa bíblica, a ambivalência na língua reside basicamente no nível do significante, enquanto que na narrativa rosiana a ambiguidade situa-se no significado da palavra que soa desconhecida aos ouvidos do jagunço. Além disso, o conto de Guimarães Rosa se insere no espaço do sertão, de ausência de urbanização e da força da lei do estado. É uma dimensão espacial na qual a carência, a fragilidade e a indeterminação também estão na palavra. E nesse espaço de tensão e de ambivalência em que a palavra joga importante papel, o sentido franco e honesto resulta em guerra, “ao passo que o sentido duplo e matreiro é que produz a paz” (RIBEIRO, 2012, p.317).

Assim como em Celam e no contexto judaico do termo *schibboleth*, em Rosa a língua aponta para a tensão e a animosidade, conduzindo à suspeição de que “longe de nos unir ela nos põe em conflito” (RIBEIRO, 2012, p.318).

Essa suspeita, para muitos, parece se confirmar nas palavras tecidas e urdidas no ciberespaço. Nesse espaço virtual de *desterritorialização* e de *babelização*, a língua teria potencializada sua indeterminação e sua ambivalência, além de assumir formas inéditas em sua instrumentalidade como marca da *diferença*.

SCHIBBOLETH NOS ESPAÇOS DIGITAIS

No mundo digital, a ambiguidade da palavra seria levada a paroxismos, sendo portadora

tanto de “vida” quanto de “morte”, remetendo à própria ambivalência das novas tecnologias, com as tensões entre seu lado “sombrio” e sua face “iluminada” (FEENBERG, 1999).

Assim como o espaço virtual e digital que a palavra habita é marcadamente fluido, indeterminado, caótico, labiríntico e prenhe de possibilidades infinitas, a língua se manifestaria no ciberespaço a partir de sua vocação para o dizer e o silenciar, construir e destruir, juntar e separar, identificar e diferenciar.

Com a digitalização ou a virtualização de suportes materiais, a língua não se limita a formas fixas de escrita ou de oralidade, mas ganha possibilidades de mixagem com outras linguagens e formas expressivas, movendo-se para além da linearidade e da sequencialidade, em redes hipertextuais que se caracterizam pela desterritorialização dos espaços de uso da língua e de produção do texto.

Essa situação não deixa de provocar estranhamentos e preocupações, o que não é incomum, pois ao considerarmos a própria história da linguagem verbal, particularmente no tocante à escrita, as grandes mudanças causaram inquietações importantes. Nesse sentido, é preciso lembrar que, inicialmente, a escrita surge como meio de assegurar a perpetuação no tempo e no espaço da linguagem verbal, estendendo, por exemplo, as ideias ou a obra de um autor para além de seu tempo e espaço ou, dito de outra forma, para além de sua própria vida ou sua própria morte. No *Fedro*, Platão (1989), por exemplo, trata a escrita como um risco à memória, ao conhecimento e à relação entre o mestre e o discípulo, uma vez que a escrita apartaria o autor de

seu discurso, marcando uma ausência que comprometeria o entendimento e provocaria uma imprevisibilidade de interpretações.

Nessa separação da escritura em relação a quem escreve, residiria, então, uma primeira dimensão de desterritorialização da língua, pois o texto separaria no tempo e no espaço o autor de suas palavras ou sua escritura. Como afirma Derrida (2003), a escrita se manifestaria como “a separação do corpo do *corpus*”.

No ciberespaço, esse elemento de separação da escritura de seu produtor ganha nova configuração, pois a escrita vai além dos limites da autoria, se coletiviza, incorpora a interatividade e torna o leitor também um cocriador. A abertura e a instabilidade do texto ganham formas inéditas, e seu caráter fragmentário se manifesta nos meios digitais como uma das marcas distintivas.

Interessa também aqui pontuar que o espaço digital no qual a escrita se virtualiza é o espaço de diluição de fronteiras, espaço que também se apresenta como o da democracia virtual e no qual navegam sujeitos que não mais precisariam ter suas produções textuais ou literárias circunscritas a delimitações geográficas, sociais e editoriais.

Na rede, circulam livremente textos e autores diversos. O ciberespaço comportaria tanto os textos do cânone, da legitimação acadêmica e do mercado editorial quanto os textos portadores de iniciativas e experimentações pessoais e aventureiras. Longe de amarras editoriais e da legitimação dos espaços institucionais, muitos textos seriam marcados por indeterminações identitárias ou determinações espúrias, categorizados como plágio, lendas urbanas ou de “autoria desconhecida”.

Nesse mar caótico e hipertextual, muitos enxergam uma democracia e liberdade radicais na produção literária, pois o ciberespaço daria voz e vez a qualquer um que queira publicar seus textos, fazer circular suas produções. Entretanto, a pluralidade e a fragmentação do ciberespaço exigiriam “separar o joio do trigo”, identificar a “boa literatura”, estabelecer o que possui qualidades estéticas e o que é simplesmente mero exercício libertário da escrita. Nesse sentido, a literatura interviria “dialeticamente como uma alternativa à mera conectividade e ao apagamento da subjetividade nos meios digitais” (SALDANHA, 2008, p.170).

Aqui, então, se interpõe novamente a questão do *schibboleth* enquanto ultrapassamento de fronteiras, como palavra de passagem que se constitui em senha para outros espaços, pois a profusão de textos na rede exigiria uma senha para fazer parte da chamada “boa literatura”.

Mas seria possível pensar em uma univocidade literária? Um consenso para medir o que é ou não “boa literatura”? Qual seria o *schibboleth* que daria passagem para o mundo literário, para o domínio e espaço dos textos legitimados e identificados com a “boa literatura” no mundo digital? Seria possível falar em critérios de literariedade aplicados à poética digital?

Essas questões não são simples nem comportam respostas definitivas ou unívocas. Sua complexidade se verifica, por exemplo, ao se considerar a atribuição indevida de autoria a textos pretensamente pertencentes à tradição literária e que circulam nas redes sociais.

É prática comum atribuir a nomes consagrados, como Clarice Lispector, Caio Fernando Abreu, Luís Fernando Veríssimo, Fernando Pessoa, Machado de Assis e outros mais, a autoria de textos que circulam na Internet. Esses casos de falsa autoria não são nenhuma novidade, pois os textos apócrifos têm uma longa tradição. A falsa autoria, porém, assume nas redes sociais um caráter de *schibboleth* dos tempos digitais, servindo como espécie de senha para que textos de autores desconhecidos e de menor expressividade literária ganhem adesão e circulação impressionante em *sites* de relacionamento.

Essa circulação anárquica de fragmentos e de textos apócrifos com o apelo indevido da “marca registrada” de grandes autores não deixa de ser surpreendente porque, além de revelar o despertar de um interesse pela poesia, mostra a “própria dissolução do juízo crítico” ao lidar com o repertório literário que circula na Internet (DE PAULA, 2009).

Ao mesmo tempo em que “a poesia é, paradoxalmente, a forma mais recorrente e a mais comentada nos espaços dedicados à literatura na Internet”, além dos contos e outros textos curtos, manifesta-se certa caricaturização do poético, pois “para a grande maioria dos leitores permanece a tentação de considerar o poema como exposição espontânea dos sentimentos imediatos do autor, espaço da confissão íntima e da sinceridade do ânimo pungente” (DE PAULA, 2009). Daí que a falsa autoria atribuída aos textos campeões de circulação nas redes sociais acaba sendo uma espécie de *schibboleth*, uma senha para adentrar no espaço dos repertórios literários consagrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da falsa autoria nos fragmentos de textos que circulam na Internet e a inédita pluralidade que marca a poética digital indicam as tensões presentes na relação entre a palavra e o ciberespaço, num contexto de indeterminações e de necessidade de senhas ou “palavras de passagem” que garantam, mais do que a conectividade, a sobrevivência ou o estabelecimento num espaço caótico e de fronteiras fluidas.

Ainda que essas tensões e indeterminações do texto digital não se assemelhem aos conflitos da poética de Celan ou à tensão do ambiente ficcional do conto “Famigerado” de Rosa, elas guardam certa proximidade com o contexto discursivo do *schibboleth*, com os condicionamentos que os espaços exercem na produção da palavra.

Nos espaços de passagem, nos lugares de fronteiras móveis ou no mundo digital, a palavra permanece como abertura, como possibilidade, como senha para transitar no limiar, exercendo sua força de identidade e (in)determinação. Não raro, serve também para excluir, apartar, demarcar espaços.

Assim, não se pode ignorar a “tensão existente na produção textual do ciberespaço, o que leva tanto às possibilidades de construção crítica do conhecimento quanto à reprodução de padrões objetivantes do saber e à reificação do sujeito” (SALDANHA, 2006). Por isso, nesse reino tensionado das palavras, será sempre bem-vinda a capacidade crítica e reflexiva, a capacidade que orienta o mover-se entre o calar e o dizer.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. Crítica cultural e sociedade. In: _____. **Prismas**. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998, p.7-26.

BEREZIN, R. **Dicionário hebraico-português**. São Paulo: EDUSP, 1995.

BÍBLIA HEBRAICA STUTTGARTENSIA. 2.ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1977.

BUBER. M. **Eu e tu**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

CÂMARA JR., J. M. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. 2.ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CANTINHO, M. J. A neve das palavras. **Espéculo Revista de estudos literarios**. Universidad Complutense de Madrid, 2005. Disponível em: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero30/aneve.html> Acesso em: 10 abr. 2013.

CARBONI, F. Fala que te direi quem és! **Revista espaço acadêmico**, ano II, n. 23, abr. 2003. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/023/23ccarboni.htm>.

CELAN, P. **Der meridian und andere prosa**. Frankfurt: Suhrkamp, 1983.

_____. O meridiano In: _____. **Cristal**. Trad. Claudia Cavalcanti. São Paulo: Iluminuras, 1999.

_____. **Schibboleth. Sete rosas mais tarde**: antologia poética. Trad. João Barrento e Y. K. Centeno. Lisboa: Cotovia, 1993, p. 64-65.

DA SILVA, D. O xiboleto do português. **Jornal do Brasil**, 25 mar. 2008.

DE MORAES, J. G. M. Fórmulas de rotina: definição, funções e classificação. **Pandaemonium germanicum**, nº 12, 2008, p. 210-220.

DE PAULA, M. F. Entre a falência e a redenção: a polêmica de textos literários na internet. **Revista Icarahy**, Niterói, n. 1, ago. 2009. Disponível em: http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/1/dliteratura/MARCELO_FERRAZ_DE_PAULA.pdf. Acesso em: 22 maio 2013.

DERRIDA, J, **Schibboleth pour Paul Celan**. Paris: Ed. Galilée, 1986.

_____. *Schibboleth*. In: COLIN, A. D. (Org.). **Argumentum e silentio**: international Paul Celan Symposium. Berlim; Nova Iorque: Walter de Gruyter, 1987. p.16-42.

_____. La langue n'appartient pas: entretien avec Jacques Derrida. **Europe**, n.861/862, jan.-fev. 2001, p. 81-91.

_____. **Chaque fois unique, la fin du monde**. Paris: Galilée, 2003.

FEENBERG, A. **Questioning technology**. London: Routledge, 1999.

FREUD, S. **Contribución a la história del movimiento psicoanalítico**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1982. v. XIV.

GUTKNECHT, C. Codewort schibboleth: Wenn falsche Betonung das Leben kostet. In: **Jüdische Allgemeine**, Berlim, n. 27, 07 jul. 2011. Disponível em: <http://www.juedische-allgemeine.de/article/view/id/10757> Acesso em 20 maio 2013.

KIRST, N. et al. **Dicionário hebraico-português & aramaico-português**. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 1988.

LINS, V. Paul Celan, na quebra do som e da palavra: poesia como lugar de pensamento. In: _____. **Poesia e crítica**: uns e outros. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005, p. 23-34.

MARX, K. H. Das philosophische Manifest der historischen Rechtsschule. In: **Karl Marx & Friedrich Engels Werke**, v.1. Berlim: Dietz Verlag, 1973.

MORENO, C. **O prazer das palavras**. Porto Alegre: L&PM Editores, v.2, 2008, p.13-16.

_____. Xibolete. Sua língua, 2009. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/2009/10/23/xibolete/>

NOUS, A. A tradução: no limiar. **ALEA**, Rio de Janeiro, vol. 14/1, jan.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/330/33023299002.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013. p. 13-34.

PFRIMMER, T. **Freud, leitor da Bíblia**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

PLATÃO. **Fedro**. Lisboa: Guimarães Editores, 1989.

ROSA, J. G. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

SALDANHA, L. C. D. Literatura e semiformação no ciberespaço. **Texto Digital**, Florianópolis, ano 2, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1376/1075>. Acesso em 15 mai. 2013.

_____. Subjetividade e literatura no contexto da educação a distância. In: CORRÊA, Almir A. (Org.). **Ciberespaço: mistificação ou paranoia**. Londrina: UEL, 2008.

WISNIK, J. M. Famigerado. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 177-198, 1º sem. 2002. Disponível em: http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta10/Conteudo/N10_Parte01_art12.pdf

Recebido para publicação em 28 de maio de 2013

Aceito para publicação em 31 de outubro de 2013

A REPRESENTAÇÃO DO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS NO DISCURSO JORNALÍSTICO EM MEADOS DOS ANOS NOVENTA

THE REPRESENTATION OF THE SETTLEMENT IRENO ALVES DOS SANTOS IN JOURNALISTIC DISCOURSE IN THE MID-NINETIES

Cleverson Lucas dos Santos*

Andréa Mazurok Schactae**

Resumo: Objetivou-se analisar os discursos veiculados pelo Jornal Correio do Povo do Paraná (antigo Correio da Cantuquiriguaçu), em 1996, sobre a ocupação da Fazenda Pinhal Ralo, da empresa Giacomet-Marodin, pelos agricultores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Utilizando-se os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, elencou-se quais foram as condições de produção e de circulação linguísticas, os agentes envolvidos, a memória discursiva sobre a questão agrária brasileira, recuperando posicionamentos sobre a temática e a questão dos silêncios discursivos, que se mostram no Dito e Não-Dito jornalístico. Analisou-se, assim, como o discurso produzido representou tais sujeitos no que foi veiculado à época.

Palavras-chave: Análise do discurso. Jornalismo. Silêncio Discursivo.

Abstract: The objective was analyze the discourses conveyed by the newspaper Correio do Povo do Paraná (formerly Correio da Cantuquiriguaçu), in 1996, about the occupation of Pinhal Ralo farm, the company Giacomet-Marodin by farmers linked to the Movement of Landless Rural Workers (MST). Using the theoretical assumptions of Discourse Analysis, listed to what were the conditions of production and circulation linguistic, the parties involved, discursive memory on the agrarian issue, recovering positions on the issue and the question of discursive silences, which are shown in the Said and Not-Said journalistic. Analyzing as discourse produced represented such subjects which was published at the time.

Keywords: Discourse Analysis. Journalism. Discursive Silence.

* Especialista em História, Arte e Cultura, UEPG, 2011. e-mail: cleverson_lucas@msn.com

** Prof. Orientadora Dra. Andrea Mazurok Schactae. Dep. de História UEPG. e-mail: aschactae@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao deparar diante de um texto jornalístico, com fatos e acontecimentos cotidianos, é necessário um pouco mais de atenção para com aquilo que é apresentado. A notícia pode ser tomada como expressão fidedigna da realidade, tal qual ela aconteceu. Ao contextualizá-la, porém, outros sentidos presentes podem emergir desse discurso.

Nessa perspectiva, considerando a noção de representação na construção do discurso sobre a realidade, é preciso perceber que todo relato é construção discursiva. A notícia é um relato construído de um acontecimento e que, em momento algum, substitui a própria realidade ou os elementos que nela estavam envolvidos. Em todo o discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala (BAKHTIN apud MORAES, 2005, p.1).

Para compreender como se deu a construção dos discursos referentes a uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), utilizou-se os pressupostos teóricos da Análise do Discurso. As matérias produzidas por um jornal da região centro-oeste do Paraná, o *Correio do Povo do Paraná*, que na época denominava-se *Correio da Cantuquiriguaçu*, são construtoras de uma representação sobre o MST e sobre o assentamento Ireno Alves dos Santos. Pautando-se na teoria de Bourdieu e Orlandi, para a compreensão das condições de produção e de circulação linguísticas,

é que se busca compreender quais são os sentidos produzidos destes discursos. Aquilo que foi dito, veiculado pela mídia na época, e o que não foi dito, mas que estava presente, significando com o dito.

Dessa forma, nessa análise, ao buscar o contexto de produção do discurso, as condições que acabaram moldando-o, direcionando-o, estará presente a noção de silêncio, também proposta por Orlandi e utilizada por Oliveira, Campista (2007); Braz (2009); Mello, (2008) exploram o sentido presente no silêncio. Ainda que não seja possível ver o silêncio – há somente pistas, só podemos vislumbrar seus traços –, por meio de fissuras, rupturas e falhas, podemos percebê-lo em todo e qualquer discurso. O silêncio é, assim, a “respiração” da significação e a linguagem é a passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras. O silêncio é constitutivo da linguagem (ou viceversa) (MELLO, 2008, p. 2588) e, aqui, assume caráter de significação. Nas palavras de Orlandi, um homem em silêncio é um homem sem sentido (1992, p.37). Mais do que pensar em implícito, o não-dito, o que ficou por dizer, remete à memória discursiva.

Não existe ciência do discurso considerado em si mesmo e por si mesmo; as propriedades formais das obras desvelam seu sentido somente quando referidas às condições sociais de produção - e, por outro lado, às posições ocupadas por seus autores no campo da produção – e ao mercado para o qual foram produzidas. (BOURDIEU, 1996: 129)

Além disso, Berger (1998) ressalta ainda que a linguagem compõe o que ela representa. Para com o discurso jornalístico isso significa dissolver a imparcialidade da notícia e do acontecido, e reconhecer a notícia como construção de um acontecimento pela linguagem. A imparcialidade também é questionada por Santos (2007), que destaca que todos os jornais se dizem imparciais e neutros, quando, na realidade, é impossível a imparcialidade, pois, ao produzir o relato, se produz o acontecimento pela linguagem.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz [...]. São pistas que aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 1998, p.30).

Assim, continua a autora, o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, sua relação com os sujeitos e a ideologia, acionando aspectos discursivos presentes na memória. Esta, como recuperadora de sentidos já instituídos e cristalizados na sociedade, mantém determinadas leituras já constituídas. Dessa forma, a memória

presentifica o discurso, mesmo ele não estando presente nos enunciados produzidos.

Pensando a mídia como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico, para poder apreender o seu funcionamento é necessário analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória. Trata-se, portanto, de procurar acompanhar trajetos históricos de sentidos materializados nas formas discursivas da mídia. (GREGOLIN, 2007, p.13)

Esta autora reforça que, na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente (GREGOLIN, 2007, p.16).

Portanto, conforme afirma Bourdieu (1983), a compreensão do discurso está vinculada às *relações de produção linguísticas* nas quais ele é produzido. Onde o signo não tem existência (salvo abstrata, nos dicionários) fora de um modo de produção linguístico concreto, buscou-se perceber que o texto jornalístico, como produção discursiva, passa pelos mesmos critérios, com um aspecto a mais: além de ser tomado enquanto *media*, isso é, mediador destas condições discursivas, também ele próprio é uma pré-condição para produção do sentido

discursivo. Com essa premissa, buscou-se desvelar as construções discursivas sobre a ocupação da Fazenda Pinhal Ralo, feitas pelo jornal, recompondo as condições de produção desse discurso. Procurou-se situar os diferentes agentes e instâncias envolvidos, que resultaram na produção textual final.

Considerando a memória discursiva constituída sobre a questão agrária, a pré-disposição para a constituição dos discursos, totalmente imersa em ideologias, dos diferentes grupos sociais, culturais, que constituem as classes sociais, e que determina as diferentes representações. Esta memória pode ser institucional e cristalizar percepções, e, ao mesmo tempo, se constituir em esquecimento que torna possível o diferente, a ruptura, o Outro. Aqui entra em ação a relação que a sociedade tem com a estrutura agrária, na posse da terra, na atuação dos movimentos sociais, na compreensão de reforma agrária. Relações essas que não se prendem ao linguístico, mas significam e constituem sentidos e até mesmo os sujeitos, inseridas no contexto em que foram produzidas.

A estrutura fundiária brasileira é uma construção que se insere como memória discursiva: a utilização do espaço, a compreensão dos lugares definidos na sociedade, proprietários e não-proprietários, a maneira com que ocorreu a divisão ao longo do tempo, passam por vezes, como estruturas já cristalizadas e definidas, regrando também a construção dos discursos sobre o tema. Em um modelo que concentrou a posse das terras sob o domínio de uma pequena parcela da

população, ocasionou a expulsão, durante toda a história brasileira, de um grande contingente de famílias do campo, para a formação dos imensos latifúndios.

Portanto, o discurso jornalístico contrapõe a empresa – a proprietária das terras – de um lado, e os agricultores sem-terras – os não-proprietários – de outro, dando a primazia a determinado grupo, relegando ao Outro, o espaço marginal, desqualificando-o em suas ações, em sua própria identidade.

A palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema [...] A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc.” (BAKHTIN, 1997, p. 14)

Com isso, como ressalta Santos (2007), as vozes dos jornalistas interagem com as vozes das fontes propondo um sentido para os acontecimentos. Se, por um lado, os Sem-Terra indicam para as autoridades governamentais os latifúndios improdutivos, dialogando com o governo e a sociedade, através da imprensa, esta, por sua vez, enquanto expositora do real e, como tal, mediadora dos sujeitos envolvidos neste real, constrói seu discurso pela articulação das vozes dos vários sujeitos em conflito.

Ao considerar essa perspectiva, chega-se à ideologia que constitui os sujeitos e a própria formação dos sentidos (SANTOS, 2007, p. 96).

Para compreender o discurso midiático, produzido no ano 1996, sobre a ocupação das terras da fazenda Pinhal Ralo de propriedade da empresa Giacomet-Marodin, em Rio Bonito do Iguazu, no estado do Paraná, pelo MST, é necessário contextualizá-lo aos diferentes agentes envolvidos: trabalhadores do campo, empresa proprietária das terras, sociedade, poder público, bem como a empresa que produziu o jornal.

Cada estrutura componente desse discurso será analisada mais atentamente, permitindo perceber as teias que se ramificam a partir dos discursos. Contextualizado no tempo, insere-se tais formações no período de 1996. A análise percorreu, então, aspectos históricos, sociais e políticos.

O ano 1996 é parte de um período histórico no qual o país já experienciava a redemocratização, com governos eleitos pela participação popular, mesmo que estes não priorizassem as classes trabalhadoras. Grupos políticos ligados ao poder federal – Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) – e ao poder estadual – Governador Jaime Lerner (1994-2002) – sinalizavam que não havia condições necessárias para a efetivação da reforma agrária almejada pelos agricultores. Mesmo diante de tantas contradições sociais, o apoio midiático para com o governo era irrestrito. Os movimentos sociais questionadores, por sua vez, eram combatidos duramente, em um jogo ideológico em que os indivíduos eram retratados quase sempre de maneira pejorativa.

Todo discurso, mas de modo ainda mais evidente o jornalístico, carrega uma tensão entre o texto e as

condições de produção, ou seja, o sujeito jornalista convive em tensão com suas fontes, com a empresa jornalística e com os telespectadores, confirmando que as condições incluem a produção, a circulação e o reconhecimento, e que estas formatam e moldam o modo de dizer as coisas do mundo. Tais condições acham-se, portanto, não do lado de fora do discurso, mas, absolutamente inseridas nele. (SANTOS, 2007, p.100)

Assim, buscou-se responder qual é o papel do discurso midiático na representação das informações e da realidade. Perceber e desvelar quais são os interesses que permeavam as notícias, estruturas estas que conduziam para uma interpretação possível, já pré-estabelecida, em um recorte da realidade desconsiderando outras tantas vozes, que acabaram no silêncio discursivo. Partindo das formações discursivas, é possível perceber o não-dito. No confronto dos diferentes agentes no discurso midiático, perceber qual o jornal representa, a ser mantido, e quais são os discursos, juntamente com seus agentes que foram silenciados nessa construção.

O CONTEXTO

O texto jornalístico é uma representação¹ dos fatos que diuturnamente são

¹ Representação: sf (representar+ção) 1 Ato ou efeito de representar. R. coletiva, Sociol: concepções e símbolos que resultam da interação social e adquirem um significado comum para os membros do grupo, suscitando-lhes reações emocionais semelhantes. O termo também é utilizado, sob a conceituação de Durkheim (Representação coletiva) e Moscovici (Representação social).

transcritos nas páginas dos periódicos, o leitor se apropria de uma construção discursiva², que contém em si muito mais do que textualmente aparenta. Uma notícia é uma representação feita por um jornalista, ou considerando em um todo, da empresa de comunicação que veiculou o acontecido. Alguém que tenha participado ativamente, outro jornalista, bem como o próprio leitor recuperará diferentes formas de apreensão do discurso, outras representações.

Elencaram-se nessa análise os diferentes agentes envolvidos na ocupação da fazenda Pinhal Ralo, onde parte posteriormente se tornaria os assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, para que, então de posse das notícias realizadas à época, fosse possível confrontar suas representações nas formações discursivas. Entre eles está o MST, agricultores, empresa proprietária das terras, movimento dos latifundiários, Estado, moradores dos municípios envolvidos, incluindo a empresa de comunicação responsável pelo jornal.

Assim, observa-se que as condições de produção discursiva são orientadas pelas relações sociais, históricas, culturais e econômicas que permeiam a produção textual. Além de crenças, valores e ideias presentes na sociedade, que atuam sobre ela, compondo a ideologia vigente; nesse caso, o ideário refere-se sobre estrutura agrária brasileira.

No trabalho de Bauer (1998, p.142), percebe-se que a estrutura agrária vigente, tal qual ela se mostra atualmente,

altamente concentrada, surge juntamente com o território e o modelo de exploração adotado por Portugal. Mesmo o processo de industrialização brasileiro não se fez por alterações fundiárias, mas preservando estruturas tradicionais de produção e dominação, perpetuando a exploração e a miséria no campo. As instituições econômicas, sociais e políticas que moldaram a questão agrária brasileira, cujos efeitos ainda perduram, foram forjadas no período da dependência colonial, iniciada com a “Descoberta” e estendendo-se até a Independência em 1822. Constitui uma espécie de tradição pensada “imutável”, que deva reger as relações para com a posse da terra. Assume uma relação simbólica, que tende a justificar posses e dominação de uma classe em detrimento das outras. Sobre este aspecto, leva o autor a afirmar que:

O poder e influência dos grandes proprietários rurais têm sido historicamente muito grandes, impedindo-se sempre toda e qualquer mudança na estrutura agrária e no sistema de dominação, sufocando-se as tentativas de rebelião ou obstruindo-se quaisquer medidas governamentais que tivessem a finalidade de restringir o poder dos latifundiários. Todas as tentativas de levar avante um projeto de redistribuição de terras, ou de diminuir-se o poder dos grandes proprietários, falharam. Desde o Brasil colônia, passando pelo Império e República, ciclo militar e período de redemocratização, pouco ou nada se fez para mudar as contradições oriundas da estrutura agrária.

² O discurso interpreta, numa correlação de forças sociais, a realidade. Desse modo, é possível pensar que, a apropriação do mundo é feita toda ela por meio de construções discursivas.

Incipientes iniciativas de reforma foram abortadas no nascedouro, como a de João Goulart no início dos anos 60, ou não saíram ou mal saíram do papel, como as de Castelo Branco e José Sarney. (BAUER, 1998, p.142-143)

Nas notícias, as posturas com relação à questão agrária e à posse da terra não aparecem, mas constituem sentidos. É nos entendimentos de uso e do valor atribuído ao espaço agrário que se constroem os discursos.

1.1 OS TRABALHADORES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Quem eram esses agricultores que “invadiram” a fazenda? De onde vêm, quais eram seus objetivos? São questões que caberiam muito bem na leitura da notícia, porém certas formações discursivas não deixam margem para o leitor estabelecer esse contraponto. Nesse caso, é preciso conhecer o histórico da atuação coletiva e associativa dos trabalhadores no campo. Cericato (2008) e Serra (2009) trazem este panorama.

Cericato (2008) reforça que, no Brasil, a questão agrária tem suas origens na forma como a terra foi sendo distribuída ao longo de nossa história. As sesmarias e a lei de terras de 1850 legitimaram a concentração fundiária ao impedir que colonos pobres e escravos tivessem acesso à propriedade da terra. Esse contexto faz que os “excedentes”, os não-proprietários fossem se acumulando ao longo do tempo. Aumentando esse contingente, passaram a organizar-se para reivindicar seus direitos de trabalhar a terra. Ainda durante o regime militar, grandes grupos empresariais

beneficiaram-se com a apropriação de imensas áreas de terra, aumentando o número e a extensão de latifúndios por meio de incentivos governamentais. Segundo Stédile e Fernandes (1999, p. 62), nas décadas 1960 e 1970 a política agrícola em execução reafirma a concentração da terra por incentivos à produção para a exploração introduzindo novas tecnologias que exigem alto investimento de capital, processo que resulta na expropriação de pequenos produtores de suas terras; parte destes seguem para a periferia das grandes cidades e muitos passariam a integrar o MST na década 1980.

Na apresentação do site do MST, ressalta-se que durante a década de 1980, o Brasil vivenciava um momento onde se lutava pela abertura política, em busca do fim da ditadura militar. Nesse contexto, é que ocorre entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. Esta reunião é o ponto de partida para a construção do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra³. No ano seguinte, em 1985, ainda sob o clima que marcou a campanha pela redemocratização “Diretas Já”, o MST realiza seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, Paraná.

³ A atividade reuniu 80 trabalhadores rurais que ajudaram a organizar ocupações de terra em 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima, além de representantes da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e da Pastoral Operária de São Paulo.

Neste ano, o governo de José Sarney aprovou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha por objetivo aplicar o Estatuto da Terra e assentar 1,4 milhão de famílias, mas que acabou em cinco anos, assentando apenas 90 mil famílias.

Na região de Rio Bonito do Iguaçu, onde estão localizados os assentamentos em questão, é o mesmo território em que em 1979 ocorreu a construção de uma das principais usinas hidrelétricas do estado do Paraná, a Usina de Salto Santiago, que deixou desalojados inúmeros agricultores, que ficaram sem suas terras devido à formação do lago da barragem. Serra (2009, p. 12) destaca este fato é como um dos germens que levou à organização campesina no estado do Paraná. Nesse período não havia um trabalho coletivo para resistir e pressionar a empresa por indenizações justas pelas desapropriações:

O primeiro empurrão neste sentido foi desencadeado pela construção das barragens da Usina de Salto Santiago, no Rio Iguaçu, região Sudoeste do Estado, que ao ser concluída, em 1979, inundou grandes extensões de áreas agrícolas nos municípios de Laranjeiras do Sul, Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida e expulsou pelo menos 170 famílias de produtores rurais. Na época, os movimentos não estavam ainda organizados no Paraná, o que equivale a dizer que não havia pressão social por parte dos desabrigados, no sentido de negociar valores justos para indenização das terras inundadas. Aproveitando-se disso a Eletrosul (empresa pública), responsável pelas obras da hidrelétrica, jogou para baixo o valor das indenizações. (SERRA, 2009, p. 2)

Com isso, relata o autor, foi na derrota desses agricultores do caso Santiago que ficou o alerta. Acrescenta que a história do baixo valor das indenizações só não se repetiu na construção de outra usina, a Hidrelétrica de Itaipu, porque os agricultores estavam cientes do que havia acontecido em Salto Santiago e resolveram se organizar. Pois o valor das indenizações das terras, anunciado pela Itaipu Binacional, responsável pela construção e exploração da usina, foi igualmente considerado aquém dos preços de mercado. A grande maioria era de pequenos proprietários, que não aceitaram tal situação e, com o apoio das igrejas Católica e Luterana, por meio da CPT – Comissão Pastoral da Terra, decidiram estabelecer uma luta organizada para exigir indenizações mais justas.

O MST unificou os diversos movimentos campesinos existentes sob a bandeira da organização e do trabalho coletivo. Foi a partir deste princípio que, no caso de Rio Bonito do Iguaçu, além das famílias da região envolvida, também entraram outras, advindas principalmente da região oeste do estado, de Foz do Iguaçu e imediações.

Foi assim que, em 1996, reuniram-se em torno de 3000 famílias, divididas em dois acampamentos, às margens da BR158, que corta o município de Rio Bonito do Iguaçu, ficando situados nas duas extremidades desse território, próximos à Saudade do Iguaçu e Laranjeiras do Sul.

1.2 A EMPRESA GIACOMET-MARODIN E OS LATIFUNDIÁRIOS

Com a reabertura política, as diversas classes sociais presentes voltaram a organizar-se em grupos e associações em torno de

objetivos comuns, o que fez que, além dos sindicatos de trabalhadores que voltaram à ativa, os proprietários fortalecessem suas bases, por instituições semelhantes. A UDR (União Democrática Ruralista) é um exemplo disso. Surge por volta de 1985, representando os interesses dos proprietários de terras.

Conforme o MST, tal entidade aproveitou-se da Assembleia Constituinte, em que os ruralistas se organizaram também, atuando em três frentes: um braço armado, utilizando-se de violência no campo, à composição e financiamento de uma bancada ruralista no parlamento e tendo também a mídia como aliada. (MST, 1999)

Lembrando que o modelo dos incentivos agrícolas durante o Regime Militar primava pela modernização do latifúndio, incluindo o país no comércio mundial pela produção de materiais primários: neste caso, do plantio de soja. O crédito rural nesse período favorecia a constituição e a manutenção dos latifúndios, pois, quanto maior a propriedade, mais crédito estaria disponível, podendo comprar ainda mais terras, diminuindo consideravelmente o número de pequenas e médias propriedades durante esse período. Essa prática forçou também que um grande número de trabalhadores do campo ficasse sem suas terras, por grilagens e apropriações praticadas pelos grandes proprietários, ao redor de sua propriedade.

Conforme o site institucional da empresa Araupel, em 1972, dois grupos tradicionais com atuação desde a década 1910 no ramo da madeira, a Madeireira Giacomet S.A. e a Marodin S.A. Exportação se unem e constituem no Rio Grande do Sul a Giacomet-Marodin Indústria

de Madeiras S.A., adquirindo 100 mil ha de terras e florestas no sudoeste do Paraná⁴.

O imenso latifúndio se formou por brechas legais permitidas pela convivência, e até mesmo incentivo, das autoridades competentes. Uma extensa faixa contínua de terras que abrangia cinco municípios: Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu sob os domínios de um único grupo empresarial.

A história agrária paranaense é marcada pela ação de empresas como a madeireira Giacomet-Marodin e outras, que também eram colonizadoras. Adquiriam junto ao Estado extensos territórios para exploração da madeira e também dos territórios que passariam a receber povoamento. Algumas regiões já contavam com moradores, os posseiros, que não detinham a posse documental da terra e eram expulsos violentamente das terras⁵.

Ainda hoje, no Brasil, devido à extensão do território e aos espaços urbanos ficarem concentrados mais próximos às capitais e algumas poucas cidades, a grande maioria dos outros municípios é essencialmente agrária. Isso faz que a produção agrícola seja, neste caso, determinante para o sucesso destes locais. Com isso, percebe-se que, a

⁴ A empresa altera sua razão social em 1997, justamente pelo conflito com os trabalhadores rurais. A situação que marcou a alteração foi o assassinato de dois integrantes do acampamento em seu território: Vanderlei das Neves, 16 anos e de José Alves dos Santos, 34 anos.

⁵ Relatos orais dão conta de que esse mesmo território já foi palco de ocupações na década 1980, após a expropriação pela Usina de Salto Santiago. Porém como eram poucas famílias, essas foram violentamente expulsas. Não há registros documentais para tal fato.

partir da estrutura agrícola, toda a composição histórica, social, política e econômica gira em torno dos latifundiários. Surgem empresas ligadas ao ramo de atividades das propriedades, movimentando a economia local. É quase uma constante também que grandes proprietários de terras integrem os postos políticos. Isso faz que se mantenha o Estado atrelado a uma política agrária favorável a este modelo agrícola.

1.3 O ESTADO – PODER PÚBLICO

Importante incluir nesse levantamento o Estado na condição de peça central nas disputas entre proprietários e não-proprietários de terra. Inicialmente, supõe-se que a estrutura do poder público deva assegurar direitos iguais a todos os cidadãos, permitindo-lhes reivindicar aquilo que julgam necessário a sua sobrevivência, como também proporcionar condições vitais para todos, como moradia, trabalho, saúde, educação dentre outras.

Mas há que se considerar que tais representantes são advindos da própria sociedade, em que basicamente os políticos são os mesmos proprietários das terras, e tem na área agrícola sua principal fonte de renda. A força que adquirem os proprietários, detentores da estrutura agrícola, é consideravelmente maior do que a dos trabalhadores que não possuem pouca representatividade.

Importante destacar as instâncias governamentais da época: no município de Rio Bonito do Iguaçu, o prefeito da época – e atual –, um tradicional produtor agropecuarista da região, Zesar Augusto Bovino

(1993-1996)⁶; o estado do Paraná era governado por Jaime Lerner (1995-2002) e o país nesse momento contava com o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Para o contexto agrário brasileiro, o período da ação realizada pelos agricultores sem-terra era bastante adverso, de políticas de abertura a globalização dos mercados, de teorias neo-liberais em que se priorizava o livre comércio, estado mínimo e as políticas sociais regidas pelo mercado.

1.4 O JORNAL CORREIO DO POVO DO PARANÁ DE LARANJEIRAS DO SUL

Por fim, mas centralizando a análise, insere-se o Jornal Correio do Povo do Paraná de Laranjeiras do Sul. Uma empresa que, como as demais do ramo da comunicação, tem por objetivo trabalhar com a informação, a tradução dos fatos que acontecem. Isso faz que, sob a égide do *media*, almeje ser um espaço de mediação das diferentes vozes.

Mas não se pode esquecer que um jornal é produto de uma empresa. A notícia é a manufatura do jornalista, que a produz conforme objetivos definidos, inserindo-a em um mercado próprio, que contém anunciantes, assinantes e consumidores.

Geralmente, os jornais do interior e de pequeno e médio porte estruturam-se em anunciantes, publicação legal e matérias “pagas”. Um jornal compõe-se das matérias que veicula,

⁶ Rio Bonito do Iguaçu, torna-se município independente de Laranjeiras do Sul, em 19 de março de 1992. Zesar Augusto Bovino é vereador de Laranjeiras do Sul à época, representando o então distrito. Na primeira eleição é eleito prefeito. Seu vice, Leonel Schmitt, elege-se na sequência, (1997-2000); Bovino, volta então ao poder, (2001-2004) e (2009-2012).

mas também das empresas que anunciam nele. Os anunciantes são em sua grande maioria empresas da própria região, que restringem a linha editorial a interesses mais próximos deste público. Na publicação legal, a relação é com o poder público. As prefeituras da região necessitam, por lei, publicar seus atos oficiais em diário oficial. Isso é feito por periódicos regionais, em que se gera uma relação política.

Na época, vários municípios que compõem a microrregião denominada Cantuquiriguaçu, utilizavam-se deste expediente para as publicações oficiais (dentre elas, as prefeituras de Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Virmond, Guaraniaçu, Cantagalo, e em específico, Rio Bonito do Iguaçu). Mesmo por meio de licitações, a manutenção da concessão desse serviço passa por uma textualidade favorável às administrações. Outra prática são as matérias pagas, que articulam notícia com conteúdo publicitário. Aparentemente são como qualquer outra notícia, mas traz em si texto vinculado a uma empresa ou produto que está sendo inserido na região.

Os responsáveis pelo jornal, tanto pela redação quanto pela área administrativa, eram Ademir Fagundes, em Laranjeiras do Sul, e Jair Pereira Gomes, em Guaraniaçu. Posteriormente, Ademir Fagundes e sua esposa Joice Fabrício detêm todo o controle do periódico. Os proprietários mantinham, conservando suas posições ao longo do tempo, estreita relação com grupos políticos regionais.

A NOTÍCIA

Toma proporções os movimentos dos sem terras e as invasões, gerando insegurança civil em todo o país e a nossa

região também se vê envolta a invasão de uma área que é considerada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, como o maior latifúndio do Paraná. Na Fazenda Giacometi, parte localizada no Município de Rio Bonito do Iguaçu (abrangendo 5 municípios e totalizando 83 mil hectares), foi parcialmente invadida por cerca de 3 mil famílias cadastradas pelo MST perfazendo cerca de dez mil pessoas e o caso agora corre na justiça.

Jornal da Cantuquiriguaçu – ano IV n.º. 159 de 25 de Abril a 8 de Maio de 1996.

Para a maioria da população, a construção discursiva midiática corresponde fidedignamente ao que de fato aconteceu. No apresentado percebe-se que a compreensão de que um grande contingente de pessoas estaria imbuído da intenção de fazer uso de um território, leva à interpretação de que haverá momentos de violência. É uma leitura da realidade. Nesse sentido, a “insegurança civil em todo o país”, conforme afirmação contida no jornal, causada pelo MST, reforça um posicionamento esperado de uma parcela da sociedade e do próprio jornal.

Não há enunciação neutra. Abramo (1988) já afirmava que a maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Apresenta a realidade mas também posiciona-se diante dela. Em nome da própria estrutura empresarial que a sustenta, nos proprietários, na equipe de trabalho, linha editorial, bem como dos fatores externos a empresa de comunicação, assinantes, anunciantes, relações com o poder político e econômico local, regional e

nacional. Tais componentes não aparecem no noticiário, mas são condicionantes dele. A realidade apresentada:

É uma realidade *artificial, não-real, irreal*, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada *no lugar* da realidade real. A relação entre a imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real. (ABRAMO, p. 23-24, 1988 – *grifos do autor*)

Mesmo a realidade que se experiencia é uma leitura que se faz pelo filtro das interações humanas: o contexto sociocultural, político, econômico, traduzirá cada fato tendendo para as expectativas e necessidades de cada indivíduo. Visto que o discurso é um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas (CARDOSO apud BRAZ, 2009, p. 6). Assim, não há *media*, mas a constituição de mais um agente nas condições de produção do discurso; com o diferencial de que é um fator que pode ou não agregar outros agentes.

O movimento é pacífico e nenhum problema, por menor que seja, foi registrado pela Polícia Militar de Laranjeiras do Sul. Líderes dos acampados garantem que tudo o que querem, é mostrar ao governo federal e ao estadual, que no Paraná existem sem terras. [...] Líderes garantem que vão esperar os sessenta dias prometidos para

solução e ver as promessas de Fernando Henrique Cardoso e Jaime Lerner serem cumpridas, não estando previstas invasões em áreas próximas. (Jornal Correio da Cantuquiriguaçu, Ano IV, n.º 158, 1996)

Mostra-se que um movimento popular inicialmente é caso de polícia. Há, assim, um grupo de pessoas reunidas, inominadas, partícipes de um movimento, que possivelmente juntas poderão gerar algum tipo de distúrbio social. Os líderes permanecem no anonimato, marcado também pelo uso do discurso indireto que lhes nega a expressão objetiva dentro do texto. Não há lugar para os acampados no texto jornalístico. O discurso indireto é uma releitura do expresso pela pessoa, relegando ao silêncio às demais expressões de grupo.

Documento oficial expedido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, explica que a invasão da Fazenda Giacomet se deu por ser o maior latifúndio existente no Estado do Paraná, formado por 83 mil hectares de área e a mesma está sendo mal utilizada. A terra abrange cinco municípios e a empresa madeireira se dedica basicamente a extração de madeira e que na década de 80, o Instituto de Terras e Cartografia do Paraná constatou que a empresa não possuía nenhuma documentação sobre 2 mil e 400 hectares. [...] Outro fato alertado pelo MST, é de que a família Giacomet encaminhou a justiça pedido de reintegração de 49.881, 97 hectares e que esta é a área que a empresa possui documentação e representam cerca de 60% do total

existente. Esta é a maior invasão já realizada desde 1950 e os sem terras adiantam que não vão sair nem com força policial. (Jornal Correio da Cantuquiriguaçu, Ano, IV, n.º. 159, 1996)

Uma propriedade com dados imprecisos sobre sua real dimensão é questionável. Duas informações se destacam: 2400 hectares indicados no documento do MST sobre estudo do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná que não possuem documentação e o pedido de reintegração de posse de aproximadamente 50 mil hectares e não da totalidade da área. Contraposto a isso, novamente apresenta-se o aspecto da violência e da irregularidade do movimento, em uma ação de *invadir* um espaço que não lhe pertence.

Quanto à área agricultável, documento da Marodim diz que ali se faz a utilização racional e múltipla da propriedade, com áreas modernas de agricultura mecanizada com os maiores índices de produtividade da região.

Ouvindo prefeitos da região e que estão com a fazenda em suas áreas, defendem que a Giacomet Marodim mantém as áreas em utilização, tirando notas fiscais de comercialização e gerando impostos para os municípios. Um dos maiores defensores é o prefeito Zesar Bovino de Rio Bonito que informa “a área invadida não é improdutiva, é uma das fazendas mais bem organizadas do Estado, com cultivo de diversos produtos e parte da área é reservada ao reflorestamento, onde cada árvore derrubada é reposta”. Bovino se manifestou

satisfeito por a invasão ter ocorrida de forma pacífica e que torce para que assim continue. “Não incentivei o movimento nas invasões ao ajudar dando lonas, estamos dando a ajuda que o município pode fazer pensando nas famílias, filhos e na saúde deles”, disse Bovino que vê a situação precária de vida em que estão os sem terra. (Jornal Correio da Cantuquiriguaçu, Ano IV, n.º. 159, 1996).

Neste trecho, dando continuidade à cobertura sobre a ocupação da fazenda Pinhal Ralo, o jornal aborda a questão da empresa, ressaltando que naquele espaço se faz uma agricultura moderna e mecanizada, termos contraposto a imagem de atraso relegada aos manifestantes. É interessante também pensar que em uma região com pequenas propriedades, sem capital para realizar investimentos pesados em tecnologia, nem em maquinários, certamente se destacaria essa propriedade.

A figura do poder público local aparece e em diversos momentos seguintes, em matérias que irão se seguir nos desdobramentos até o início da formação do assentamento, como um mediador. Inicialmente, faz uma defesa incontestada da empresa, nas palavras de Bovino, prefeito do município de Rio Bonito do Iguazu na época, “uma das fazendas mais bem organizadas do Estado”, e vai além, aparentando ter uma ligação muito próxima com a empresa, pois afirma que ali existe “cultivo de diversos produtos e parte da área é reservada ao reflorestamento, onde cada árvore derrubada é reposta”. Por outro lado, aparece fazendo o contraponto

na assistência social às famílias, que estava sensível à situação precária das famílias.

Há uma clara motivação política presente em trazer a figura do prefeito para o centro de uma ação que se dá entre o Movimento Sem Terra e a empresa privada Giacomet-Marodim. Nas reportagens já apresentadas, demonstra-se que os governos federal, de Fernando Henrique Cardoso, e estadual, de Jaime Lerner, ambos de linha neoliberal, não estavam preocupados com a questão.

Assim, as figuras políticas regionais aparecem utilizando-se do fato, para obterem notoriedade à custa do acontecimento. Zesar Bovino também é um grande agropecuarista da região envolvida. Isso torna seu discurso sobre a preocupação com os ocupantes da propriedade bastante contraditório. O jornal também traz o posicionamento do deputado Nereu Moura (PMDB), que detinha o *mando* político da região. Isso faz que veículos de comunicação atrelem-se as suas opiniões e destaquem suas ações, obtendo benefícios e verbas de publicidade e de publicação institucional. Nereu é agropecuarista, com propriedades na região sudoeste do estado; compunha na época a Comissão de Terras, Imigração e Colonização da Assembleia Legislativa. Por esse retrospecto, espera-se a defesa dos interesses do agronegócio, dos médios e grandes proprietários de terras. Na edição n. 159, de maio de 1996, o deputado Nereu Moura (PMDB) é colocado como um possível solucionador da questão apresentada.

Com uma periodicidade quinzenal, o jornal traduziu os fatos de uma maneira

ainda mais fragmentada, deixando de lado fatos e ocorrências corriqueiras de lado. Sobre esse aspecto, Abramo (1988, p.25) ressalta isso como um padrão de manipulação feito pela imprensa. É o padrão da ocultação, “que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa”.

Ora, o mundo real não se divide em fatos jornalísticos e não-jornalísticos, pela primária razão de que as características jornalísticas, quaisquer que elas sejam, não residem no objeto da observação, e sim no sujeito observador e na relação que este estabelece com aquele. O “jornalístico” não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista, ou melhor, o órgão de jornalismo, a imprensa, decide estabelecer com a realidade” (ABRAMO, 1988, p.26).

Outro registro sobre o acampamento só irá aparecer três meses mais tarde, marcado pela tragicidade. A manchete da edição 164, de 25 de junho a 10 de julho de 1996, “Nove crianças já morreram no acampamento”, é impactante. A reportagem traz que “a coordenação do movimento informou que até agora, 11 crianças já morreram e que falta mantimentos, medicamentos e agora vão ter dificuldades com agasalhos devido a chegada do inverno”, contraposto às palavras do secretário de saúde do município que “é do seu conhecimento, a morte de nove crianças até agora por desnutrição e infecção pulmonar, devido às péssimas condições do local, mas que algumas já vieram neste estado”. Há um jogo discursivo que irá questionar quem tem razão sobre a questão. Ainda sob o mote da violência e da

criminalização, avançando-se em 1996, no mês de outubro, a manchete é “Sem-terras desrespeitam a justiça”. A reportagem traz a seguinte redação:

Não cumprindo determinação judicial de se manterem apenas na área ocupada, cerca de 100 famílias dos acampados na Fazenda Pinhal Ralo se rebelaram ao comando do atual grupo formado por 1900 famílias e resolveram acampar em outra parte, cerca de quinze quilômetros da mesma fazenda, gerando novo impasse no processo de assentamento negociado entre Giacomet e Governo, podendo se interromper e até exigir ação de despejo imediata, sem qualquer outro tramite legal (...).

Os invasores abandonaram a área permitida e tomaram área proibida e a ação de despejo deve acontecer automaticamente caso os mesmos não retornem ao acampamento. (Jornal Correio da Cantuquiriguaçu, ano IV, n. 172, 1996)

Quando ocorrem dois assassinatos no acampamento, situação que colocou em xeque a empresa e os agricultores, o governo federal assina o Decreto Presidencial n. 5085/1997, autorizando a desapropriação de parte da fazenda para se realizar o assentamento. Na edição 177, já em janeiro de 1997, dá-se voz apenas ao chefe da segurança, que valida o discurso da empresa ao afirmar que o conflito ocorreu entre caçadores da região e o grupo sem-terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade apresentada é um recorte espaço-temporal, em que os indivíduos fazem o uso da palavra ou do silêncio. A

palavra não é um direito adquirido nos meios de comunicação, é, antes de tudo, concessão de quem produz a textualidade. O silêncio também é assim um aspecto signifiante: ou o indivíduo não se pronunciou, sua fala não era importante, ou não havia interesse em publicá-la. As pessoas dialogam não só com palavras, mas também com silêncios. Quando falamos, sabemos que o silêncio é constitutivo da comunicação e que entre as réplicas, as frases, as palavras e as sílabas há silêncios. O silêncio é uma outra forma de expressão. O silêncio fala. (MELLO, 2008, p. 2590).

A compreensão do discurso jornalístico requer interagir com as diferentes condições de produção e de circulação discursivas, além de perceber qual é a ideologia vigente nessa conjuntura. Desde a época colonial, o modo de pensar e a cultura interiorana foram sempre expressão da ideologia das classes dominantes. (BAUER, 1998, p. 158). Tal aspecto está presente na atuação jornalística realizada, visto que não há questionamento desta estrutura.

Desse levantamento, é possível destacar a opção por um discurso favorável às elites agrárias, à defesa do grande latifúndio, independentemente se ele cumpra, de fato, sua função social, nem se questiona o processo em que ele foi formado. Um discurso, vinculado ao poder político regional, de utilização da comunicação para manutenção das figuras públicas vigentes, que mantém estreita relação entre o Estado e a posse da terra. Nesse mesmo discurso, silencia-se os trabalhadores do campo, deixando para eles o recorte da violência e desordem social. Nas representações mostradas, os próprios sujeitos

são deslegitimados ao contestar a estrutura agrária vigente, sob a égide de um discurso único, que pudesse traduzir a realidade.

REFERÊNCIAS

AYOUB, H. A. **Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo.** Estudos em Jornalismo e Mídia v.IV, n. 1 – 1º semestre de 2007. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1888>> Acesso em: 27 Fev. 2011.

BAUER, G. G. T. **Sobre as Origens da Questão Agrária Brasileira.** Revista de História Regional, Ponta Grossa, 3, set. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path%5B%5D=82&path%5B%5D=52.>> Acesso em: 27 Fev. 2011.

BERGER, C. **A Reestruturação da Política em Tempos Midiáticos.** Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 1, p. 1-11, janeiro/junho 1997. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3298/3944>>. Acesso em 28 Set 2010.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas.** O que falar quer dizer. São Paulo, EdUsp. 2.ed. 2008.

BRAZ, M. R. R. M. da C. **A Difusão da Informação: Comunicação, Linguagem e Discurso.** Revista ComUnigranrio. v. 1, n. 1, 2009. Disponível em <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/comunigranrio/article/viewFile/699/554>> Acesso em: 11 Mar. 2011.

CABECINHAS, R. **Representações sociais, relações intergrupais e cognição social.** 2004. Universidade do Minho – Portugal. Disponível em: <<http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/28/02.htm>> Acesso em: 07 Mar. 2011.

CERICATO, K.A.S. **Os princípios organizativos e a proposta pedagógica do MST:** contradições de sua materialização na Escola Estadual Iraci Salete Strozak. Dissertação de Mestrado. UEL, Londrina, 2008.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Jornal **Correio do Povo do Paraná.** Edições 151-, 1996.

MELLO, R. de. **O silêncio faz sentido.** Artigo 287. In. MAGALHÃES, J. S. de. TRAVAGLIA, L. C. Universidade Federal de Uberlândia. Coletânea de trabalhos apresentados no XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística, realizado em Uberlândia de 22 a 24 de novembro de 2006. Disponível em <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_146.pdf> Acesso em: 28 Fev. 2011.

MORAES, N. A. **Discurso, análise de discurso e memória.** Disponível em: <<http://www.nilsonmoraes.pro.br/nm/NM-1pdf.pdf>> Acesso em: 27 Fev. 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. **Decreto de 16 de janeiro de 1997.** Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural conhecido por “Fazenda Pinhal Ralo/Rio Bonito”. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1997/Dnn5085.htm> Acesso em: 07 Mar. 2011.

OLIVEIRA, V. M. R. de; CAMPISTA, V. do R. **O silêncio: multiplicidade de sentidos.** SINAI - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição v.1, n.02, Outubro. 2007. p.107-120. Disponível em < http://www.indiciarismo.net/revista/CMS/?download=02_08_Vania%20Maria%20

e%20Valesca_artigo.pdf> Acesso em 11 Mar. 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

SANTOS, M. M. **Sentidos e discursos dos jornais nordestinos sobre o MST**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Brasil, v. 4, n. 1, 2007. Disponível em <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/estudos/article/view/5857/5328>>. Acesso em: 28 Fev. 2011.

SERRA, E. **Colonização, uso da terra e conflitos rurais no Paraná**. Universidade Estadual de Maringá/Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível em <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6246_Serra_Elpidio.pdf> Acesso em: 08 Jan. 2010.

SOUZA, S. M. R. de; THOMAZ JÚNIOR, A. **O discurso jornalístico e o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: o fato e a interpretação**. (APÊNDICE – 7) p.109-125. In. Thomaz Júnior, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)** / Antonio Thomaz Júnior. – São Paulo, 2009.

XAVIER, R. **Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?** Psicologia & Sociedade; 14 (2): 18-47; jul./dez.2002 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n2/v14n2a03.pdf>> Acesso em: 12 Mar. 2011

Recebido para publicação em 28 de maio de 2013

Aceito para publicação em 4 de ago. de 2013

TEMA LIVRE

A SEMÂNTICA DAS PREPOSIÇÕES NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

THE SEMANTIC OF PREPOSITIONS IN TRADITIONAL PORTUGUESE GRAMMARS

Ednei de Souza Leal*

Resumo: O que pretendemos neste artigo é mapear as intuições produzidas em gramáticas tradicionais que se aproximam da noção de *primitivos semânticos* postulado na segunda metade do século XX. Juntamente com isso, procuramos desmistificar o discurso corrente de que as chamadas gramáticas tradicionais são meras repetições seculares. Ao contrário do próprio discurso normativista, o qual postula que a preposição não contém significado independente, algumas gramáticas fazem apontamentos bastante originais acerca dessa classe. Nesse sentido, apontaremos uma incongruência dentro do sistema teórico da gramática tradicional, qual seja o de que o discurso normativista contradiz o próprio conteúdo da obra. Ao contrário, em certas obras a descrição da classe das preposições vai até além daquilo que caberia a um compêndio dessa natureza.

Palavras-chave: Gramáticas tradicionais. Semântica lexical. Historiografia linguística.

Abstract: Our aim in this article is to map the insights produced in traditional grammars approaching the notion of *semantic primitives* postulated in the second half of the twentieth century. Along with this, we demystify the current discourse that calls traditional grammars are secular repetitions merely. Unlike the normative discourse itself, which postulates that the preposition contains no independent meaning, some grammar notes are quite unique about this class. Accordingly, we shown out an inconsistency within the theoretical system of traditional grammar, which is the normative discourse that contradicts the own content of the work. Unlike in some works the class description of prepositions goes up beyond what would fit a traditional grammar.

Keywords: Traditional grammars. Lexical semantics. Linguistics historiography.

* Mestrando do programa de pós-graduação da UFPR.. O Autor é bolsista do programa de fomento CAPES/Reuni vinculado a UFPR, sem o qual a confecção deste artigo não seria possível. Email: edsleal79@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Sistematicamente, desde praticamente os estudos comparatistas do século XIX, as chamadas gramáticas normativas ou Gramáticas Tradicionais (GT / GT's daqui em diante ou quando pertinente) são objeto de ataque constante. Essa situação veio a se agravar ainda mais com a ascensão do Estruturalismo no início do século XX. Mais recentemente, no chamado pós-estruturalismo, a situação não se reverteu, embora haja vários estudos dedicados à velha Gramática Tradicional: Moura Neves (1976); Borges Neto (1998, 2002, 2012), Mattos e Silva (1989), dentre outros.

Não queremos neste artigo fazer louvores descabidos à GT; mas por outro lado, acreditamos que sua contribuição ainda é, de certo modo, válida. Isso para além das classificações das quais ainda hoje nos valem, tais como *substantivo*, *verbo*, *preposição* etc., mas ainda por toda sua contribuição milenar, seja mesmo para fins de contraponto às modernas teorias linguísticas que, via de regra, surgiram apenas no século XX – neste particular, a primeira gramática na tradição ocidental surge muito antes, por volta do século II a.C., a *Tékhne Grammatiké* de Dionísio. Ou, seguindo Borges (2012), para quem a gramática é a primeira teoria linguística a qual nos valem fortemente.

Antes de tudo, numa perspectiva historiográfica, devemos ter cautela ao investigarmos obras ou noções muito distantes no tempo, tomando em consideração as possibilidades das quais aqueles teóricos/pensadores tinham em mãos. É por essa razão, principalmente,

que devemos levar em conta certas noções das GT's, menos pela adoção dessas noções já em sua grande maioria superadas, e mais por percebermos de que modo foram construídos por meio delas os diversos modos de pensar a língua até os dias de hoje.

Neste trabalho procuraremos fazer uma associação um tanto perigosa entre a moderna noção de *primitivos semânticos* – que teria surgido pela primeira vez em Katz & Postal (1963), na revista *Language* – e as diversas e díspares descrições presentes nas gramáticas tradicionais. Para tal, tomaremos para esta análise apenas a classe gramatical denominada *preposição*, mais particularmente as preposições *a*, *em* e *para*. O critério da escolha se dá por diversos fatores, um deles é estatístico. Segundo Kleppa (1993), estas três preposições aparecem com maior frequência no português falado no Brasil atualmente (isso segundo dados retirados do *corpus* do projeto NURC). Esse dado nos leva a outra constatação posta em Ilari et al. (2005), de que tais preposições são as mais gramaticalizadas na língua portuguesa:

Se considerarmos a classe das preposições como um todo: algumas preposições, como *a*, *de*, *com*, *em* e *para*, se encontram em um estágio mais avançado de gramaticalização do que outras. Prova disso é que essas preposições mais gramaticalizadas são encontradas em um número substancialmente maior de construções sintáticas do que as outras preposições; apenas elas podem “realizar tarefas” mais tipicamente gramaticais, como introduzir argumentos dos verbos [...] (p. 633/634).

O que procuraremos demonstrar neste trabalho, então, é que a noção – tomada aqui de maneira intuitiva – de *primitivos semânticos* já estava, de alguma forma, posta em certas GT's em língua portuguesa aqui estudadas e que fazem parte de nosso *corpus*. Por outro lado, o que queremos comprovar com isso é que há uma disparidade entre o discurso normativista da GT e o conteúdo que nela perfigura. Mais propriamente, o discurso posto, no nosso caso, é o de que a classe das *preposições* não teria nenhum significado, mas apenas articularia uma espécie de “relação” entre dois termos. Procuraremos, então, provar o contrário. Em várias das GT's aqui estudadas, as quais se tem intuições bastante originais, a classe das preposições apresenta um sentido para além da mera relação que ela promove. Ainda, muitas dessas noções, construídas de maneira intuitiva, se aproximam da moderna noção de *primitivos semânticos*.

2. O CORPUS

Faço agora aqui um brevíssimo apanhado de nosso *corpus*, ou seja, das gramáticas analisadas, e tentarei, na medida do possível, justificar minhas escolhas.

2.1. A GRAMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA DE FERNÃO DE OLIVEIRA.

É tida como a primeira gramática da língua portuguesa, de 1536. Dela nos valem mais pelo registro histórico do que pelas descrições propriamente, embora obviamente ela tenha seu valor, para além do histórico, como confirma a coletânea *Fernão de Oliveira, um gramático na história*, organizado pelo professor Carlos Assumpção.

2.2. MÉTODO GRAMATICAL PARA TODAS AS LÍNGUAS DE AMARO DE ROBOREDO

Escolhemos essa obra por duas razões básicas – na análise, adiante, se verá que dela não se tem nenhuma classificação semântica – a primeira é sua importância histórica. A segunda, dentro de sua longa produção, é o fato de ela ter sido editada em 1661 – cinco anos antes da *Gramática de Port-Royal*, portanto – e de ter já tendências racionalistas bastante claras, conforme o título já prenuncia. Trata-se de uma gramática “comparativa” entre latim e português.

2.3. GRAMÁTICA PORTUGUESA DE MANOEL DIAS DE SOUZA

Editada originalmente em 1804, dentre as obras aqui elencadas, talvez seja a mais obscura. Produzida por um pároco enclausurado. De tendências bastante racionalistas, essa obra aguarda ainda estudos mais pormenorizados.

2.4. GRAMÁTICA FILOSÓFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA DE JERÔNIMO SOARES BARBOSA

Editada postumamente em 1822, possivelmente produzida entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira do século XIX, é a mais bem acabada obra do chamado *período racionalista* das gramáticas em língua portuguesa, dada sua inventividade e originalidade na descrição dos fatos linguísticos. Clássico exemplo de uma gramática “racional” no sentido estrito do termo, isso porque de tradicional ela só mantém as classificações e nada mais.

2.5. GÊNIO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE FRANCISCO EVARISTO LEONI

Embora o título e o subtítulo – *causas racionais* – denunciem uma orientação racionalista, é inegável nesta obra a influência dos métodos comparatistas alemães, já em 1849, ano de sua edição. Algo que indica isso é o fato de essa obra tratar apenas das classes de palavras e, eventualmente, do estudo da ortografia, da prosódia e do som. Trata-se de uma obra bastante extensa, com dois tomos, cada um dos quais com cerca de 350 páginas, ao tratamento de cada uma das classes de palavras (parte do tomo II) é debatido a exaustão.

2.6. GRAMÁTICA EXPOSITIVA DE CARLOS EDUARDO PEREIRA

Editada originalmente em 1902 – tomamos aqui a 60ª Edição, de 1943 – dada sua qualidade, foi uma das obras gramaticais mais editadas e reeditadas no Brasil, até o final dos anos de 1950, com o surgimento da Norma Gramatical Brasileira.

3. MÉTODOS EMPREGADOS

Com base nos estudos da Filosofia da Linguística corrente: Borges Neto (2002) e Katz (1985), principalmente; também com base na Historiografia Linguística, de Koerner (1979, 1989, 1991) e Swiggers (2002), calcamos a parte histórica e epistemológica de investigação deste trabalho.

As investigações de ordem semântica foram inicialmente baseadas inteiramente na chamada *Semântica Gerativa*, de nomes já citados ou que serão citados ao longo

do texto. No entanto, para uma descrição mais acertada do português, com vistas ao português brasileiro, as contribuições foram retiradas principalmente dos estudos de Franchi (1991/2002), Ilari et al. (2005), Kleppa (1993) e Castilho (2005).

Ademais, o trabalho é de cunho qualitativo, de apreciação e análise das gramáticas aqui focalizadas.

4. PORQUEA “INTUIÇÃO” COMO PARÂMETRO DE PESQUISA HISTORIOGRÁFICA E FILOSÓFICA

Neste artigo, fizemos o levantamento bibliográfico de seis gramáticas tradicionais, em seus capítulos concernentes à Preposição. Isso feito, constatamos que, diferentemente do próprio discurso normativista tradicional, para o qual as preposições não têm significado próprio, em algumas dessas gramáticas, ao contrário, o critério de classificação é justamente o semântico.

Em se tratando de gramáticas prescritivas, assumimos que os critérios de classificação nelas usados são obviamente de natureza intuitiva. Ora, segundo Popper, a moderna ciência se caracteriza por ser mais dedutiva do que indutiva; ou seja, parte de uma premissa e dela toma dados e os experimenta para confirmar essas premissas. Aqui, podemos exemplificar o paradigma estruturalista como mais intuitivo; e algumas correntes pós-estruturalistas que tomam seus dados intuitivamente como mais dedutivista. E não somente com a linguística, mas com outros diversos ramos da ciência, os dados são a priori tomados intuitivamente,

quando não, alguns axiomas devem ser tomados de maneira intuitiva. De qualquer forma, diferentemente do que pretendia radical e ingenuamente o positivismo, a ciência nunca se livrará da metafísica, ou seja, sempre partirá, no limite, da pura fé:

[...] não existe um método lógico de conceber ideias novas ou de reconstruir logicamente esse processo [...] toda a descoberta encerra um “elemento irracional” ou “uma intuição criadora” [...] e modo similar, Einstein fala da “busca daquelas leis universais [...] com base nas quais é possível obter, por dedução pura, uma imagem do universo. Não há caminho lógico”, diz ele, “que leva a essas [...] leis. Elas só poderiam ser alcançadas por intuição, alicerçada em algo assim como amor intelectual (*Einführung*) [...]”. (*A Lógica da Pesquisa Científica*, p. 32 – grifos nossos. No original, Popper retira o citado trecho de Einstein de *Mein Weltbild*, 1934)

Pode-se dizer, então, que boa parte do trabalho científico é calcado na intuição. Por outro lado, também não queremos afirmar que todo conhecimento obtido dos métodos científicos sejam intuitivos. Muito pelo contrário, o objetivo dos métodos científicos é o de “limpar” determinadas intuições ligeiramente observadas; à intuição, no entanto, é reservada boa parte do trabalho científico. Dentro dos estudos da linguagem, por outro lado, nas GT's o tipo de obtenção de conhecimento, resguardada suas devidas proporções, é parecido com aqueles próprios dos métodos científicos. Não queremos dizer com isso que as gramáticas

aqui investigadas apresentam em seu conteúdo noções autenticamente científicas¹.

Por outro lado, a moderna linguística, corrente de estudos que há mais de cem anos tenta firmar-se como modelo científica, vale-se desse preceito popperiano². Veja-se, por exemplo, os modelos encetados pela chamada Gramática Gerativa Transformacional. Os dados de análise tomados para fins experimentais partem, em sua maioria, da pura intuição dos falantes. Assim, o critério de boa ou má formação de uma dada sentença se faz intuitivamente pelo pesquisador linguista, mesmo assim, o paradigma gerativista não deixa de ser válido. Pelo contrário, a Gramática Gerativa é uma das mais representativas e respeitadas correntes teóricas da linguística pós-estruturalista da segunda metade do século XX e que perdura nesse início de século.

Dentro desse paradigma, até então exclusivamente sintático, surge, em meados dos anos 1960 uma Semântica de base gerativista. Principalmente representada pelas figuras de Jackendoff, Katz, Postal, Pustejovski, dentre outros, essa corrente empresta noções da Sintaxe Gerativa para apresentar seus argumentos a favor de uma Semântica universal. Ora, da mesma forma que Chomsky colhe seus dados da pura intuição dos falantes, com base em sua crença no inatismo da linguagem; também Jackendoff vai dizer que a construção do

¹ Sobre a pretensa científicidade da linguística novecentista, ver *A Revolução tecnológica da Gramatização*, de Sylvian Auroux 1992.

² Ressalve-se aí que o chamado Estruturalismo, especialmente o de base europeia, era fortemente influenciado pelos dados coletados, de base *indutivista*, portanto.

sentido das sentenças parte de “primitivos”, os quais são também inatos. Da mesma forma dedutiva, Jackendoff vai postular traços primitivos semânticos que estariam presentes na mente/cérebro dos falantes:

Corresponding to the indefinitely large variety of syntactic structures, then, there must be an indefinitely large variety of concepts that can be invoked in the production and comprehension of sentences. It follows that the repertoire of I-concepts expressed by sentences cannot be mentally encoded as a list, but must be characterized in terms of a finite set of mental primitives and a finite set of principles of mental combination that collectively describe the set of possible I-concepts expressed by sentences.³ (*Semantics Structures*, p. 7-8)

O mesmo Jackendoff vai também defender que os falantes vão distinguir intuitivamente os vários usos de uma mesma palavra – por exemplo as preposições – de forma intuitiva. E é neste sentido que procuraremos demonstrar pelas nossas observações e análise que o critério intuitivo (ver ILARI et al. 2005: 633, nota 12) de classificação dos *primitivos semânticos* postulado por Katz & Postal e Jackendoff, já estava presente, de

³ “Se se corresponde a uma variedade infinita de estruturas sintáticas deve haver, então, uma variedade infinita de conceitos que podem ser invocados na produção e compreensão das sentenças. Disso resulta que o repertório de n-conceitos expressos verbalmente não pode ser mentalmente codificado como uma lista, mas deve ser caracterizado em termos de um conjunto finito de princípios da mente (ou *primitivos mentais*) e um conjunto finito de princípios mentais combinados que descrevem coletivamente o conjunto de possíveis de n-conceitos expressos pelas sentenças.”

certo modo, e resguardando as devidas épocas e limitações, em algumas das gramáticas tradicionais aqui analisadas.

De outro modo, podemos ainda seguir Borges (2012), para quem as noções “importantes” das GT’s para a moderna linguística são, na verdade, uma convenção simplificadora. Para Borges, então, quando linguistas usam noções como *advérbio*, *preposição* ou *desinência*, eles “[...] estão, na verdade, usando a noção tradicional como um meio prático e operacional de isolar um conjunto de fenômenos linguísticos, sobre o qual recairá sua proposta de teorização. A classe tradicional é apenas *protocolar*: é um meio de circunscrever, de forma neutra, um conjunto de fenômenos.” (p. 96). Protocolar, diríamos, são noções que há muito estão estabelecidas – por exemplo, desde as mais remotas gramáticas – e que auxiliam os mais modernos a obterem resultados para além dos velhos postulados. É nesse sentido também que procuraremos aqui associar as classificações tradicionais – e intuitivamente semânticas – de preposições com a moderna noção de *primitivos semântica*.

5. DAS PREPOSIÇÕES: DO QUE SE SABE E DO QUE SE ESPECULA

A palavra preposição vem do latim *prepositionem* e significava “posicionar-se à frente”, seu significado justamente marca sua função ainda hoje. Etimologicamente, as três preposições aqui focalizadas têm a seguinte derivação latina: **a < ad; para (< pera) < per ad e em (< en) < in.**

À medida que o latim ia perdendo seus casos, ou seja, quando o material fonético que marcava a atribuição de caso ia se

modificando e, assim, não mais deixando claras suas marcações semânticas, ganhava preposições para substituir esses casos. Assim também surgem as preposições nas línguas neolatinas.

Hoje sabemos que as preposições não só articulam dois “termos” para que esses tenham significado, mas que ela própria possui significado. É claramente diferente o significado da sentença “Estou disponível *para* Luíza” de “Estou disponível *com* Luíza”; ou seja, ambas as sentenças têm exatamente a mesma estrutura sintática, a mesma disposição de palavras, inclusive as mesmas palavras, exceto a preposição que justamente muda completamente o sentido de toda a sentença.

6. UMA CLASSIFICAÇÃO SEMÂNTICA DAS PREPOSIÇÕES

Um dos problemas básicos da Semântica é o de relacionar língua e mundo, algo que se torna ainda mais difícil no caso das preposições que, por assim dizer, é uma classe de palavras que funciona apenas dentro do sistema gramatical, não tendo assim uma relação mais direta com o mundo. Isso se relaciona, de certo modo, àquilo que Jackendoff chamou de “problema de correspondência”, ou seja, correspondência entre a parte formal da semântica e as relações sintáticas; parece que é esse problema que nos interessa aqui, pois que não se pode desvincular a estrutura sintática e a significação das preposições.

Por outro lado, no entanto, Franchi (1989) acredita que, embora interdependentes, as relações gramaticais,

entre sintaxe e semântica, por exemplo, não precisam ser necessariamente vinculadas. Para Franchi e Ilari et al. (2005), as relações sintaxe/semântica podem de fato acontecer de modos completamente separados um do outro. E é nesse sentido que conduziremos nosso trabalho, ainda que nos pareça válida a noção de *primitivos semânticos*.

6.1 A VERTENTE GERATIVISTA DA SEMÂNTICA

Tão logo surge como modelo científico, que ficou posteriormente conhecido como *modelo padrão*, com a obra *Semantic Structures*, de Noam Chomsky, o gerativismo enfrenta duras críticas com relação à sua interpretação do sentido das línguas naturais. Posto neste modelo padrão de 1957 a sintaxe como central à língua, ou seja, estaria a contraparte sintática situada numa região abstrata a que foi chamada de *estrutura profunda*, este modelo relegaria a contraparte semântica a interpretações lógicas puramente, e ainda em seu processo final, o *out-put*. Dessa forma, e por herança do Estruturalismo norte-americano, Chomsky relega a semântica a um campo de estudos de competência de outros ramos científicos, talvez a psicologia, e não à linguística.

Já em 1963, Katz & Postal, partidários do gerativismo, publicam um artigo numa revista especializada (*Language*) contestando fortemente essa visão chomskyana da semântica. Ao contrário, esses pesquisadores propuseram que o que gera significado na língua estaria justamente nessa entidade abstrata chamada de *estrutura profunda*. O próprio Chomsky viu-se obrigado a reformular

sua teoria, e em 1965 lança a obra *Aspects of the Theory of Syntax*, obra que inaugura o chamado *modelo padrão estendido*. Nessa obra, ao contrário da primeira, ele assume alguns preceitos semânticos de seus colegas e se vê obrigado a incluir a semântica em seu modelo.

Katz, Jackendoff e outros, no entanto, persistem na ideia da centralidade semântica e, dados os embates metafísicos profundos, faz que esses dois grupos rompam relações definitivamente:

Aqueles que se denominam semanticistas gerativos acreditam que o componente gerativo de uma teoria linguística não é a sintaxe... mas a semântica, que a gramática principia com a descrição do significado de uma sentença e gera, em seguida, as estruturas sintáticas por meio da introdução de regras sintáticas e regras lexicais. A sintaxe torna-se, então, uma coleção de regras para expressar significado. (BORGES Neto 1991, p.: 186, grifo meu).

Rompimentos à parte, a noção de *primitivos semânticos*, surgida pela primeira vez no referido artigo de Katz e Postal (1963) (*The Structure of a Semantic Theory*) – e melhor desenvolvido no modelo de Jackendoff (1972) – diz que os sentidos não são construídos como uma coleção de acepções, tais como postas num dicionário, mas como um feixe de traços com valores positivos ou negativos numa espécie de graduante, conforme as lexis sinônimas se aproximam. Por exemplo, entre os sinônimos *homem* e *menino* um dos traços que possivelmente os diferencia é o traço [+ adulto] daquele. Conforme já dito

anteriormente, nos valeremos dessa noção para tentar mostrar que ela já estava, de alguma forma, posta em certas GT's. Ressalvando-se, obviamente, que esses mesmos traços serão atribuídos de maneira bastante diferente para as preposições que, segundo a tradição estruturalista, é uma classe de palavras ditas *funcionais*. Modernamente sabemos que, embora tenham um dado significado, essa classe de palavra não pode jamais receber o mesmo tratamento que, digamos, um substantivo. A seguir, tentaremos estabelecer um padrão de *primitivos semânticos* para as três preposições aqui estudadas, dentro da tradição linguística brasileira.

6.2. A VERTENTE MULTISSISTÊMICA / COGNITIVA DA SEMÂNTICA

Para termos uma visão mais acertada das preposições em Língua Portuguesa, nos valem das noções de Ilari et al. (2005), Cançado (2000), Kleppa (2003) e Castilho (2001) e (2009), principalmente. Isso porque esses linguistas também se valem dos traços de *primitivos semânticos* para tentar uma classificação das preposições vigentes no português brasileiro. Em seguida exporemos uma dada classificação ponderada e pertinente desses linguistas.

6.2.1. CASTILHO / ILARI

Para Castilho (2000 e 2009), as preposições são “nexos de significado” e sua função prototípica é a de “posicionar no espaço os referentes por ela articulados, os quais tradicionalmente serviam de figura e fundo”, ou o que os gramáticos irão chamar de antecedente e conseqüente.

O mesmo Castilho ainda diz que tal relação é “assimétrica”, pois não pode ser proporcionalmente invertida; segundo o exemplo do autor, podemos dizer “o livro em cima da mesa”, mas jamais “a mesa em baixo do livro”.

O mesmo Castilho, em consonância com Ilari et al., faz a seguinte proposta de classificação para a preposição portuguesa:

Preposição do eixo horizontal, dividida em: *horizontal de origem* e *horizontal de meta*, por exemplo, as preposições **a** e **para**;

Preposição do eixo vertical, dividida em: *superior* e *inferior*;

Preposição do eixo transversal, dividida em: *anterior* e *posterior*, por exemplo, a preposição **em**;

Preposição do eixo Contínente ~ Conteúdo, dividida em: *dentro*, por exemplo, a preposição **em**; e *fora*.

Preposição do eixo Proximidade ~ Distância, dividida naturalmente em: *proximal* e *distal*.

Conforme pudemos perceber, a preposição *em* prefigura em duas classificações distintas: as do eixo transversal posterior, e as do eixo contínente/conteúdo dentro. As preposições *a* e *para* prefiguram nesta classificação no eixo horizontal de meta; naturalmente, pois seus significados são bem próximos, tanto que, segundo diversos estudos, *a* está paulatinamente sendo substituído no PB por *para*.

6.2.2. BERG / CANÇADO

Para Berg (2006), em consonância com Cançado (2000) e (2003), baseadas na *Teoria de Papéis Temáticos*, a preposição em PB apresentaria a seguinte classificação semântica:

Desencadeador;

Afetado – Neste, são apenas os complementos de verbos bitransitivos, o exemplo que dá é: “*Pedro casou-se com a viúva*”, vai dizer que no sintagma (SP/PP) “*com a viúva*” dirá que há mudança de estado da *viúva*, e é por essa razão que diz-se que o estado daquele que é acarretado pela preposição é o ente “afetado”;

Controle – que é compatível, a princípio, com todas as propriedades de todas as preposições; e

Estativo – que divide-se em doze subclasses: (ver: Moreira (2000), Silva (2002)):

Estativo-Objeto – “*entidade a qual se faz algum tipo de referência*”;

Estativo-locativo – “*o lugar em que se encontra o objeto referido*”;

Estado-origem – “*a origem, ou a fonte, ou a procedência de alguma coisa*”. Podem incorporar:

Origem-locativo; *Origem-temporal*; *Origem-objeto referencial*;

Estado-via – “*expressam a via (o ambiente) por onde se desencadeia o processo*”;

Estativo-alvo – “*expressam o termo final de uma ação ou processo*”. Divide-se em:

Alvo-locativo; *Alvo-temporal*; *Alvo-objeto referencial*;

Estativo-modo – “*expressam o modo de ser, estar ou atuar de algo ou alguém*”;

Estativo-tempo – “*tempo em que ocorre algo*”;

Estativo-valor – “*valor numérico que se atribui a alguma coisa ou àquilo que se pode quantificar*”;

Estativo-instrumento: “*ser instrumento para desencadear o processo*”;

Estativo-material – “*substância (material) usada no processo*”;

Estado-beneficiário – “*entidade favorecida ou desfavorecida de um evento*”;

Estativo-companhia – “*ser a companhia de algo ou alguém*”;

Estativo-condição – “*ser a condição para que algo ocorra*”;

Estativo-exclusão – “*ser a exclusão de algo*”;

Estativo-finalidade – “*expressa o propósito do processo*”.

Nesta classificação, as preposições **para** e **a** também têm os mesmos significados, quais sejam: *estativo-alvo* (Ele andou de casa a escola / João jogou a bola para Maria) e *estativo-locativo* (Fernando falou ao povo / Fernando falou para o povo). A preposição **em** aparece em: *estativo-objeto* (Roberto confia em sua namorada); *estativo-alvo* (A casa situa-se na esquina da praia); *estativo-modo* (O orientador numerou os capítulos em ordem alfabética); *estativo-via* (Eu viajei no ônibus da escola); e *estativo-valor* (As despesas orçaram em muitos reais).

Ainda segundo Kleppa (2003) e igualmente constatado em Ilari et al. (2005), estatisticamente as preposições mais usadas no PB atual são, na ordem: *de*, *em*, *para* e *a*. Novamente, esse foi um dos critérios para a escolha de tais preposições neste trabalho. Tal estatística redundante em dizer que, possivelmente, essas preposições são as mais usadas por serem as mais gramaticalizadas ao longo da história da língua portuguesa. Obviamente tal questão, embora altamente pertinente, não cabe neste trabalho.

Assim como também é pertinente a questão dos significados inerentes às preposições “irmãs” *a* e *para* ao longo do tempo na língua portuguesa, constatadas nas mesmas gramáticas. Mas, da mesma maneira, também não caberia a esta breve discussão.

7. DESCRIÇÃO, APRECIÇÃO E ANÁLISE DAS PREPOSIÇÕES NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

A descrição que se segue, conforme já dito, usará o critério cronológico: primeiro serão expostas as descrições das gramáticas mais antigas.

7.1. A GRAMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA – FERNÃO DE OLIVEIRA, 1536.

Esta obra difere bastante do que hoje chamamos de gramática. Trata-se mais de um compêndio em forma de crônica do que propriamente um manual topicalizado em assuntos pertinentes.

Na verdade não há uma classe exclusiva das preposições, antes, Fernão de Oliveira vai chamá-los de “artigos prepositivos” ou artigos que marcam caso; em oposição aos *artigos nominativos*, que são aqueles que fazem flexão de gênero e número: “A diferença que têm os casos dos artigos é que, no primeiro caso, a que os Latinos chamam *nominativo*, nós lhe podemos chamar *prepositivo* [...] (p. 109)”.

Novamente, esses artigos prepositivos vão marcar os casos: genitivo, possessivo e dativo. Separa, no entanto, como artigos nominais as contrações, *ao* e *para o* e seus plurais. Ademais, segue o registro das seguintes preposições sem mais discussões acerca de sua etimologia, sintaxe ou

significado: *em* – e sua contração *no*; *de* – e sua contração *do*; *pelo*, *c'o* e *para*. Chamo atenção especial para o fato de o gramático não descrever a preposição *pera*, mas apenas a forma mais nova *para*.

7.2. MÉTODO GRAMATICAL PARA TODAS AS LÍNGUAS – AMARO DE ROBOREDO, 1661

O assunto concernente à preposição situa-se na página 42 dessa edição, correspondente ao capítulo II, e ocupa pouco mais de duas páginas.

Embora não haja uma classificação propriamente semântica nesta obra, insistimos em descrevê-la por conta de algumas eventuais intuições que julgamos pertinentes apontar aqui. A primeira delas é de cunho etimológico. Após Duarte Nunes de Leão, muito provavelmente é o primeiro apontamento consistente que se faz sobre preposições numa obra gramatical portuguesa. Diz Roboredo que todas as preposições portuguesas são herdadas do Latim, e que essas mesmas ou “regem” **acusativo**: *para*, *junto*, *até*, *com*, *em*, *por*, *contra*, *aquém*, *ao redor*, *fora*, *per*, *pera*, *detrás*, *abaixo de*, *segundo*, *sobre*, *em cima*, *sem*, *afora*, *dentro*, *além de*, *ante*, *diante*, *entre*.; ou regem **ablativo**: *de*, *desde*, *com*, *diante*, *em*, *em presença*, *por*, *ante*, *sem*, *até*. Há ainda, para o autor pré-racionalista, uma terceira via, em que algumas preposições poderiam reger os dois ao mesmo tempo, **acusativo** e **ablativo**: às *escondidas*, *para* (2), *contra* (3), *pera* (2), *em* (2), *debaixo*, *sobre*, *em cima* (*encima*). Marcamos com um número entre parêntesis as ocorrências repetidas.

Duas observações ainda se fazem pertinentes: uma delas é que o autor não distinga “preposição” de “locução prepositiva”.

Ainda, a segunda e mais importante, é o fato de que, embora Roboredo não faça distinção semântica, é o único aqui que faz distinção entre a preposição **para**, que seria acusativo ou acusativo e ablativo; e **pera**, que além dessas funções, pode também reger *dativo*.

7.3. GRAMÁTICA PORTUGUESA – MANOEL DIAS DE SOUZA, 1804

Nesta gramática, o assunto relativo à preposição ocupa nove páginas (129 a 138) do capítulo VIII, dedicado às palavras inflexionáveis. Tal obra parece guiar-se segundo os preceitos das gramáticas filosóficas. De qualquer forma, resguarda ideias bastante originais, por exemplo, para além de repetir o discurso de que as preposições “servem para designar relações que algumas partes do discurso têm uma com a outra” ou ainda “tem a preposição uma significação vaga e não fazem sentido completo, senão por meio de um complemento, que se lhes ajunta e lhes fixa o sentido”.

Por outro lado, como já o dissemos, muitas dessas gramáticas originais contradizem o próprio discurso a que são tributárias, sendo assim, vai escrever Souza logo no parágrafo seguinte: “Contudo, a **significação** das preposições é independente de outra qualquer palavra antecedente ou conseqüente [...]”, nesse particular trata o gramático da preposição *de*, que, segundo sua concepção, tem um sentido independente. Mais adiante vai fazer uma classificação segundo critérios semânticos: “Aquelas que como Adjetivos exprimem relações de qualidade das coisas chamam-se *enunciativas*; aquelas que como

os Verbos exprimem relações de ação de quem obra, chamam-se Preposições de ação.” Ainda, vai fazer uma classificação segundo as funções – novamente semântica. Das *enunciativas*, divide-as em: **preposições relativas à situação** (*sobre, debaixo, diante, detrás, em* – notamos que esta não está em sua primeira relação, reproduzida acima – *fora, perto, longe, defronte, contra, além, aquém, até, ante, depois* e entre); **preposições relativas ao lugar** (*em, para, de, por, desde* e *junto*); **preposições relativas ao tempo** (*desde, depois, durante*); **preposições relativas à união** (*com, sem, exceto, fora*); e **preposições relativas à propriedade, dependência e origem** (*de* e *a*). Das *circunstanciais* ou que ele chama também de *preposições relativas às ações*, diz que são em número bastante reduzido, isso porque “[...] as ações têm muito menos faces que os objetos físicos, e são menos suscetíveis a variações opostas, de sorte que cada uma destas faces dá um número mais pequeno de preposições”, dessa forma, elas são subdivididas em cinco, a saber: **relação de origem** (*por* e *de*); **relação de motivo** (*visto, salvo* e *por*); **relação do objeto** (*a, para, para com, tocante, a respeito, acerca* – ou na grafia original: *a’cerca* e *após*); **relação do meio** (*com, por, mediante, apesar* – ou na grafia original: *a pesar* e *não obstante*) e **relação de modelo e regra** (*segundo, conforme* e *contra*).

Ainda, há uma classe que ele não havia privilegiado, são elas as chamadas *preposições iniciais*. Estas aparecem em outras obras gramaticais, geralmente com o nome de *posposição*, modernamente chamam-nas de *prefixos*. São algumas delas: *a* em *acastelar*; *des* em *desarmar, desfazer* etc.

7.4. GRAMÁTICA FILOSÓFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA – JERÔNIMO SOARES BARBOZA - 1822

O gramático dedica pouco mais de 26 páginas de sua obra às preposições (310 a 337). E assim como em quase todas as outras gramáticas aqui analisadas, diz ele que a preposição é uma classe *conjuntiva* e que indica relações entre dois termos.

Curiosamente vai dizer que assim como a preposição, os verbos também ligam elementos discursivos, no entanto, não são termos propriamente, mas os juízos de uma proposição numa relação de *identidade* entre eles – assim, conforme a orientação racionalista, o verbo por excelência era o cópula. Além disso, para o gramático, há outras diferenças essenciais, por exemplo, o fato de um verbo exprimir tempo e, ainda, ser uma palavra declinável.

Por meio da pura lógica aristotélica clássica, vai mesmo atribuir dois valores a uma mesma preposição, fazendo aqui uma espécie de Teoria Temática bastante rudimentar:

Daqui duas espécies de complementos, uns *Determinativos*, e outros *Terminativos*. Quando digo: *O livro de Pedro*, a preposição com o nome *Pedro* é um complemento determinativo; porque determina e restringe a significação geral e vaga da palavra *livro*. Porém se digo: *O filho de Pedro*; o mesmo complemento é já terminativo; porque serve de termo à significação relativa da palavra *filho*. (p. 312).

Muito embora não escape à classificação tradicional ordinária: “[...] por si só não significa ideia alguma” (p. 313).

Mais adiante divide a seção em dois artigos. O primeiro vai estabelecer quais são as preposições de fato, e quais não o são. Faz isso sob um critério até bem ortodoxo: são preposições aquelas que tomam a posição de tal (critério sintático) nos clássicos portugueses.

Em seguida, vai dizer que uma preposição pode assumir mais de um “significado”. Na verdade, que uma mesma preposição pode vir a desempenhar relações diferentes. Assim: no lugar de *a* pode-se substituir por *para*; no lugar de *em*, pode-se substituir por *a*. Nesse particular, vai dizer que, em dada medida, a preposição tem uso arbitrário. Atribui este fenômeno, pelo fato de às vezes o “juízo” exprimir às vezes ideias abstratas, às vezes exprimir ideias concretas. Depois, segue uma longa classificação sintática, em que, no final, há um breve debate sobre os diversos significados / funções da preposição *a*.

No segundo artigo, Soares Barboza define as preposições segundo uma espécie de classificação flagrantemente semântica, dividindo-as em “primeira classe: preposições de estado e existência”, por exemplo, a preposição *em*, e de “segunda classe: preposições de ação e movimento”; *a* e *para* estão nessa classe, “pertencentes ao lugar *para onde*”. Dessa forma, o gramático português faz sua classificação semântica.

Uma distinção bastante interessante que faz dentre estas duas preposições é o fato de indicarem “movimentos” diferentes: “A primeira acepção da preposição *a* é de significar um lugar, aonde se dirige imediatamente qualquer movimento sem tensão de parar no mesmo lugar: *Vou a Lisboa* e não *para Lisboa* [...]” (p.: 331-332).

Limitamo-nos aos espaços deste artigo e fazemos, dessa forma, uma análise bastante abreviada desta gramática que, sem dúvida merece maiores análises, e que de fato as tem.

7.5. GÊNIO DA LÍNGUA PORTUGUESA – FRANCISCO LEONI, 1854

De todas as gramáticas aqui analisadas, esta é a que mais se dedica às preposições. Na verdade, os dois tomos da gramática dedicam-se quase que exclusivamente aos estudos das palavras. Ou seja, nessa gramática não há sintaxe. Contrário também a todas as obras aqui analisadas, Leoni diz que a preposição é uma das mais importantes classes de palavras:

São as preposições de que em português nos servimos essencialmente latinas em sua origem e forma. Não é isto, porém, o que nelas consideramos de mais notável. As propriedades que lhe são inerentes e que produzindo pasmosa variedade nas relações dos nomes e maravilhoso cambiante na acepção dos verbos assinalam principalmente o gênio da língua, constituem, por certo, o grande característico que a distingue [...]. (p. 5)

Contrário a Amaro de Roboredo e a maioria dos gramáticos, Leoni não concorda com a correspondência entre as preposições portuguesas e os Casos de Acusativo e Ablativo do latim.

Por fim, paralela, as preposições “indicam ideias”. Leoni dedica-se extensamente a cada uma das tradicionais preposições da língua, no entanto, investigaremos aqui apenas aquelas que são nosso objeto: *a*, *em* e *para*.

A PREPOSIÇÃO **A / AD**

Diz ele: “Significa movimento”, “[...] movimento dirigido a um termo, como o da seta arremessada ao alvo.” (p. 7).

“A ideia de movimento dirigido a um termo indica naturalmente a de direção e esta a de lugar para onde.”

“Da ideia de direção se depreende também a de *referência, tocante, relativo, acerca, quanto*. A mesma ideia de direção traz a de: *destinação, para, afim*, bem como a de posição frontal [...]”

Faz toda essa ginástica para dizer, no final, que esta preposição se filia (apenas) com alguns verbos de movimento com significação estrita de “lançar”, de “dirigir a algo ou alguém”. (p. 7)

E insistindo na ideia de projetar-se a, ou ideia de “movimento dirigido a um termo”, identifica o mesmo *a* como prefixo de adjetivos, tais como: *afidalgado, amouriscado, afrancesado*. E seguindo o mesmo raciocínio, ou seja, tomando o *a* como prefixo, toma como exemplo o verbo *acorrer* (recorrer a) do latim *accurrere*.

A PREPOSIÇÃO **EM**

Para o autor, equivale à ideia de movimento de fora para dentro, desde o latim também significa “tendência a um ponto anterior”. Parece, então, que o **em** gramaticalizou-se bastante. A seguir, mostramos os outros sentidos desta preposição admitidos por Leoni. Direção a um ponto; lugar para onde; destinação, para, afim; referência, tocante, relativo a; contrariedade, oposição; situação anterior,

dentro; lugar onde; atualidade, estado permanente; tempo e ocasião em que alguma coisa se faz; modo porque alguma coisa se faz; força e intensidade; negação.

A PREPOSIÇÃO **PARA / PERA**

Para Leoni, essa preposição é uma corruptela da locução latina *per ad*, e que no português da Idade Média tinha o sentido próximo ao de *ad*, ou seja, a correspondente **a** do português novecentista. Para ele, esta preposição pode significar: tendência; disposição e propensão; direção; lugar para onde; referência, relativo a, acerca, quanto; destinação, fim; conveniente, oportuno.

Como explicar que Leoni encontre tantos significados para a preposição? O que ele faz, na verdade, é literalmente, descrever uma lista de palavras com as quais se tem a possibilidade de combinar tal preposição. Mesmo assim, seu esforço não deixa de ser válido, no sentido de que muitos desses “primitivos” foram, posteriormente, atestados por teorias modernas.

7.6. GRAMÁTICA EXPOSITIVA – CARLOS EDUARDO PEREIRA, EDIÇÃO DE 1918

Nesta gramática – única representante brasileira desta seleção – é dedicada pouco menos de uma página (163 e 164) para a descrição das preposições. Apesar disso, é uma gramática que traz consigo intuições bastante pertinentes, e mesmo para época algumas dessas intuições são bastante originais. A começar pela afirmação:

As preposições, quanto ao *sentido*, classificam-se como os advérbios, conforme as circunstâncias ou as

relações que indicam. As primeiras relações indicadas pelas preposições são: – *tempo, lugar, causa, modo, meio, fim*. Elas se diferenciam, porém, dos advérbios, em serem *conectivos*, ao passo que o advérbio é, como o adjetivo, uma palavra apenas *modificadora*. (p. 163)

Embora haja esta divisão, classificada por critérios semânticos, o autor não separa quais são de *tempo, lugar, causa, modo, meio e fim*. No entanto, com algum esforço mental, podemos nós mesmos, leitores, fazer esta divisão natural.

8. CONFRONTANDO TEORIAS SUPOSTAMENTE DIFERENTES

Em seguida, vamos apontar algumas semelhanças entre as noções presentes nas GT's aqui estudadas e as noções de *primitivos semânticos*. Mais propriamente de três dentre as seis gramáticas aqui observadas, as quais nos pareceram mais relevantes, e das quais as noções de *preposição* mais se assemelham às modernas noções aqui apresentadas.

Na *Gramática Portuguesa* de Manoel Dias de Souza, de 1804, a preposição **a** é descrita como aquela que conduz a “ação relativa a objeto”, noção que se assemelharia a de Berg/Cançado de “estativo-objeto”. Para este autor, a preposição **para** indica “lugar”, o que estaria de acordo com a classificação de Castilho/Ilari de: “Preposição do eixo horizontal: de origem ou de meta”.

Para Jerônimo Soares Barbosa em sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* de 1822, as noções contidas nas preposições **a** e **para** – “movimento” – é muito semelhante à de Castilho/Ilari: “Preposição do eixo

Proximidade~Distância”. Para o mesmo gramático, a descrição da preposição **em**, que denota “estado e existência”, se assemelha à noção de Berg/Cançado de “estativo-objeto” e “estativo-modo”.

No *Gênio da Língua Portuguesa*, de Francisco Leoni, a intuição descrita para a preposição **a** é semelhante à mesma preposição descrita por Castilho/Ilari: “Preposição do eixo horizontal: de origem ou de meta, e respectivamente de Preposição do eixo Proximidade ~ Distância”. Para o gramático português, a preposição **em** teria a noção de “direção a um ponto, lugar para onde; destinação, para, afim; referência, tocante, relativo a; contrariedade”, o que se semelha muito tanto com a noção de Castilho/Ilari para a mesma preposição: “Preposição do eixo Proximidade~Distância, Preposição do eixo transversal”; quanto para Berg/Cançado: “estativo-objeto”; “estativo-modo”; “estativo-tempo”; “estativo-valor”; “estativo-finalidade”. Ainda, para Leoni, a preposição **para**, denota “tendência; disposição e propensão; direção; lugar para onde”, o que estaria de acordo com a classificação de Castilho/Ilari de “Preposição do eixo horizontal: de origem ou de meta” e de Berg/Cançado: “estativo-alvo / alvo-locativo”.

9. CONCLUSÕES

Especialmente nas gramáticas de Leoni e de Soares Barbosa, conseguimos notar que muitos dos sentidos apontados às preposições pela noção de *primitivos semânticos*, já estavam presentes nessas obras gramaticais. Mais uma vez, isso aponta

que tanto a noção de *primitivos* quanto os significados propostos pelos autores são, em dada medida, concluídos intuitivamente.

De qualquer forma, o que conseguimos apontar com este trabalho é o fato de que as GT's aqui estudadas, as quais englobam um período bastante considerável na bibliografia em língua portuguesa, de modo geral, apresentam intuições bastante originais por parte de seus autores, no que concerne à descrição das preposições diferentemente de muitos outros modelos – arriscaríamos em dizer, a maioria – esses autores em especial, gozam de uma liberdade para além das amarras do normativismo das gramáticas tradicionais.

No limite, procuramos mostrar neste artigo que as gramáticas tradicionais não são meras repetições seculares, são antes inventivas e exaustivas listas de classificações, na maioria das vezes, postuladas de maneira intuitiva, mas nem por isso menos – para usarmos um termo corrente nos séculos XVIII e XIX – geniosas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. S. **Grammatica philosophica da lingua portugueza** ou *principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem* – Academia Real das Sciencias. Lisboa: 1822. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/title/PT/G.html>>. Acesso em: 23 de out. 2012.

BERG, M. **Os papéis temáticos das preposições**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalho/doc/74.doc>>. Acesso em: 20 de nov. 2012.

BORGES NETO, J. **A gramática gerativa transformacional**: um ensaio de filosofia da linguística. 1991. [vi], 277 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1991.

_____. **Ensaio de Filosofia da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. Gramática Tradicional e Linguística Contemporânea: continuidade ou ruptura? **Revista Todas as Letras**, n. 14. Ed. UFMG, 2012, p.87-96.

CANÇADO, M. Uma aplicação da teoria generalizada dos papéis temáticos: verbos psicológicos. **Revista do GEL**. Número Especial: Em Memória de Carlos Franchi. Eds. Altman C., M. Hackerott e E. Viotti. São Paulo: Humanitas/Contexto, 2002, p.93-128.

CASTILHO, A. Diacronia das preposições do eixo transversal no português brasileiro. In: NEGRI, Lígia, FOLTRAN, Maria José; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta (Orgs.). **Sentido e significado**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004, p.11-47.

_____. **Nova Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. **Revista do GEL**. Número Especial: Em Memória de Carlos Franchi. Eds. Altman C., M. Hackerott e E. Viotti. São Paulo: Humanitas/Contexto, 2002, p.37-76.

GODOY, L. **Preposições e os verbos transitivos indireto**: interface sintaxe-semântica lexical. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/marciacancado/preposi%C3%A7%C3%B5es_e_os_vti.pdf>. Acesso em: 12 de dez. 2012.

ILARI, R. et al. *A Preposição*. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do Português culto falado no Brasil**: classes de palavras e processos de construção. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008, p.623-808.

JACKENDOFF, R. **Semantic structures**. MIT Press, 1990.

LEONI, F. E. **Gênio da língua portuguesa**,

ou causas racionais e philologicas de todas as reformas e derivações da mesma lingua. Typ. do “Panorama”, Lisboa:1858. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/title/PT/G.html>>. Acesso em: 23 de out. 2012.

NASCIMENTO, J. V. (Org.). **A Historiografia linguística**: rumos possíveis. São Paulo: Pulsar, 2005.

NEVES, M. H. de M. **A gramática**: história, teoria, análise e ensino. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

OLIVEIRA, F. de. **A gramática da linguagem portuguesa**. Lisboa: IN/CM, 1975.

PEREIRA, E. C. **Gramática expositiva**: curso superior. 60. ed. São Paulo: Nacional, 1943.

ROBOREDO, A. de. **Methodo grammatical para todas as línguas**. edição facsimilada. Vila Real: Centro de Estudios em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.

SAEED, Jo. I. **Semantics**. 2. ed. Malden, MA: Blackwell, 2003.

SILVA, R. V. M. E. **Tradição gramatical e gramática tradicional**: fundamentos da gramática tradicional, leitura crítica das gramáticas escolares, análise da sintaxe do português. São Paulo: Contexto, 1989.

SOUSA, M. D. de. **Grammatica portugueza**.: Real Imp. da Universidade, Coimbra: 1804. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/title/PT/G.html>>. Acesso em: 23 de out. 2012.

Recebido para publicação em 30 de abril de 2013

Aceito para publicação em 27 de out. de 2013

LEITURA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

READING: A THEORETICAL APPROACH

José Aroldo da Silva*

Resumo: O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e a formação de escritores, aptos a produzir textos eficazes, tem origem na prática de leitura. O objetivo da leitura é formar cidadãos capazes de compreender diferentes textos com os quais se defrontam, principalmente quando os alunos não têm acesso a bons materiais de leitura e não convivem com adultos leitores, e não participam de práticas em que ler é indispensável. A escola deve oferecer materiais de qualidade para seus educandos, a fim de torná-los leitores proficientes, com práticas de leitura eficazes.

Palavras-chave: Leitura. Gêneros textuais. Ensino.

Abstract: The work with reading has as its purpose the training of competent readers and the formation of writers, able to produce texts effective, has its origin in the practice of reading. The goal of reading is to train citizens capable of understanding different texts with which they face, especially when the students do not have access to good reading materials and do not coexist with adult readers, and do not participate in practices that reading is essential. The school must offer quality materials for their students, in order to make them proficient readers, with effective reading practices.

Keywords: Reading. Textual Genres. Teaching.

*Mestre em Ciências da Sociedade – UEPB. Email: carnoio@ig.com.br

INTRODUÇÃO

A leitura tem sido amplamente discutida nos meios acadêmicos, uma vez que o processo de alfabetização precede à aprendizagem da escrita. Ler é básico para o progresso na aprendizagem de qualquer assunto, velocidade e fluência são essenciais. Há um processo cíclico na leitura fluente, rápida e eficiente: a criança que lê com desenvoltura se interessa pela leitura e aprenderá mais facilmente, e a criança interessada em aprender se transformará num leitor capaz.

Para situarmos o estudo a ser desenvolvido sobre leitura, é necessário que busquemos a definição deste termo. O ato de ler, para Brandão e Micheletti (2002, p. 9) consiste em:

um processo abrangente e complexo; é um processo de compreensão, de inteligência de mundo que envolve uma característica essencial e singular ao homem: a sua capacidade simbólica e de interação com o outro pela mediação de palavras. O ato de ler não pode se caracterizar como uma atividade passiva.

É pelo ato de ler que o homem interage com outros homens por meio da palavra escrita. O leitor é um ser ativo que dá sentido ao texto. A palavra escrita ganha significados a partir da ação do leitor sobre ela. Para Orlandi (2000, p. 11), “Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente”.

A leitura é um processo de compreensão de mundo que envolve características essenciais singulares do homem, levando sua capacidade simbólica e de interação com outra palavra de mediação marcada no

contexto social. Assim, um texto só se completa com o ato da leitura na medida em que é atualizada a linguística e a temática por um leitor.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, instrumento norteador de apoio às práticas pedagógicas, no tópico *Prática de leitura*, apresenta a seguinte definição para a leitura:

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. (PCN, 2001, p. 53).

Prosseguindo, os PCN afirmam que a leitura “não se trata simplesmente de extrair informações da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente compreensão na qual os sentidos começam a ser construídos antes da leitura propriamente dita” (*ibidem*). Essa concepção de leitura corrobora com Kleiman, para quem “leitura é um ato social, entre dois sujeitos – leitor e autor – que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados” (1989, p. 10). Portanto, a leitura deve ser entendida como o resultado de sentido. O texto é o resultado de um trabalho anterior do autor e chega até o leitor convidando, desafiando sua importância da leitura. Ler não é, pois, decodificar, traduzir, repetir sentidos dados como prontos, é construir uma sequência de sentidos a partir dos índices que o sentido do autor quis dar a seu texto.

O estudo da leitura leva-nos a percorrer um caminho que vai do estruturalismo às concepções sócio-construtivistas da leitura. As teorias de decodificação, de base estruturalista, concebem o processo da leitura com a decodificação da palavra escrita, ou seja, uma leitura superficial dos textos. Bezerra (2002, p. 7) afirma que estas concepções

Estão na base de propostas de leitura dos textos apresentados nos manuais didáticos, as quais apresentam perguntas sobre informações óbvias, postas no texto; e estão também, ainda, na postura de professores que, por exemplo, solicitam ao aluno leitura oral, com o objetivo único de observar a pronúncia das palavras.

As teorias de decodificação estão em voga no ensino de língua materna no Brasil, pois os livros didáticos apresentam questões sobre os textos propostos que não levam o aluno a pensar sobre o que se pede, pois, geralmente, pela obviedade da pergunta, a resposta é facilmente encontrada pelos alunos. Menegassi e Morais (2002, p. 134) afirmam que “ler não é apenas decodificar, mas interagir com as mais variadas linguagens, compreender as situações pragmáticas implícitas num texto, os recursos linguísticos e estruturais utilizados para atingir o objetivo: a compreensão”.

Contrariando as teorias de decodificação e argumentando em favor de concepções que veem a leitura como um ato que vai muito além do deciframento dos sinais gráficos, Kleiman diz que:

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela

utilização de conhecimento prévio: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento lingüístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. (1989, p. 13)

Este processo interativo está relacionado com as teorias cognitivas, que defendem que o significado do texto está na mente do leitor, ampliando, assim, a unidade de estudo sobre a leitura, ou seja, é o leitor quem dá significado ao texto, partindo de um jogo de adivinhações em que levanta hipóteses sobre o texto que está lendo e, a partir dos conhecimentos prévios que possui, busca confirmá-las ou não no texto lido.

As teorias interacionais “consideram a leitura um processo, ao mesmo tempo, perceptivo e cognitivo” (BEZERRA, 2002, p. 8). Esta concepção entende que o ato de ler é que o significado do texto lido depende de uma combinação das informações que se encontram impressas no papel com o conhecimento de mundo que o leitor possui, na interação entre leitor e autor.

A leitura é um processo que se desenvolve a partir de práticas constantes, considerando a diversidade textual que circula na sociedade. Nesta perspectiva se inserem as teorias construtivistas, cujo objetivo é a formação de leitores críticos, capazes de ler, além da escrita impressa nos textos, também ler o mundo, compreendendo a realidade que o cerca.

LEITURA E ENSINO

A leitura na escola tem sido fundamentalmente um objeto de ensino. Para que esta se constitua um objeto de aprendizagem é necessário que tenha sentido para o aluno. Esta atividade deve configurar-se como uma prática social complexa, trabalhando com diversidades de textos e de combinações entre eles, incluindo a leitura de mundo.

O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e a formação de escritores, aptos a produzir textos eficazes, tem origem na prática de leitura. O objetivo da leitura é formar cidadãos capazes de compreender diferentes textos com os quais se defrontam, principalmente quando os alunos não têm acesso a bons materiais de leitura e não convivem com adultos leitores, e não participam de práticas em que ler é indispensável. A escola deve oferecer materiais de qualidade para seus educandos, a fim de torná-los leitores proficientes, com práticas de leitura eficazes.

Bamberg, discutindo a importância de leitura na aprendizagem dos educandos, afirma que “a leitura é uma forma exemplar de aprendizagem. Estudos psicológicos revelaram que o aprimoramento da capacidade de ler também redundava na capacidade de aprender como um todo, indo muito além da recepção” (1995, p. 10). A leitura deve ser ensinada como conteúdo capaz de interferir na aprendizagem das crianças, uma vez que vai muito além do processo de decodificação dos sinais gráficos. Seu ensino é fator determinante na formação crítica

dos cidadãos. Quem não lê aceita o que os outros dizem como verdade inquestionável, daí ser necessário que se busque no texto os significados que estão implícitos. “A leitura na escola tem sido fundamentalmente um objeto de ensino, para que esta se constitua em um objeto de aprendizagem é necessário que tenha sentido para o aluno” (PCN, 2001, p. 54). A atividade de leitura dentro da prática docente deve compreender-se uma prática social complexa, trabalhando com diversidades de textos e de combinações entre eles, incluindo a leitura de mundo.

Trabalhar com leitura em uma prática que tenha significado para a vida do educando “significa trabalhar com a diversidade de objetivos e modalidades que caracterizam a leitura, ou seja, os diferentes “para quês” – resolver um problema prático, informar-se, divertir-se, estudar, escrever ou revisar o próprio texto” (PCN, 2001, p. 54-55).

Um leitor competente só pode constituir-se mediante uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que se organize em torno da diversidade de texto de leitura infantil para o início, inclusive aqueles que ainda não sabem ler e escrever convencionalmente.

O gosto pelos livros não é algo que apareça de repente na vida da criança. É necessário ajudá-la a descobrir o que eles lhe podem oferecer. Cada livro pode trazer uma ideia nova, ajudar a fazer uma descoberta importante e ampliar o horizonte da criança. Aos poucos, ela ganha intimidade com o objeto livro. Uma coisa é certa: as histórias que os pais e filhos veem juntos formam a base do interesse em aprender a ler e gostar dos livros.

O professor, como facilitador da aprendizagem da leitura, deve procurar conhecer a realidade do aluno para, assim, buscar novas metas que o ajudará a interpretar de forma organizada os conhecimentos que o aprendiz traz consigo para a sala de aula. Porém é partindo dessas iniciativas que o professor criará situações de ensino que possam levar o educando a avançar no processo de construção da leitura, intervindo como mediador diante deste processo.

Para que o professor do Ensino Fundamental possa desenvolver em seus alunos uma boa competência leitora, o gosto e o hábito de ler, é necessário ser um conhecedor de textos infantis, um apaixonado por livros e, acima de tudo, gostar de ler, demonstrando para seus alunos o contato com livros, jornais, chamando a atenção para o mundo letrado em que estão inseridos e promovendo a leitura tanto na sala de aula como fora dela, de outros textos como placas, letreiros, cartazes e etc. Assim, a criança perceberá que a leitura não é algo chato, limitado a escola, mas que está presente em todo o contexto de comunicação.

A maior dificuldade que os professores encontram para executarem a prática docente de leitura, durante o processo de ensino-aprendizagem, está no fato de que a escola prioriza a escrita em detrimento da leitura. Na verdade, a leitura no começo da vida escolar é tão importante quanto a produção livre de um texto.

O aluno, durante a vida escolar, é mais explorado em relação ao que escreve, ficando a leitura um pouco de lado. O que

acontece é que a escola, ao avaliar o aluno, usa a escrita como critério, pois nela é bem mais fácil encontrar o certo e o errado do que na leitura. Nessa situação, a escrita tem poder maior por conta da avaliação escolar.

Segundo Cagliari, “Nessa perspectiva é essencial a vinculação da escola com as questões sociais e com os valores democráticos não só do ponto de vista da seleção e tratamento das leituras como também da própria organização escolar” (2003, p. 48).

Sabemos que o ensino de língua materna é uma determinação das grades curriculares de nossas escolas, portanto, aprender a ler é fundamental para que a criança em processo de alfabetização possa trilhar os caminhos da escrita. Segundo Silva (1985, p. 27):

O acesso a ler significa ter acesso à escola e nela obter os conhecimentos necessários à participação no mundo da escrita. Se a formação do leitor está essencialmente condicionada à escolarização, então “ler” é, por necessidade, submeter-se aos objetivos que a escola tenta atingir através de seus programas e métodos.

A leitura na escola deve se pautar em atividades que permitam ao indivíduo expressar-se criticamente. Sabemos que as crianças que frequentam as Escolas Públicas pertencem à classe financeiramente menos favorecida deste País. Sabemos também que quem tem acesso mais facilmente ao mundo da leitura são os indivíduos que pertencem à classe dos que dominam. Dominar a leitura é condição fundamental para a libertação das pessoas.

Para Silva (*op. cit.*, p. 35), “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar

aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação”. Afirma ainda Silva (*op. cit.*, p. 36) que “a democratização da leitura não se desvincula do processo de democratização como um todo”.

Numa perspectiva libertadora, o professor não pode ver as atividades de leitura e produção de texto como elemento para a correção de erros gramaticais e instrumento para colocar uma nota no aluno, dizendo se ele foi aprovado ou reprovado, mas como uma interação entre o discurso do educador e do educando, que sirva como instrumento indispensável para a participação política das pessoas na sociedade.

O aluno, para aprender, precisa transformar-se em sujeito de sua aprendizagem. Daí a necessidade do indivíduo, enquanto parte integrante de um processo, participar ativamente das atividades, com o professor respeitando suas opiniões, interferindo no processo positivamente para facilitar a aprendizagem.

GÊNEROS TEXTUAIS

Para realizar o trabalho com leitura é necessário que o professor apresente ao aluno a diversidade de textos que circulam na sociedade. São textos que vão da lista de compra do supermercado até a correspondência eletrônica realizada no computador por e-mail. Em uma sociedade em que a cada dia se requer mais conhecimento, o indivíduo, para exercer plenamente sua cidadania, deve dominar a leitura para poder se inserir nas discussões e transformações constantes da sociedade.

A escola, ainda apegada aos tempos passados, na maioria das vezes, acha mais conve-

niente oferecer aos seus educandos a leitura apenas dos livros didáticos, cheios de ideologias e quase sempre patrocinados pela classe dominante, do que proporcionar o encontro com uma leitura transformadora, a leitura que venha libertar o indivíduo das correntes ideológicas e das amarras do sistema capitalista.

Tratando dos objetivos e das estratégias para o ensino de língua portuguesa, principalmente no segundo ciclo, os Parâmetros Curriculares Nacionais sustentam a necessidade da apresentação dos diversos gêneros discursivos aos alunos, afirmando que:

No que se refere aos aspectos discursivos, amplia-se o trabalho realizado anteriormente e, pela inclusão de novos gêneros de textos, aprofunda-se o tratamento de conteúdos referentes à organização dos elementos específicos desses diferentes gêneros, do tipo de relação que se estabelece entre eles, dos recursos coesivos utilizados, léxico adequado, etc. (PCN, 2001, p. 125-126).

Precisa-se desmistificar a ideia de que a leitura é um bem apenas da classe dominante e que a classe trabalhadora deve adquiri-la apenas para lidar com algumas técnicas voltadas para o trabalho. Querendo mudar essa realidade, o educador deve resgatar, no cotidiano escolar, uma prática de leitura inerente ao discurso das crianças, ou seja, que proporcione meios para que a leitura no espaço da sala de aula seja uma ponte para uma transformação do meio onde estão inseridos, bem como possam ter uma visão mais clara do mundo que ao seu redor.

Os gêneros textuais estão diretamente ligados aos diversos processos sofridos

pelo homem durante vários séculos, relacionados às várias diferenças sócio-culturais, esses gêneros passaram por várias transformações, que acabaram por fim sendo fatores determinantes para a diversidade textual.

Para minimizar as necessidades existentes durante o uso da oralidade, que até então era a única forma de comunicação, o que limitava a vida social, foi necessária a invenção da escrita, que teve por fim sua explosão no período em que a Europa encontrava-se em fase de expansão, o que acarretou inúmeras consequências positivas, resumindo-se a ampliação expressiva dos meios de comunicação.

Esses gêneros são fenômenos mutáveis, o que condiciona o desaparecimento ou o reaparecimento das diversas formas apresentáveis. O aparecimento dos novos tipos de gêneros foi propiciado por uma divulgação maior por meio dos meios de comunicação, tais como TV, rádio, revista, jornal internet, editoriais, notícias, e-mails, aulas virtuais, telegramas, telemensagens.

Segundo Bakhtin (1987), que observou os gêneros textuais tanto na oralidade quanto na escrita, essas novas formas na verdade não passavam do aperfeiçoamento das já existentes, por isso a ideia de novos gêneros e velhas bases.

Vale a pena ressaltar que para se comunicar verbalmente é preciso que exista gênero textual. Conforme afirma Bakhtin (1987) e Bronckart (1999), que levam em consideração os aspectos discursivo e enunciativo, os quais têm como característica básica a informalidade, a língua consistiria em uma forma interativa e funcional. Necessário, então,

incentivar seus alunos à análise, prática e a identificações das características do gênero em cada um desses eventos, não se preocupando com a forma e a estrutura da língua, pois, quando nos comunicamos, falamos uma linguagem social, histórica e cognitiva.

Por isso, o tipo textual é muito claro, pois se trata do aspecto teórico e terminológico, ou seja, ele se classifica pelo conjunto limitado de categorias teóricas, determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal e nomes teóricos dos tipos: narrativas, argumentações, descrição, injunção e exposição.

Também encaixados nos gêneros textuais estão os domínios discursivos, uma forma de aperfeiçoar as atividades humanas, podendo ser um discurso jurídico, jornalístico, religioso etc., que darão origem a vários gêneros.

Mesmo que não muito visível, existem diferenças entre o texto e o discurso, podendo dizer que o texto é a forma materializada em algum gênero textual, enquanto o discurso é a manifestação de alguma ideia ou opinião. Porém alguns livros didáticos ainda confundem e acabam errando ao designar tipo de texto quando na verdade é gênero textual.

Ao escrever algum texto, dependendo de quem for o destinatário, é que definirá o tipo de texto e, assim, sendo apresentados de formas heterogêneas, dando a um gênero dois ou mais tipos.

Werlich (1973) afirmou que é necessário que seja traçado um objetivo, para que não perca a sequência do que será expresso, evitando a fuga ao tema, por meio de bases temáticas e traços linguísticos.

A visão de Bakhtin (1992) em relação aos gêneros textuais expressa-se de forma direta que os mesmos são designados a partir de fenômenos sócio-históricos e culturalmente sensíveis, com função sócio-discursiva. E a visão de Bronckart (1999) é a de que é de extrema importância o domínio do mecanismo fundamental da socialização, para a inserção na prática das atividades comunicativas humanas.

Um gênero, quando apresenta uma outra função, será entendido em uma intertextualidade intergêneros, e quando apresenta vários tipos textuais, configura-se dentro de uma heterogeneidade tipológica.

Os gêneros textuais são designados por modalidades do cotidiano, distribuindo-se em todas as formas e todos os contextos, sendo transmitidos oralmente mais são concebidos na forma escrita e o inverso. Percebe-se a inadequação de normas sociais relativas aos gêneros textuais, portanto, a adequação tipológica deve levar em conta a formação cultural, social e econômica.

São apresentados alguns aspectos para a presença dos diferentes exemplos e das apresentações dos textos, tais como a natureza da informação ou de conteúdo veiculado que é o caráter sócio-cultural, o nível de linguagem, desde o formal até o informal, o tipo de situação em que o gênero se situa, que é o local em que será veiculado; se a relação entre os participantes são conhecidas ou desconhecidas e a natureza dos objetivos das atividades desenvolvidas, podendo sofrer alterações dependendo da finalidade da comunicação.

O professor tem um papel fundamental de incentivar, ou seja, chamar atenção às questões gramaticais e de organização do

texto. A importância de se entender essas questões de linguagem relacionada aos gêneros textuais é essencial, porque isso permitirá conhecer a própria dinâmica da comunicação social no seio de uma comunidade, uma sociedade, pois se trata de um fenômeno construído historicamente e socialmente em cada meio social. Além disso, vivemos numa sociedade em que a comunicação é a mola mestra dos organismos sociais e dos relacionamentos humanos e isto é verificado nos sermões, na liturgia, numa propaganda, numa entrevista, em reuniões, ou seja, em todos os lugares ocupados por seres humanos; em casa, na igreja, na escola, na rua, lojas, na TV, anúncios, repartições públicas, em todos esses ambientes o ser humano está utilizando gêneros textuais os mais variados.

No tocante ao ambiente escolar, o conhecimento e o domínio dos gêneros textuais são imprescindíveis para que o aluno possa entender e identificar os eventos linguísticos e, assim, poder produzir textos a partir das características que cada gênero possui; lembre-se que, numa escola, o discurso do professor é um gênero textual oral falado a partir de um escrito, que pode ser um artigo, um texto jornalístico, uma crônica, um romance literário. Portanto, saber lidar com os gêneros textuais é principalmente saber entender a própria língua e o seu uso no dia a dia, bem como poder transmitir no mundo da linguagem, da comunicação, compreendendo seu teor comunicativo, como foi construído e a quem se destina. Vale salientar que esse conhecimento também significa inter-relacionar os vários gêneros apresentados

e construídos ao longo da história, desde o texto escrito até a TV e a Internet.

O educador, em seu exercício, deve mudar a ideia que há muito tempo esteve e ainda está presente, na maior parte da população, de que a leitura é um instrumento para alcançar melhores condições – subir na vida e estar apto para o mercado de trabalho; muitos veem a leitura com esse único fim, o que os torna pessoas fáceis para os dominantes.

A escola, em seu cotidiano, deve preocupar-se em desenvolver formas de leitura na visão de um mundo real, isto é, oportunizar seus educandos a entrarem em contato com textos significativos e sempre procurando articulá-los com a vida de cada um. O professor, peça fundamental na educação de um povo, não pode acomodar-se e utilizar em seu espaço de trabalho leituras descontextualizadas do dia a dia dos educandos, pois, agindo assim, estará contribuindo para a construção de um povo sem esperança, sem visão crítica e que desvaloriza sua própria cultura.

Tendo consciência de que a leitura é uma ação que pode produzir sentidos para quem a pratica e que o significado não está na mensagem escrita, mas na interpretação que o leitor faz, é de grande importância proporcionar aos alunos o contato com os diferentes tipos de textos, os chamados textos do “mundo”, para que eles possam tornar-se leitores competentes.

Ensinar a nossos educandos a libertarem-se do livro didático e partir para leitura dos diversos gêneros literários é uma tarefa que cabe única e exclusivamente aos educadores. Responsabilidade ainda maior é fazer que o aluno entenda a mensagem que cada

leitura traz, mas sabendo que esta abre um novo mundo pra os educandos. Cabe aos educadores incentivar a prática da leitura, buscando meios para que os educandos compreendam sua importância e aprendam a diferenciar a diversidade textual que existe e o discurso que cada um apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos precisam ser lidos pelos professores com os olhos da compreensão, levando em consideração os conhecimentos prévios sobre o assunto, objetivos, propostas, jogos de imagens, visão de mundo, conhecimentos linguísticos, classificados como conjunto de fatores ou determinantes, uma vez que sendo diferentes os sujeitos, diferentes são as experiências vividas e as reações em dada situação de interlocução.

Portanto, torna-se cada vez mais evidente que é preciso se preocupar com a qualidade do que se propõe às crianças, para que possam desenvolver com maior competência sua capacidade leitora, bem como seu papel de cidadão; a escolha dos modelos oferecidos é de fundamental importância no resultado de suas produções, pois, para modelos limitados e insuficientes, há produções limitadas e insuficientes.

Que não basta só se preocupar com boas atividades, com técnicas atraentes para transmitir o conteúdo aos alunos e com quantidade de material didático, mas com uma mudança de postura e de repensar a prática pedagógica.

Apesar das discussões em prol de mudanças qualitativas em relação às produções realizadas pelos alunos de maior preocupação quanto à seleção

dos conteúdos a serem trabalhados, das atividades a serem propostas aos alunos, há ainda um grande investimento a ser feito na formação do professor.

Sendo importante ressaltar também que esta pesquisa, sob a luz de diversos autores, veio desencadear uma nova visão sobre como formar leitores proficientes e sujeitos de sua própria história; qual é o fator preponderante para o desinteresse pela leitura e, conseqüentemente, o fracasso escolar e como desenvolve-se a prática da leitura no cotidiano escolar.

Tomando por fonte Paulo Freire, chega-se à consciência de que a aprendizagem sobre qualquer tipo de conhecimento é algo inacabado. Portanto, diante disto, não se pode considerar que esta pesquisa sobre leitura nos coloca num patamar de destaque, mas que é preciso buscar sempre novos conhecimentos por meio de debates, cursos, leituras, pesquisas, observações e reflexões do cotidiano.

REFERÊNCIAS

BAMBERG, R. **Como incentivar o hábito de leitura**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1995.

BEZERRA, M. A. Visão panorâmica de concepções de leitura. In: **Coletânea de textos didáticos: componente curricular Leitura e elaboração de textos**. Campina Grande: UEPB, 2002.

BRANDÃO, H. H. N. e MICHELETTI, G. Teoria e prática da leitura. In: **Coletânea de textos didáticos: componente curricular Leitura e elaboração de textos**. Campina Grande: UEPB, 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 3.ed. Brasília: MEC, 2001.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. s/p. digitado.

KLEIMAN, Â. **Texto e leitor**. Campinas: Pontes, 1989.

LIBÂNEO, J. C. Novas atitudes docentes. In: **Coletânea de textos didáticos**. Componente curricular Didática. Curso de Pedagogia em Serviço. Campina Grande: UEPB, v. 6, 2002.

MASETTO, M. Planejamento: instrumento de ação educativa. In: _____. **Didática: a aula como centro**. 4.ed. São Paulo: FTD, 1997.

MENEGASSI, R. J. Leitura crítica: aspectos da formação e do desenvolvimento do leitor. **Uniletras**. Ponta Grossa: UEPG, n.24, 2002.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PENIN, S. T. S. Refletindo sobre a função social da escola. In: **Coletânea de textos didáticos**. Componente curricular Organização do trabalho e gestão escolar. Curso de Pedagogia em Serviço. Campina Grande: UEPB, v.7, 2002.

PINHEIRO, A. L; MELO, M. M. de. A ação docente. In: **Coletânea de textos didáticos**. Componente curricular prática pedagógica III. Campina Grande: UEPB, 2003.

Recebido para publicação em 20 de ago. de 2013

Aceito para publicação em 30 de dez. de 2013

RESENHA

REIMÃO, SANDRA. REPRESSÃO E RESISTÊNCIA. CENSURA E LIVROS NA DITADURA MILITAR. SÃO PAULO, EDUSP/FAPESP, 2011.

Maurício Silva*

Desde a década 1980, em que ocorreu a abertura política no Brasil, não se assistia a tão grande empenho em desvelar fatos relacionados ao período da ditadura militar brasileira, empenho que se verifica tanto em atos políticos deliberados (como a criação de uma Comissão da Verdade ou o acesso a documentos considerados sigilosos) quanto em estudos, acadêmicos ou não, voltados à compreensão e elucidação daquele conturbado período de nossa história recente.

Em *Repressão e Resistência. Censura e Livros na Ditadura Militar*, Sandra Reimão lembra que uma das primeiras ações dos regimes autoritários é, justamente, a censura da liberdade de expressão, por meio da repressão à imprensa, aos livros, meios de comunicação etc. Nesse sentido, a autora se propõe estudar a censura de livros de ficção brasileira durante o regime autoritário de 1964 a 1985, em especial aqueles cujos processos (atualmente no Arquivo Nacional de Brasília) ficaram sob a responsabilidade do Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP), órgão

vinculado ao Serviço de Censura e Diversões Públicas e ao Ministério da Justiça. Em relação ao conceito de censura, define a autora: “concebemos a censura como parte de um aparelho de coerção e repressão que, muito mais do que afetar a circulação de alguns bens culturais, restringia a produção e a circulação da cultura, implicando uma profunda mudança no exercício da cidadania e da cultura em geral” (p. 14).

A autora lembra que, antes do golpe de 1964, consolidou-se no Brasil uma “reflexão social de ideário esquerdista” (p. 19), presente em parte da produção artística e intelectual, manifestações que, num primeiro momento, foram relativamente preservadas pelos militares, permitindo, por exemplo, a publicação da revista *Pif-Paf* (1964, por Millôr Fernandes), dos livros *O ato e o fato* (1964, de Carlos Heitor Cony), *Quarup* (1964, por Antônio Callado), *Senhor Embaixador* (1968, por Érico Veríssimo) etc., embora alguns outros livros tenham sido apreendidos já naquele momento, sobretudo os que tratavam do próprio golpe militar, como

* Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, na Universidade Nove de Julho. Email: maurisil@gmail.com

Primeiro de abril (de Mário Lago), *O golpe de abril* (de Edmundo Muniz), *História Militar do Brasil* (de Nelson Werneck Sodré) e outros. Ações mais intensas e direcionadas foram, igualmente, perpetradas pelo poder constituído, ainda nessa primeira fase do golpe, como a perseguição ao editor Ênio Silveira, o expurgo de bibliotecas pelo Ministro da Educação Flávio Lacerda, a perseguição das obras de Nelson Rodrigues pelo Ministro da Justiça Carlos Medeiros Silva, uma série de atentados a editoras e livrarias (Editora Tempo Brasileiro, Editora Civilização Brasileira, Livraria Forense) etc.

Com a edição do *Ato Institucional n. 5* (AI-5) pelo Presidente Costa e Silva, em dezembro de 1968, a censura se adensa, espalhando-se por todo o país e atingindo todos os meios de comunicação, mas, ao mesmo tempo, dando ensejo ao aparecimento de uma imprensa alternativa e, às vezes, clandestina (*O Pasquim, Opinião*).

Apesar da diferença de números entre pesquisadores do assunto (Zuenir Ventura fala em 200 livros; Deonísio da Silva, em 430), a censura à produção editorial no período da ditadura foi intensa, atingindo inclusive a publicação de peças de teatro (Guilherme Figueiredo, Oduvaldo Vianna Filho, Nelson Rodrigues, Plínio Marcos etc.), filmes (*Macunaíma, São Bernardo, Toda nudez será castigada* etc.), livros teóricos (Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro, Guilhon Albuquerque, Rose Marie Muraro etc.) ou considerados pornográficos (Cassandra Rios, Adelaide Carraro, Márcia Fagundes Varella, Brigitte Bijou etc.).

Objeto de estudo da autora, os livros de ficção censurados, que constam dos arquivos do DCDP, são *Quatro contos de pavor e alguns poemas desesperados* (Álvaro Alves de Faria), *Dez histórias imorais* (Aguinaldo Silva), *Meu companheiro querido* (Alex Polari), *Zero* (Ignácio de Loyola Brandão), *Em câmara lenta* (Renato Tapajós), *Aracelli, meu amor* (José Louzeiro), *Feliz ano novo* (Rubem Fonseca), *Diários de André* (Brasigóis Felício) e os contos “Mister Curitiba” (Dalton Trevisan) e “O cobrador” (Rubem Fonseca), obras bastante diferentes, mas cujo tema comum a quase todas é a violência física e psicológica.

Tratando, em especial, do livro *Feliz ano novo* (1975, de Rubem Fonseca) e *Zero* (1976, de Ignácio de Loyola Brandão) – publicados num período (década 1970) em que, segundo a autora, “a literatura tornou-se um centro de atenções” (p. 62) da ditadura militar –, Sandra Reimão afirma tratar-se de obras que têm no tema da violência um de seus assuntos principais. Sobre o livro de Aguinaldo Silva (*Dez histórias imorais*), afirma ter sido censurado quase dez anos após sua publicação, muito provavelmente em razão de sua militância contra o regime autoritário (trabalhou nos jornais *Opinião* e *Movimento*, ambos periódicos de resistência à ditadura) e em favor dos direitos dos homossexuais (foi, ao lado de outros escritores e intelectuais, fundador do jornal *O Lampião*, órgão da imprensa pioneiro nesse tema). Em relação ao livro *Em câmara lenta* (1977), de Renato Tapajós, a autora afirma ter sido um “caso único de autor preso durante a ditadura militar por causa do conteúdo de um livro” (p. 89), sendo, além disso, “o primeiro livro

de memórias de ex-militantes políticos da década de 1960” (p. 91), a que se seguiram *Os carbonários* (Alfredo Sirkis) e *O que é isso companheiro?* (Fernando Gabeira). A autora trata, finalmente, dos dois contos censurados de Dalton Trevisan e Rubem Fonseca (ambos publicados na revista erótica *Status*, em 1978), tendo sido, ambos, no ano seguinte à censura, publicados em livro, sem, contudo, sofrerem censura desta vez.

Como conclusão, a autora chega a três constatações gerais: primeira, a de que toda coação é temporária e limitada; segunda, a de que o ato censório é uma violência à própria cidadania, ultrapassando os limites da circulação de bens culturais; terceira, a de que há quase sempre um grande número de ações de resistência à censura aos livros, da parte de editores, escritores, leitores etc.

O livro traz ainda alguns anexos: leis e pareceres, lista de livros censurados etc., o que, no conjunto, faz dele uma referência para os estudos sobre o tema e uma leitura necessária aos pesquisadores da censura cultural no Brasil do século passado.

Recebido para publicação em 28 de jun. de 2013

Aceito para publicação em 4 de dez. de 2013

SCLIAR, MOACYR. **TERRITÓRIO DA EMOÇÃO. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2013, 275 P. [PREFÁCIO E SELEÇÃO: REGINA ZILBERMAN]**

Vicentônio Regis do Nascimento Silva*

“Ao fim e ao cabo, a medicina é isso, uma relação especial entre pessoas”. (p.34)

“Não dá para vacinar pessoas como se vacina o gado. E não basta conhecer as doenças. É preciso conhecer os seres humanos, e levar em conta suas aspirações e também os seus temores”. (p. 71)

A capacidade múltipla de Moacyr Scliar – professor, médico sanitarista, conferencista, cronista, contista, romancista, ensaísta, articulista de jornais e de periódicos especializados, membro da Academia Brasileira de Letras – revela-se novamente em *Território da emoção*, livro póstumo de crônicas publicadas em suplemento de saúde de *Zero Hora* (Porto Alegre/RS) entre 1995 e fins da primeira década de nosso século, dividido em seis blocos pela crítica literária Regina Zilberman: *Literatura e Medicina*, *Histórias de médicos*, *Memórias de um médico*, *Nosso corpo*, *Os males que nos afligem* e *Comportamentos*.

O primeiro bloco – *Literatura e Medicina*

– mira a finalidade terapêutica da cura, ressaltando a leitura obrigatória de obras literárias pelos estudantes antes de lançarem mãos ao diploma. A humanização acontece coletiva e pragmaticamente na medicina. A leitura de grandes autores – Thomas Mann, Tolstoi, Sinclair Lewis, Bernard Shaw, Molière, Érico Veríssimo, Machado de Assis e Jorge Amado – ajudaria os acadêmicos a compreender a necessidade de vislumbrar problemas rotineiros incapazes de, na maioria das vezes, serem eficazmente solucionados pela famosa objetividade científica. A Literatura é terapia tanto para quem lê quanto para quem escreve.

Agrupando experiências sobre desemprego, racismo e ética, *Histórias de médicos* exprime opiniões ora pitorescas, ora contundentes. Entre as pitorescas, os entreveros de um gastroenterologista e professor norte-americano após a demissão: tentativas frustradas de reinserção no mercado de trabalho, novo emprego em cargo genérico, condições – profissionais

* Doutorando em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Assis. Integrante do grupo de pesquisa “Estudos de Dramaturgia Moderna”, vinculado à UEL, liderado pela Prof^a. Dr^a. Sônia Aparecida Vido Pascolati. Contato: vicentonio@live.com

e financeiras – inferiores. Atacando os problemas de empregabilidade – reforçados pelo aumento de vagas nas universidades, número de profissionais proporcionalmente superior ao de habitantes, baixa remuneração – defende a sorte do colega norte-americano se comparada à da faxineira que, diante de mulher em estado grave após acidente automobilístico, comanda trabalhos que salvarão sua vida. Questionada pelo filho da paciente como sabia dos procedimentos, respondeu, em discreto sotaque, que chefiara equipes especializadas em seu país. O ataque à mercantilização da educação superior – destacadamente à abertura desenfreada de cursos de medicina – e ao reaproveitamento de profissionais em outros campos intensifica pitorescamente a ironia: antes mudar de especialidade do que limpar corredores.

A ética transcende valores pessoais, geográficos, políticos e temporais. A contundência do posicionamento contra quem se utilizou da ciência, do conhecimento ou da profissão para acobertar regimes totalitários ou massacrar direitos individuais de pacientes, seja no Brasil – a luta da psicanalista Helena B. Vianna contra diretores da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro que colaboraram com a ditadura (*O dilema dos analistas*, p. 44) – seja no exterior – médicos que promoveram experiências com prisioneiros judeus (*Médicos ou monstros?*, p. 72) – reflete os percalços entre discurso e prática científicas, determinando o lugar do intelectual na defesa dos direitos fundamentais – considerando direitos fundamentais os que garantem “[...] convivência digna, livre e igual de todas as

pessoas” (SILVA, 2004, p. 178).

Os olhos voltam-se à África do Sul para, relatando fato pitoresco, descrever os obstáculos sociais enfrentados por homem branco cuja pele, em decorrência de doença, escurece gradativamente. Se considerado o Apartheid, imaginam-se as situações arriscadas em que se mete em ações simples, como entrar em banheiro de brancos. Por outro lado, de maneira contundente, admira-se o jardineiro negro de universidade na mesma África do Sul. Embora adquira conhecimentos, promova centenas de cirurgias e receba o título de doutor *honoris causa*, jamais obtém o *status* de médico. Apresenta-se na condição profissional e salarial de jardineiro (*Doação*, p. 75). Em moldes semelhantes, os mecanismos de aferição do QI (Quociente de Inteligência) que, nos melhores resultados, atestam os negros quinze pontos atrás dos brancos. Obviamente manipuladas, as pesquisas – ainda realizadas em diversos lugares no século XXI – atrelam-se aos interesses dos brancos ou dos grupos que a concebem (*Biologia e preconceito: o caso da síndrome de Down*, p.78).

O terceiro bloco – *Memórias de um médico* – dedica-se à ética na ciência e, principalmente, na conduta médica ao se debruçar sobre a falta de estrutura da saúde pública: a aflição de quem, em determinados casos, recorre às técnicas teatrais. *A emoção da emergência* discute os limites dos problemas efêmeros, recordando atividades desempenhadas em um posto de saúde pública de onde se desloca frequentemente em um carro caindo aos pedaços. Em um caso, ainda de longe, constata o cadáver à beira

do rio há horas ou dias. Apesar do óbvio, os curiosos precisam de qualquer ação: “Fizemos a rápida encenação, depois partimos. O que ficava para trás era um retrato da assistência médica no Brasil: muito pouco, muito tarde, e, às vezes, muito ridículo”. (p. 96)

Em *Nosso corpo*, sobressaem os embates entre psiquismo e organismo: na maioria das vezes, o organismo saudável antecede soluções psicológicas/espirituais/cotidianas (*Nem sempre o psiquismo é o mais importante*, p. 145-147; *Humores e hormônios*, p. 155-156).

O quinto conjunto – *Os males que nos afligem* – aproxima-se de temas como depressão (analisando os comportamentos e as angústias maternas no pós-parto ou na síndrome do ninho vazio, caracterizada quando os filhos saem de casa), o tragicômico nas relações médico/paciente (citando ilustrativamente o caso de médico que utiliza o polegar para ensinar o uso de preservativo e, meses depois, marido o culpa pela gravidez da esposa já que literalmente desenrolara o preservativo no dedo), a intertextualidade (dialogando com a mitologia grega – *A maratona e a vida*, p. 139; *A estrada e o pânico*, p. 172) e a ponderação filosófica (acerca de esquecimento – *Os usos do esquecimento*, p. 181; felicidade – *Sem medo de ser infeliz*, p. 183; melancolia – *Entendendo a melancolia*, p. 185). Voltando à ética, delimita os âmbitos de atuação da Medicina – ampliada metonimicamente às demais ciências – e da política¹:

¹ Exemplo das patológicas relações entre Medicina e Política são relatadas pelo escritor Sérgio Faraco, cujo livro de memórias consta ao fim da resenha.

[...] há uma espécie de terra de ninguém, uma região de limites imprecisos, em que o critério de doença está ligado à mentalidade corrente, ou, o que é mais sinistro, à situação política. A psiquiatria soviética estava cheia de tristes, e ilustrativos, casos. Gente que se opunha ao regime e que, recebendo um diagnóstico qualquer, análogo à drapetomania, era sumariamente trancafiada nos hospitais psiquiátricos. A lógica atrás disso era a seguinte: o governo quer o bem-estar de todos os cidadãos. Quem se opõe ao governo só poder estar sofrendo de um distúrbio psiquiátrico. Veredito: hospício. (p. 168)

Comportamentos aposta na intertextualidade – conversando com Max Weber, Bertrand Russell, Paul Lafargue e Ascenso Ferreira (*O elogio da preguiça*, p. 213) assim como com Walter Benjamim, Rousseau, Érico Veríssimo (*Os andarilhos da saúde*, p. 222) e Pascal (*A lógica dos alimentos*, p. 228). Diferentemente dos precedentes, este bloco inova na consciência não apenas em comentários ou sugestões, mas, agarrado à experiência de homem público teórico (pesquisador acadêmico e professor) e prático (médico especializado em saúde pública), em debates, discordâncias e propostas de políticas públicas voltadas às drogas (*Drogas: a controvérsia*, p. 240).

Se, por um lado, a crônica tem finalidades transitórias, por outro, assume a característica da permanência em *Território da Emoção*, considerando que, boa parte dos temas tratados – o diálogo com escritores, as confluências e os distanciamentos entre

teorias, práticas e aplicações científicas, as ponderações em torno de religião, política e conhecimento, o resgate das liberdades e das garantias jurídicas fundamentais, o combate ao mercantilismo na saúde e a luta em prol da humanização do ser humano (embora pareça contraditório, nem todo humano se humanizou) – nos textos curtos de linguagem fluida continuarão atuais em trinta ou quarenta anos. Portanto, alcançarão perspectivas que rompem os outrora estereótipos temporais em que injustamente a trancafiaram.

REFERÊNCIAS

FARACO, S. **Lágrimas na chuva**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

SILVA, J.A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2004.

Recebido para publicação em 20 de ago. de 2013

Aceito para publicação em 4 de dez. de 2013

Normas para encaminhamento de trabalhos

UNILETRAS é uma revista científica semestral do Departamento de Letras Vernáculas e Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, destinada à divulgação de trabalhos total ou parcialmente inéditos concernentes a questões de Letras. Está aberta a colaborações nacionais e estrangeiras.

A revista submeterá anonimamente os originais a dois membros do Conselho Editorial, cujos nomes permanecerão em sigilo. Com base nos pareceres emitidos, o Conselho Executivo da UNILETRAS poderá recusar ou reapresentar os trabalhos aos autores com sugestões para que sejam feitas alterações necessárias no texto e/ou para que os adaptem às normas editoriais da revista.

Quanto à apresentação de trabalhos:

- Os artigos deverão ser anexados no sistema de editoração de revistas pelo site <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/index>. Solicitamos aos autores que, ao submeterem o artigo ou resenha, preencham o cadastro completo (metadados).
- Indicar, após o nome do autor, a instituição de origem.
- Incluir resumo do trabalho, abstract, palavras-chave e keywords, nesta mesma ordem. (o resumo deve ser em inglês e as palavras-chave também). O resumo deverá ter entre 150 a 200 palavras.
- O artigo deve ter no mínimo 10 e no máximo 20 páginas.
- O original deve desenvolver-se na seguinte sequência: título do trabalho em Português e em língua estrangeira, nome(s) do(s) autor(es), abstract, resumo, palavras-chave, keywords, corpo do trabalho, anexos e referências bibliográficas.

Formatação:

- A fonte deve ser Times New Roman, tamanho 12; espaçamento 1,5; margens superior e esquerda 3 cm e inferior e direita 2,5 cm.
- O número de páginas fica a critério do(s) autor(es) podendo chegar até 20 páginas e mínimo de 10 páginas. As resenhas não deverão ultrapassar a 4 laudas.
- Referências bibliográficas: devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor seguindo a normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), n.6023. Referenciar somente as obras mencionadas no trabalho.
- As notas devem ser de rodapés reduzidas ao mínimo numeradas a partir de 1, no caso de citação usar sistema AUTOR, data.
- Para os destaques, usar preferencialmente itálico.
- Tabelas, gráficos, desenhos, quadros e árvores devem ser encaminhados separadamente, indicando no texto onde devem ser inseridas.

A UNILETRAS detém o copyright dos trabalhos a ela submetido. Os trabalhos submetidos à Revista UNILETRAS não devem, sob hipótese alguma, ser retirados depois de iniciado o processo de avaliação.

Revista UNILETRAS

Editora da Revista – Profa. Dra. Marly Catarina Soares

Fone: 42-3220-3376

Departamento de Letras Vernáculas

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Praça Santos Andrade, 1, Bloco B 84030-900 - Ponta Grossa-PR

E-mail: <marlycs@uepg.br> ou <marlycs@yahoo.com.br>